



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ENSINO DE LÍNGUA E  
LITERATURA**

**VERÔNICA RAMALHO NUNES**

**TOPONÍMIA E ENSINO: ESTUDO DOS NOMES DE LUGARES DE ORIGEM  
INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA**

**ARAGUAÍNA-TO  
2015**

**VERÔNICA RAMALHO NUNES**

**TOPONÍMIA E ENSINO: ESTUDO DOS NOMES DE LUGARES DE ORIGEM  
INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura – PPGL, Mestrado em Letras: Ensino de Língua e Literatura – MELL, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus Universitário de Araguaína, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade.

Coorientador: Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque

**ARAGUAÍNA-TO  
2015**

N972t Nunes, Verônica Ramalho  
Toponímia e ensino: estudo dos nomes de lugares de origem  
indígena no livro didático de geografia / Verônica Ramalho Nunes  
. – Araguaína: [s. n], 2015.  
114f.

Orientador: Prof. Dra Karyleila dos Santos Andrade

Dissertação (Mestrado em Ensino de Língua e Literatura) –  
Universidade Federal do Tocantins, 2015.

1. Linguística 2. Ensino. 3. Toponímia I. Título

CDD 410

VERÔNICA RAMALHO NUNES

TOPONÍMIA E ENSINO: ESTUDO DOS NOMES DE LUGARES DE ORIGEM  
INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura – PPGL, Mestrado em Letras: Ensino de Língua e Literatura – MELL, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus Universitário de Araguaína, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade.

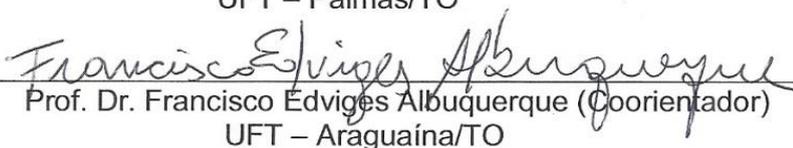
Coorientador: Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque

BANCA EXAMINADORA



---

Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade (Orientadora)  
UFT – Palmas/TO



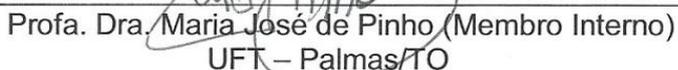
---

Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque (Coorientador)  
UFT – Araguaína/TO



---

Prof. Dr. Alexandre Melo de Sousa (Membro Externo)  
UFAC – Rio Branco/AC



---

Profa. Dra. Maria José de Pinho (Membro Interno)  
UFT – Palmas/TO

---

Profa. Dra. Juscéia Aparecida Veiga Garbelini (Membro Suplente)  
UFT – Porto Nacional/TO

Palmas, 18 de março de 2015.

*A Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada, a toda minha família que com muito carinho e apoio não mediram esforços para que eu chegasse até aqui.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Aos meus pais, Maria Ramalho e José Valnizan, pelo apoio, determinação e luta na minha formação.

Aos meus irmãos, Mariza, Norberto, Lais e meu sobrinho André, que sempre estiveram ao meu lado, por mais difícil que fossem as circunstâncias.

Aos familiares, tios, tias, vó, vô, primos e primas, que contribuíram, de alguma forma, ao longo desta caminhada.

À minha orientadora, Professora Dra. Karylleila dos Santos Andrade, a quem admiro e respeito. Sou muito grata pelos ensinamentos, paciência, dedicação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

Ao Professor, Dr. Francisco Edviges Albuquerque, pelas contribuições e por aceitar o convite para me coorientar.

Aos membros da banca, Professora Dra. Maria José de Pinho e Professor Dr. Alexandre Melo de Sousa, que aceitaram o convite para compor a banca deste trabalho e pelas valiosas contribuições.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), pelas contribuições acadêmicas.

Ao secretário do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), Aloísio Orione, por estar sempre pronto em atender aos pós-graduandos.

Aos meus queridos companheiros especiais que compartilharam comigo alegrias, angustias e conquistas ao longo desta jornada acadêmica, minhas amigas queridas Bonfim Queiroz, Isaquia Franco, Neliane Macedo e meu amigo Bruno Gomes Pereira também responsável pela revisão gramatical dessa dissertação.

À minha querida amiga Sissi, pelo acolhimento, ajuda, ensinamentos, sou muito grata por tudo.

Ao querido Gui, pelas alegrias e apoio na reta final deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo consentimento da bolsa.

*“Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou o meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo. [...] as mais intensas experiências estéticas da natureza possivelmente nos apanham de surpresa. A beleza é sentida, como o contato repentino com o aspecto da realidade até então desconhecido; é a antítese do gosto desenvolvido por certas paisagens ou sentimento afetivo por lugares que se conhece bem”. (Yi-Fu TUAN, 2012).*

## RESUMO

A Toponímia é a disciplina que estuda os topônimos, ou seja, os nomes próprios de lugares. É considerada parte da linguística e possui relações intrínsecas com a Geografia, História, Antropologia e outras áreas do saber. Esta pesquisa consiste em estudar os nomes de origem indígena presentes no livro didático de Geografia<sup>1</sup> do 7º ano do ensino fundamental, considerando uma perspectiva toponímica e interdisciplinar. Como percurso metodológico, seguiremos o plano onomasiológico de investigação: por meio de um conceito genérico, identificam-se as variáveis possíveis das fontes consultadas a respeito dos nomes de lugares no livro didático. Optamos por uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva. Dentro dessa abordagem, será realizada uma pesquisa do tipo documental, posto que o instrumento utilizado para análise documental e coleta de dados é o livro didático LD. Como resultado da pesquisa realizada no LD de Geografia do 7º ano do ensino fundamental, identificamos 85 topônimos de origem indígena, os quais compõem o *corpus* da pesquisa. Na análise, buscamos compreender, a partir da identificação, descrição e etimologia desses nomes, as possíveis motivações acerca da nomeação dos topônimos indígenas, bem como, em que contexto esses nomes são apresentados no LD de Geografia. Os resultados obtidos apontam que os aspectos físico-naturais, como flora, fauna, hidrografia e características do solo foram as principais fontes motivacionais para o denominador. O estudo dos nomes de lugares, aplicado ao contexto do ensino, possibilitará a ampliação de informações nas diferentes áreas do conhecimento no que concerne o processo ensino-aprendizagem do aluno.

**Palavras-Chave:** Toponímia. Nomes indígenas. Livro didático. Geografia.

---

<sup>1</sup> Projeto RADIX: Raiz do conhecimento (Manual do Professor).

## ABSTRACT

The Toponymy is the discipline that studies the toponyms, in other words, the proper names of places. It is considered part of linguistics and has intrinsic relations with the geography, history, anthropology and other knowledge areas. This research consists in to know the names of indigenous origin present in Geography textbook 7th grade of elementary school, considering a toponymic and interdisciplinary perspective. As methodological approach, we follow the onomasiological plan of research: through a generic concept, identifies the possible variables of consulted about the names of places in the textbook sources. We opted for a qualitative descriptive research. Within this approach, a kind of documentary research will be performed, since the instrument used for document analysis and data collection is the textbook LD. As result of research conducted in LD Geography of the 7th year of elementary school, we have identified 85 toponyms of indigenous origin, which make up the corpus of research. In the analysis, we sought to understand, from the identification, description and etymology of these names, possible motivations regarding the appointment of indigenous place names, as well as the context in which these names are presented in LD Geography. The results show that the physical and natural aspects, such as flora, fauna , hydrology and soil characteristics were the main motivational sources for the denominator . The study of place names, applied to the context of teaching , enable the expansion of information in different areas of knowledge regarding the teaching-learning process of the student .

**Keywords:** Toponymy. Indigenous names. Textbook. Geography.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Estrutura semântica da semasiologia e onomasiologia.....	25
<b>Figura 2</b> – Esquema dos campos semasiológicos.....	27
<b>Figura 3</b> – Categorias toponímicas.....	36
<b>Figura 4</b> – Toponímia no contexto interdisciplinar .....	57
<b>Figura 5</b> – Abordagem dos nomes em mapas.....	71
<b>Figura 6</b> – Abordagem dos nomes em textos.....	73
<b>Figura 7</b> – Boxes informativos LD de Geografia.....	74
<b>Figura 8</b> – Abordagem dos nomes ao lado de imagens .....	75
<b>Figura 9</b> – Etimologia do hidrotopônimo .....	76

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela I</b> – Taxionomias toponímicas de Dick (1990) .....	30
<b>Tabela II</b> – Tronco Tupi .....	44
<b>Tabela III</b> – Tronco Macro-Jê .....	44
<b>Tabela IV</b> – Línguas isoladas.....	46
<b>Tabela V</b> – Temáticas abordadas pelos módulos no livro didático de Geografia do 7º ano do ensino fundamental .....	69
<b>Tabela VI</b> – Incidência de topônimos de origem indígena por Regiões Brasileiras identificadas no livro didático de Geografia do 7º ano no Ensino Fundamental .....	79
<b>Tabela VII</b> – Topônimos de origem indígena levantados no livro didático de Geografia do 7º ano no Ensino Fundamental.....	80

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>LD</b>	Livro Didático
<b>PNLD</b>	Plano Nacional do Livro Didático
<b>PCN</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>ATB</b>	Atlas Toponímico do Brasil
<b>ATESP</b>	Atlas Toponímico de São Paulo
<b>ATEMIG</b>	Atlas Toponímico de Minas Gerais
<b>ATEMS</b>	Atlas Toponímico de Minas Gerais
<b>ATEPAR</b>	Atlas Toponímico do Paraná
<b>ATMT</b>	Atlas Toponímico do Mato Grosso
<b>ATITO</b>	Atlas Toponímica de Origem Indígena do Tocantins
<b>ATMBA</b>	Atlas Toponímico dos Municípios da Bahia
<b>ATOAB</b>	Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira
<b>ATEC</b>	Atlas Toponímico do Estado do Ceará

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I - ESTUDO TOPONÍMICO</b>	
1. Toponímia: contexto histórico.....	18
1.2 Signo toponímico.....	21
1.2.1 O papel da onomasiologia e semasiologia.....	23
1.2.2 Metodologia de Dick .....	28
1.3 Nomes de lugares: uma breve abordagem da Geografia Cultural .....	37
1.4 A importância dos povos indígenas na descrição da geografia nacional: um processo de cultura e identidade.....	40
1.5 A literatura dos viajantes e a descrição dos nomes de lugares.....	48
<b>CAPÍTULO II - TOPONÍMIA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA INTERDISCIPLINARIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES NO CONTEXTO DO ENSINO</b>	
2. Toponímia no contexto da interdisciplinaridade.....	53
2.1 O estudo dos nomes no processo ensino-aprendizagem.....	58
2.2 Os nomes de lugares nos documentos oficiais.....	60
<b>CAPÍTULO III - ABORDAGEM METODOLÓGICA</b>	
3. Percorso metodológico dos estudos toponomásticos .....	63
3.1 Abordagem qualitativa.....	65
3.2 Pesquisa do tipo documental: o LD.....	65
<b>CAPÍTULO IV - ANÁLISE DE DADOS NO LD DE GEOGRAFIA</b>	
4. Os nomes de lugares no LD de geografia do 7º ano do ensino fundamental.....	68
4.1 Descrição e análise etimológica dos topônimos indígenas no LD.....	77
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	106
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	109

## INTRODUÇÃO

A nomeação de lugares e pessoas é uma prática realizada desde os primórdios da humanidade. Esse processo de nomeação possibilita a individualidade e, por conseguinte, a identificação única dos lugares e das pessoas. De acordo com suas características culturais, os povos designam no ato de nomear uma espécie legítima de registro, obtendo-se especificidades singulares da identificação dos lugares e das pessoas, o que possibilita maior relação de convivência no contexto social em que estão inseridos.

Os nomes são formas de representação dos lugares, e a nomeação realiza-se em constante transformação e de maneira dinâmica. Geralmente, é determinada por aspectos econômicos, religiosos, políticos, sociais, culturais, entre outros. Tais fatores determinantes fazem com que os nomes evoluam, passem por transformações e/ou se corrompam.

A língua tem o papel de representar as práticas empregadas pelo homem, de modo que explicita as atitudes, conhecimentos, crenças, valores de determinado grupo de falantes. Essas práticas são expressivamente representadas pelo léxico, de modo que os grupos batizam os ambientes ao seu redor, revelando sua cosmovisão e o *modus vivendi* de seu grupo.

O indivíduo é caracterizado pela necessidade de consolidar suas impressões nos ambientes habitados por eles, cujo objetivo é eternizá-las ao longo da história. A Toponímia estabelece a consolidação dessas impressões deixadas pelos indivíduos, sendo que a denominação dos nomes de lugares reflete sentimentos vividos pelas comunidades. Os estudos toponímicos revelam-se de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais de um povo, pois permitem a identificação de fatos linguísticos, de ideologias e crenças presentes no ato denominativo e, posteriormente, a sua permanência/aceitação ou não em uma comunidade.

O estudo toponomástico é de natureza interdisciplinar, por apresentar relações intrínsecas com outras áreas do conhecimento. Andrade (2011, p. 162) afirma que pode-se pensar a relação da Toponímia a partir de uma visão interdisciplinar, estabelecendo o sentido de unidade diante dos diversos saberes. Isto quer dizer possibilitar ao sujeito re/encontrar a identidade, história, etimologia do

nome na multiplicidade de conhecimentos, tendo em vista o plano onomasiológico no ato de dar nomes aos lugares.

Nesse sentido, acreditamos que seja possível vincular esse estudo ao processo ensino-aprendizagem<sup>2</sup>, pois a Toponímia apresenta elementos que revelam a cosmovisão dos indivíduos, resgata a memória, etimologia, valoriza a identidade, e assim enaltece o sentimento de pertencimento e a valorização do lugar. Empregado no contexto do ensino possibilitará ao aluno esse resgate histórico, cultural e identitário do nome. O estudo contribui ainda para a preservação de informações acerca da trajetória das comunidades que viveram e vivem em determinada região, bem como dos momentos históricos vivenciados por elas. Tais fatores contribuem de maneira efetiva para o processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, uma das possibilidades de vincular esse estudo ao contexto do ensino é através do uso do livro didático de geografia do ensino fundamental, uma vez que ele traz conteúdos correlacionados à apresentação de nomes de lugares: geografia física<sup>3</sup> e humana. A Geografia é uma ciência que se dedica ao estudo do espaço<sup>4</sup> geográfico, sendo os fenômenos da natureza, as ações dos seres humanos no meio ambiente<sup>5</sup>, ou seja, representa as realizações humanas em determinado espaço.

O LD de geografia do 7º ano, objeto de estudo, tem como objetivos promover o processo de ensino-aprendizagem da Geografia por meio de uma

---

<sup>2</sup> Considerando que “o ato de ensinar e aprender implica sempre um mínimo de dois atores” e se entendemos que tais atores são sujeitos sociais, históricos e culturais, portanto instrumentalizados pela linguagem, então podemos afirmar que há um fluxo nas duas direções, permutando valores, princípios e crenças. Podemos então salientar que “o ensino- aprendizagem é um processo no qual está sempre presente, de forma direta ou indireta, o relacionamento humano”. (ZUANON, 2006, p. 15).

<sup>3</sup> A Geografia Física estuda os elementos inertes. A Geografia Humana é a parte da Geografia Geral que trata dos homens e suas obras desde o ponto de vista de sua distribuição na superfície terrestre. (SORRE, 2003, p. 137)

<sup>4</sup> Se tomarmos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma” com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos utilizar para clarificar ou para individualizar fenômenos. A característica de um espaço relativo propõe que ele deve ser entendido como uma relação entre objetos, a qual existe somente porque os objetos existem e se relacionam. Há outra aceção segundo a qual o espaço pode ser tomado como relativo, e proponho chamá-lo espaço relacional – espaço tomado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos. (HARVEY, 1973, pp. 4-5 *apud* MAIA e ALVES 2009, p. 12).

<sup>5</sup> Historicamente, temos também em relação à Geografia uma naturalização do homem, seja no conceito de paisagem, como no de ambiente. Entretanto, Gonçalves (1989), em sua crítica ao conceito de meio ambiente, propõe uma visão de ambiente por inteiro, ou seja, considerá-lo nas suas múltiplas facetas. Não sendo mais possível conceber ambiente como equivalente a natural. O ambiente por inteiro como se refere implica em privilegiar o homem como sujeito das transformações, sem negar as tensões sob as mais diferentes dimensões. (SUERTEGARAY, 2001. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em 05 de novembro de 2014).

linguagem contemporânea e de fácil compreensão, visando despertar o interesse pelo seu estudo. Além disso, busca responder questionamentos referentes aos acontecimentos ao nosso redor, ou em diversos outros lugares no mundo. O LD aborda, no decorrer das unidades, aspectos relacionados aos lugares, cujos enfoques principais são paisagens, população, regiões brasileiras, observando suas transformações ao longo do tempo, explicitando como e por que elas ocorrem, bem como as diferenças existentes entre os aspectos naturais e culturais do planeta.

Em vista disso, pretendemos fazer uma reflexão acerca das questões que norteiam este estudo: Como os topônimos de origem indígena estão apresentados no livro didático de geografia do 7º ano do ensino fundamental? É possível relacionar os nomes de lugares apresentados nos livros didáticos de Geografia do ensino fundamental com aspectos linguísticos (informações sobre a origem/etimologia da palavra), saberes socioculturais, geohistóricos e antropológicos?

Essas reflexões nos faz observar que o estudo dos nomes de lugares, vinculados ao estudo da Geografia, podem contribuir para a ampliação de informações dos alunos, no que diz respeito aos aspectos sócio-históricos, culturais, linguísticos, além do resgate da memória e do sentimento pelo lugar.

A ideia de estudar os nomes de lugares no livro didático de Geografia surgiu pela escassez de pesquisas toponímicas voltadas ao contexto do ensino. Utilizamos para descrição e análise do *corpus*, apenas o livro didático de Geografia do 7º ano por trabalhar com maior incidência os nomes de lugares. Adotamos a coleção da editora Scipione, utilizada pelas escolas públicas do ensino fundamental no Tocantins no ano 2012, tendo em vista o Plano Nacional do Livro Didático - PNLD. A coleção do material pedagógico foi disponibilizado em grande escala pelas escolas públicas do estado, de acordo com um levantamento prévio feito para essa pesquisa nas escolas de Palmas.

Este estudo é orientado pela premissa de que o LD de Geografia do 7º ano do ensino fundamental aborda em seu volume os nomes de lugares de maneira significativa, por trabalhar diretamente questões relativas ao território, paisagens, as faces do espaço geográfico brasileiro, como as regiões. Os nomes de origem indígena, presentes no LD de geografia, apresentam-se em contextos específicos do ensino na geografia, situando nomes de municípios, estados, capitais, vilas, ou seja, aglomerados humanos. Constatamos que a abordagem etimológica desses nomes, quando existe, é bastante superficial. No entanto, enfatizamos que um estudo sob a

ótica da etimologia poderá possibilitar ao aluno conhecer a origem/procedência dos nomes, suas particularidades e curiosidades.

Na busca por responder a essas questões, este estudo pautou-se nas seguintes temáticas de trabalho: estudar os nomes de origem indígena presentes no livro didático de Geografia do 7º ano do ensino fundamental, considerando um estudo na perspectiva toponímica e interdisciplinar; identificar em que contexto os topônimos de origem indígena são apresentados no LD de Geografia do ensino fundamental; compreender o ato de nomeação de nomes indígenas na geografia nacional; e descrever a etimologia dos nomes de lugares de origem indígena no LD de Geografia do 7º ano do ensino fundamental.

A metodologia empregada baseia-se no plano onomasiológico de investigação, tendo como parâmetros os fundamentos teórico-metodológicos propostos por Dick (1990). Será utilizado o método indutivo para que, ao longo das descrições onomásticas<sup>6</sup>, se construam hipóteses de trabalho. Para este estudo, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo descritiva. Dentro dessa abordagem, será realizada uma pesquisa de cunho documental, bem como levantamento bibliográfico. O livro didático de Geografia do 7º ano do ensino fundamental será utilizado como instrumento para análise documental e coleta de dados.

O trabalho é composto de quatro capítulos. No primeiro, discutimos o estudo toponímico por meio de uma abordagem conceitual e histórica, apresentamos a importância e a influência dos topônimos de origem indígena na descrição da geografia nacional. No segundo capítulo, buscamos relacionar o estudo toponímico, pelo viés do ensino, à teoria da interdisciplinaridade. Apontamos ainda contribuições, sob a ótica da toponímia, para o processo de ensino-aprendizagem da Geografia e discutimos de que forma os nomes de lugares são abordados nos documentos oficiais.

O capítulo três discute o percurso metodológico do trabalho, assinalando os passos trilhados para produção deste estudo. Explicitamos a metodologia e as abordagens utilizadas para coleta e análise dos dados, as quais são respaldadas

---

<sup>6</sup> A Onomástica (do grego ὀνομαστική, ato de nomear) ciência que estuda os nomes próprios, tem duas subáreas ou subsistemas: a Toponímia (do grego τόπος, lugar e ὄνομα, nome) e a Antroponímia (do grego ἄνθρωπος, homem, e ὄνομα nome). A primeira estuda os nomes próprios de lugares, e a segunda os nomes próprios de pessoas. A Onomástica é uma disciplina científica com suas regras, taxionomia e metalinguagem. (CIRRINCIONE, 2010, p. 200)

pelos aportes teórico-metodológicos correspondentes à análise do conteúdo. No quarto capítulo, apresentamos a análise dos dados, bem como a descrição etimológica dos 85 topônimos levantados no *corpus*. E por fim, as considerações finais do trabalho. Nessa sessão, apresentamos uma reflexão dos resultados obtidos por meio das análises desenvolvidas ao longo do trabalho.

## CAPÍTULO I

### ESTUDO TOPONÍMICO

#### 1. Toponímia: Contexto histórico

Os estudos toponímicos foram introduzidos como disciplina científica no século XIX, por volta de 1878, na França, instituído na *Ecole Pratique des Hautes Etudes*, por meio de Auguste Longnon. Após 1912, os alunos de Longnon publicaram postumamente a obra do autor denominada, *Les noms de lieu de la France*, sendo um marco para o desenvolvimento dos estudos toponímicos no mundo. O livro serviu de referência para um de seus principais seguidores, Aubert Dauzat, o qual retoma os estudos onomásticos. Ele teve como uma de suas principais obras, *Les noms de lieux*, publicada em 1928.

Em 1938, Dauzat organizou o I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, que contou com a participação de 21 países e teve como discussões práticas e metodologias dos estudos onomásticos. O estudioso impulsionou os estudos na área, e a França tornou-se referência contínua para os trabalhos toponímicos em todo o mundo. O panorama atual dos estudos onomásticos na França evidenciam-se por meio de projetos e pesquisas, com destaque para o projeto do dicionário topográfico da França. É um projeto de âmbito nacional o qual inclui nomes de lugares antigos e modernos. Os toponimistas desenvolvem pesquisas no intuito de investigar a história, geografia, topografia a partir dos nomes de lugares franceses. Os estudos são divulgados por meio de publicações de documentos inéditos, destacam-se os pesquisadores: Stéphane Gendron, com a obra *L'Origine des noms de lieux en France: Essai de toponymie* de (2008), e Pierre-Henri Billy, com o *Dictionnaire des noms de lieu de la France* de (2011).

Nos Estados Unidos, George Stewart (1951) concedeu valiosas contribuições para os estudos onomásticos, principalmente em relação aos estudos da Toponímia indígena americana. Atualmente, nos EUA são realizados diversos eventos, conferência sobre os estudos onomásticos, cujo objetivo é debater os nomes geográficos, seja no âmbito da criação ou preservação dos nomes. São desenvolvidas pesquisas na área da onomástica, difundidas pela *American Name Society* (ANS), fundada por George Stewart em 1951. É a mais antiga sociedade

acadêmica dedicada aos estudos dos nomes no país. Os pesquisadores promovem os estudos onomásticos, tanto dos EUA quanto de países do exterior, e visam investigar as percepções culturais, históricas e linguísticas reveladas pelos nomes. Dentre as suas principais publicações incluem-se: *The Ehrensperger Report names: A journal or onomastics*. Destacam-se os seguintes pesquisadores: Ross Eckler, Fritz I. Kramer e Hubert Blaine, referências para os estudos dos nomes nos Estados Unidos. Atualmente, a American Name Society é presidida pela Dra. Donna Lillian, da Universidade Estadual Apalachian. A pesquisadora considera que o estudo dos nomes do Norte da América podem revelar aspectos importantes sobre a história, os padrões e os valores de migração.

O Canadá também se destacou em pesquisas onomásticas com trabalhos voltados ao estudo das línguas em contato. As pesquisas atualmente são difundidas, sobretudo, pela *Canadian Society for the Study of Names - CSSN* (Sociedade Canadense para o Estudo dos Nomes), fundada em 1967. Os principais objetivos da CSSN são: promover o estudo de aspectos de nomes do Canadá e de outros lugares, bem como permitir o diálogo e integração entre onomásticos, toponimistas e estudiosos nas áreas afins da onomástica literária e em relação aos aspectos linguísticos dos nomes. A CSSN também tem o papel de divulgar os eventos nacionais e internacionais da onomástica, e é aberta a todos os que partilham os objetivos da sociedade. Os membros pagam uma anuidade e garantem uma assinatura da revista onomástica canadense (duas edições por ano) e de boletins informativos da Sociedade (normalmente três vezes ao ano). Tem como presidente Carol J. Léonard da Universidade de Alberta Edmonton.

Em relação à Toponímia aplicada, a Espanha vem se despontando nos estudos toponímicos nos últimos anos, com excelentes trabalhos desenvolvidos na Universidade de Barcelona. Sobressaem os pesquisadores Ramón Menéndez Pidal, com a obra *Toponímia Prerromana Hispana*, de (1952), e Jairo Javier García, que lançou, em 2007, o *Atlas Toponímico de Espanha*.

Os estudos toponímicos no Brasil tiveram início no século XX e baseavam-se no registro de nomes indígenas escritos etimologicamente. Estavam associados diretamente aos estudos tupi. Um dos grandes nomes foi Teodoro Sampaio com a obra *O Tupi na Geografia Nacional* (1901), considerada obra clássica para a Toponímia do Brasil. Mais tarde, destacam-se dois grandes trabalhos: *Toponímia brasileira* de Levy Cardoso (1961), cuja obra é um estudo sobre a Toponímia

amazônica, e *Contribuição do Bororô à Toponímia Brasileira* (1965), de Carlos Drumond.

Os estudos toponímicos no plano acadêmico foram desenvolvidos inicialmente na Universidade de São Paulo (USP), com a Cadeira de Etnografia e Língua Tupi. Os estudos eram voltados para pesquisas sobre a etimologia dos nomes tupinambás antigos, inseridos nas terminologias da geografia brasileira. Esses estudos eram liderados pelo Prof. Dr. Plínio Ayrosa, e, mais tarde, sucedido pelo Prof. Carlos Drumond e, posteriormente, pela Profa. Maria Vicentina do Amaral Dick.

No contexto acadêmico atual, a Profa. Dra. Maria Vicentina do Amaral Dick é uma das principais referências para as pesquisas toponímicas. Em 1980, sob orientação do Professor Carlos Drumond, defendeu a tese de doutorado intitulada *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos*, publicada, em 1990, com o título *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. Dick é responsável por elaborar o projeto ATB - Atlas Toponímico do Brasil e suas variantes. Suas pesquisas e publicações são referência para os outros atlas, cujas pesquisas estão voltados para formação das cidades e dos aglomerados humanos (vilas, povoados, distritos, freguesias, aldeamentos etc). Os objetivos<sup>7</sup> dessas pesquisas são, entre outros, realizar o levantamento cartográfico municipal dos Estados brasileiros (ponto de vista etnolinguístico e taxionômico), a partir da nomenclatura geográfica estabelecida (acidentes físicos e antrópicos), a fixação dos campos semânticos inferidos e das áreas toponímicas correlatas, o remapeamento areal da terminologia onomástica estudada por meio das fichas lexicográfico-toponímicas (tratamento dos dados).

Atualmente, existem diversas variantes regionais vinculadas ao ATB sendo desenvolvidos, tais como: ATEMIG - Atlas Toponímico de Minas Gerais (UFMG); ATEMS - Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul (UFMS); ATEPAR - Atlas Toponímico do Paraná (UEL); ATEMT - Atlas Toponímico do Mato Grosso (UFMT); ATT - Atlas Toponímico do Tocantins (UFT); ATMBA - Atlas Toponímico dos

---

<sup>7</sup> Informações obtidas no Diretório de Pesquisa (CNPQ) da Professora Dra. Maria Vicentina do Amaral Dick, Projeto ATB - Atlas Toponímico do Brasil: parte geral e variantes regionais. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1830451661552337>> Acesso em fevereiro de 2015.

Municípios da Bahia doravante (UFBA); ATA OB - Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira e o ATEC - Atlas Toponímico do Estado do Ceará, os dois últimos vinculados à (UFAC) – Universidade Federal do Acre.

O estudo toponímico possibilita a identificação dos lugares, evidencia as reminiscências em relação aos acontecimentos, compreende o domínio cultural e os valores de um grupo, reflete diretamente nas questões de memória, identidade conjunta dos povos. Quando um indivíduo ou comunidade linguística atribui um nome a um elemento humano ou físico, revelam-se tendências sociais, políticas, religiosas, culturais. Na sequência, abordaremos o signo toponímico sob o olhar dos estudos da onomástica.

## 1.2 O signo toponímico

O signo toponímico é também um signo linguístico, difere-se dos demais signos linguísticos da língua devido a sua função onomástica na identificação dos topônimos, ou seja, no que se refere a sua motivação. A nomeação, nesse caso, não é arbitrária, de modo que a denominação dos nomes é realizada a partir de uma escolha. Com isso, o signo toponímico é determinado, sobretudo, pelas características físicas do local ou pelas impressões, crenças e sentimentos do denominador.

Dick (1990, p. 38) explicita que

Muito embora seja o topônimo, em sua estrutura, como já se acentuou, uma forma de língua, ou um significante animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma divisão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo.

A importância do signo toponímico caracteriza-se pela denominação dos elementos físicos e humano. Dick (1990, p. 40) reitera que

A aproximação do topônimo aos conceitos de ícone ou de símbolo, sugerida pela própria natureza do acidente nomeado (...) poria em relevo outra das características do onomástico toponímico, qual seja não apenas a identificação dos lugares, mas a indicação precisa de seus aspectos físicos ou antropoculturais, contidos na denominação. Dentro, assim, de um nome e, sim, correlatamente, o emprego de uma técnica discriminativa que os precisasse em sua situação geográfica, não parece haver dúvida de que tal

nomenclatura atenderia, de maneira hábil, a esses fundamentos. Mesmo porque, através desses recursos, a mensagem emitida e consubstanciada no nome a ser interpretado, atingiria plenamente os receptores.

Nesse contexto, considera-se que os topônimos possibilitam a identificação de fatos como, costumes, cultura, pessoas, datas importantes, homenagens, dentre outros, que enaltecem o sentimento de pertinência de um lugar para sua população, sem dúvida, a toponímia viabiliza a conservação de identidade e comutação cultural. O nome de lugar simboliza a construção da identidade do indivíduo, assim como, a do lugar a que ele pertence. Ao nomearmos seres e objetos no mundo que nos cerca, impregnamos neles nossas marcas sociais, históricas, culturais e linguísticas.

Pode-se conceituar Toponímia como a disciplina que estuda os nomes de lugares, a etimologia, as transformações inerentes a nomes de sítios, nações, povoações, bem como rios, montes, vales e os designativos geográficos tendo em vista os aspectos físicos, relações culturais e os grupos humanos<sup>8</sup>.

Toponímia vem do grego *topos* “lugar” e *onoma* “nome”. Suas particularidades são a busca pela etimologia, o caráter semântico da palavra e suas transformações linguísticas, principalmente as fonético-fonológicas e as morfológicas. É uma vertente da ciência onomástica e está ligada à lexicologia<sup>9</sup>, ciência que pode ser definida como o estudo científico do léxico. Para Dick (1990, p. 36), ela é “um imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente. Essa disciplina dedica-se ao estudo dos nomes de lugares de uma forma geral, levando-se em conta seu caráter motivacional.

Em sua formação, um topônimo recebe influências internas e externas que podem ser únicas ou combinadas (simples, composto, híbrido). Discutiremos sobre

---

<sup>8</sup> Es el ente geográfico que tiene identidad reconocible processada cognitivamente por una cultura en el marco de su visión del mundo. Se trata en realidad de las distintas categorías geográficas culturalmente reconocidas o ideadas por una cultura. [...] La aplicación de este criterio implica una clasificación de las entidades geográficas vigentes en la cultura. A modo de exploración podemos plantear una taxonomía que distinga inicialmente entre entidades naturales y entidades culturales. Cada una de estas, a su vez, pueden subclasificarse en una serie de subclases. Esta parte de los estudios topónimos se relaciona directamente con la actividad cognitiva que despliega un grupo humano en la organización y conceptualización de la ecología en que habita. Desde nuestra perspectiva cultural occidental podría asumirse que las entidades geográficas concebidas por nuestra cultura se clasifican como sigue: a. entidades geográficas culturales: Asentamientos humanos, caminos (odónimos), Chacras (agrónimos), Puentes, Calles, Circunscripciones políticas, etc. b. Entidades geográficas naturales: Cerros, Ríos, Lagos, Mares, Mesetas, Arenales, Penones, Islas, Cayos, Laderas, etc. (FONSECA, 1997, p. 22-24).

<sup>9</sup> A Lexicologia, ciência antiga, tem como objetivos básicos de estudo e análise a palavra, a categorização lexical e a estruturação do léxico. (BIDERMAN, 2001, p. 16)

os tipos de topônimos no tópico relacionado à metodologia de Dick. Essas influências podem vir das condições geográficas, históricas, culturais, sociais, etimológicas, semânticas, linguísticas e outras.

A Toponímia estuda os designativos geográficos de natureza física e antropocultural, Dick (1990) apresenta as taxionomias toponímicas em que propõe a divisão em duas ordens – a física e a antropocultural, abordaremos detalhadamente a classificação das taxionomias proposta pela autora na sessão intitulada Metodologia de Dick. Os designativos antropoculturais abrangem assentamentos humanos como, cidades, países, ruas, fazendas, etc. Os físicos naturais compreendem rios, lagos, etc. Para Fonseca (1997, p. 20)

Los nombres geográficos son parte constitutiva de la historia de un grupo humano. No es concebible imaginar un recuento histórico en el que no se señale con sus nombres a los lugares en los cuales tuvieron lugar hechos de la historia. Los nombres nos dicen de las lenguas de los pueblos, de su cultura, de la historia social, de sus recursos, etc., de su poblamiento, de la organización de los asentamientos humanos, de su relación con la naturaleza, de la importancia de ella para un grupo humano, de la manera cómo ha transformado el hombre el ambiente circundante, etc. En esta perspectiva, un nombre geográfico es testigo excepcional de excepcional de historia humana<sup>10</sup>.

Entende-se, portanto, que o estudo toponímico está diretamente implicado aos fatores históricos, políticos, valores sociais, culturais em relação à memória de um povo, estabelecendo uma relação de identidade entre nome e denominador. A seguir, apresentaremos alguns apontamentos a respeito do processo de conceituar e definir.

### **1.2.1 O papel da onomasiologia e semasiologia**

A linguagem deve ser identificada e analisada por uma ótica social, e não apenas pelo seu caráter semântico. É através da linguagem que os indivíduos interagem, estabelecem-se social e intelectualmente.

---

<sup>10</sup> Os nomes geográficos constituem a história de um grupo. Não é possível imaginar um relato histórico em que não sejam indicados os nomes para os lugares onde os acontecimentos tiveram lugar na história. Os nomes nos dizem sobre a línguas e os povos, sua cultura, história social e seus recursos, etc., de sua liquidação, organização dos assentamentos humanos, a sua relação com a natureza, a importância dela para um grupo humano, a maneira como o homem transformou o ambiente circundante, etc. Nesta perspectiva, um nome geográfico é excepcionalmente testemunho excepcional da história humana. (FONSECA, 1997, p. 20, tradução nossa).

Nomear é uma atitude linguística que compõe as funções do signo, isto é, o plano semiológico. Nesta perspectiva, dois fatores inter-relacionam-se: os processos onomasiológico e o semasiológico. Para Baldinger (1966, p. 8)

Os dois métodos — a semasiologia e a onomasiologia— põem-se a serviço da lexicologia histórica, mas são atraídos, ao mesmo tempo, pela segunda tendência, a do primado da estrutura. A semasiologia, é certo, considera a palavra isolada no desenvolvimento de sua significação-, enquanto que a onomasiologia encara as designações de um conceito particular, vale dizer, uma multiplicidade de expressões que formam um conjunto.

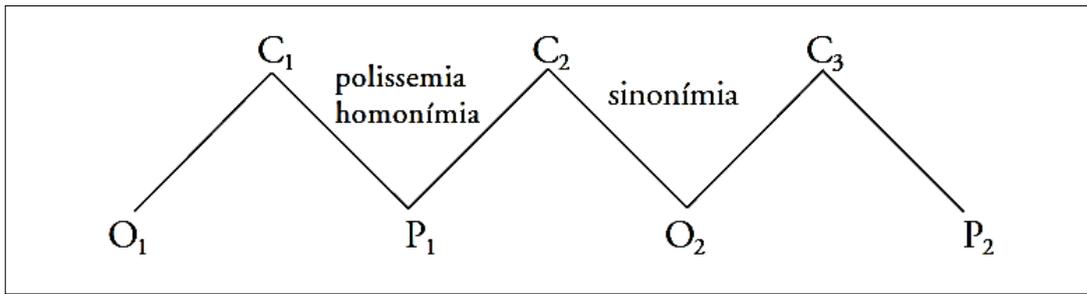
O fazer onomasiológico, em relação ao processo de denominação, parte da ideia ao signo, obtêm-se as significações de um conceito específico, por meio de uma gama de expressões, formando um conjunto. O percurso semasiológico é inverso, no qual parte da palavra, propicia os significados a que se referem. Considera a palavra isolada em seu percurso significativo, ambas complementam-se e fazem-se necessárias. Andrade (2010, p. 100) reitera que esses processos “devem ser vistos como unidades que comportam semas distintos e fazem parte de processos de níveis distintos do percurso gerativo da enunciação de codificação e decodificação”.

A semasiologia e a onomasiologia estabelecem estruturas semânticas. A primeira correspondente à polissemia ou homonímia<sup>11</sup>, e a segunda, à sinonímia<sup>12</sup>. Para melhor visualização das relações semasiológicas e onomasiológicas, a partir do signo de Pierce<sup>13</sup>, Baldinger (1966) exemplifica por meio do esquema representado na figura abaixo:

<sup>11</sup> “Polissemia é a propriedade do signo linguístico que possui vários sentidos”. (DUBOIS, 1978, p. 471). “Homonímia é a identidade fônica (homofonia) ou a identidade gráfica (homografia) de dois ou mais morfemas que não têm o mesmo sentido de um modo geral”. (DUBOIS, 1978, p. 326).

<sup>12</sup> A Sinonímia pode ter duas acepções diferentes: ou dois termos são ditos sinônimos quando tem a possibilidade de se substituírem um ao outro num único enunciado isolado (para uma palavra dada, a lista de sinônimo é então importante), ou os dois termos são ditos sinônimos ( Sinonímia absoluta) quando são intercambiáveis em todos os contextos, e, então, não existem verdadeiros sinônimos senão entre duas línguas funcionais ( por exemplo, em português, em zoologia, a nomenclatura científica e a nomenclatura popular oferecem numerosos exemplos de sinonímia absoluta). Além disso, duas unidades podem ter o mesmo referido e só se empregar em contextos diferentes: o copo de pinga é, sem dívida, um copo de aguardente, mas o aparecimento de um ou de outro depende de tais restrições que há poucas oportunidades de elas serem facilmente intercambiáveis se tivermos em conta o contexto sócio-cultural. É mais em termos de graus que se pode falar em sinonímia; ela tornar-se-á, assim, simplesmente a tendência das unidades do léxico de terem o mesmo significado e de serem substituíveis umas pelas outras. A sinonímia pode, então, ser completa ou não. (DUBOIS, 1978, p. 555).

<sup>13</sup> Um signo é aquilo que sob determinado aspecto representa algo para alguém. Vai ao encontro de alguém, criando na mente desta pessoa um outro signo. O signo é uma representação de seu objeto. Para Pierce: “Os signos são divisíveis conforme três tricotomias; a primeira, conforme o signo em si



**Figura 1** – Estrutura semântica da semasiologia e onomasiologia  
 Fonte: Baldinger (1966) citado por Couto (2012, p. 191) (adaptado)

Couto (2012), com base no esquema desenvolvido por Baldinger (1966), explica que

Da perspectiva onomasiológica, podemos partir da coisa ou objeto ( $O_2$ ), que está associada aos conceitos  $C_2$ ,  $C_3$ . O primeiro está ligado à palavra ( $P_1$ ); o segundo, à palavra  $P_2$ . Do ponto de vista semasiológico, partimos da palavra ( $P_1$ ), que se associa a mais de um conceito,  $C_1$ , e  $C_2$ , sendo que  $C_1$  está ligado a um objeto ( $O_1$ ) e  $C_2$  a  $O_2$ . Partindo de  $P_1$ , podemos ter polissemia ou homonímia (uma palavra associada a mais de um conceito), conforme o caso; partindo de  $O_2$ , temos sinonímia (dois conceitos associados ao mesmo objeto). A representação é esquemática. Ela mostra apenas uma possibilidade, entre inúmeras outras.

De acordo com o esquema acima, em relação ao processo de nomeação dos lugares, dentre suas inúmeras possibilidades, tem-se o caminho enunciativo, no qual o denominador parte de suas intenções e motivações para o ato de nomear. Tal percurso corresponde ao fazer onomasiológico, o fazer lexemático e discursivo, ou seja, parte do conceito ao nome. No fazer semasiológico, tem-se o contrário, de modo que o denominador parte do próprio discurso que já possui para proceder à interpretação, no caso a nomeação, partindo do nome para interpretação.

O campo semasiológico, ou seja, o campo das significações, faz-se importante no processo de interpretação dos contextos, como, por exemplo, o topônimo indígena, retirado do LD de Geografia do 7º ano, *Atibaia*, que possui a seguinte significação: Rio e cidade, de *ybaia*, *tybaia*, planta das mirtáceas, vulgarmente chamada de uvaia. A partir da análise etimológica deste nome, foi possível identificar suas múltiplas significações, tratando-se de uma estrutura

---

mesmo for uma mera qualidade, um existente concreto ou uma lei geral; a segunda, conforme a relação do signo para com seu objeto consistir no fato de o signo ter algum caráter em si mesmo, ou manter alguma relação existencial com esse objeto ou em relação com um interpretante; a terceira, conforme seu interpretante representá-lo como um signo de possibilidade ou como um signo de fato ou como um signo de razão.” (PIERCE, 2000, p. 243).

semasiológica de um campo de significações. De acordo com os dicionários<sup>14</sup> de Sampaio (1987), Bueno (2013), Tibiriçá (1984) e (1985), Ferreira (2004) e Houaiss (2009), *Atibaia* possui as seguintes referências:

- a) **Tibiriçá** (1985, p.26): rio e cid. do E. de São Pulo; de **ybaia, t'ybaia**, planta de fam. Das mirtáceas, vulgarmente chamada uvaia, cujo fruto é bastante ácido mas muito apreciado para refrescos e batidas; a origem do nome **atibaia** é bastante controvertida, mas pensamos ser o que aludimos, pois a referida fruta é abundante na região.
- b) **Silveira Bueno**\_(2013, p.61): s. Cidade do Est. de S. Paulo. Há várias maneiras de interpretar o significado desta palavra. Eis algumas apresentadas por T. Sampaio: “**atyb-aia**, o pomar saudável. Outrora se escrevia **Tybaia**, ou **Thibaia**, caso em que cabe diversa interpretação. **Tybaia = tyb-aia**, vale dizer *sítio saudável*, S. Paulo. Outra interpretação ainda pode caber: **Tybaia-ty-b-aia** que se traduz: o manancial saudável. “De todas estas hipóteses, a que melhor coaduna com ecologia é a de *lugar saudável*, pois, como clima de montanha, foi sempre recomendado a tuberculosos. No meu *Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa 3ª edic. IX vols.* Ofereço ao leitor e sobretudo aos de Atibaia, outra interpretação do nome da cidade. Encontra-se no vol. IX. Para o sábio alemão Carlos Frederico Von Martius (*Glossaria Linguarum Brasiliensium*, Erlang- 1863) o nome é apenas *Tibaia*, mais corretamente **Atibaia**, de *atí*, nome de um pássaro e exemplifica com **Atinguassú** que o povo chama de *alma-de-gato*. A terminação *baia* significa saudável, salubre. O novo elemento introduzido por Von Martius, *atí*, nome de um pássaro, deve ser levado em conta. Muitos outros nomes de lugares, v. g., *Tietê*, encerram a ideia de lugar onde há, neste último caso, *tié*, outro pássaro: *Tietê*, muitos *tiés*, abreviado em *Tietê*, nome do conhecido rio paulista e da cidade homônima. Assim, *Atibaia* seria o lugar saudável, salubre, onde havia muitos *Atí*, muitas *almas-de-gato*.

<sup>14</sup> A escolha dos dicionários de Sampaio, Bueno e Tibiriçá deu-se pelo fato desses dicionários trabalharem diretamente os vocábulos indígenas. Possuem uma abordagem ampla quanto à descrição dos nomes de origem indígena.

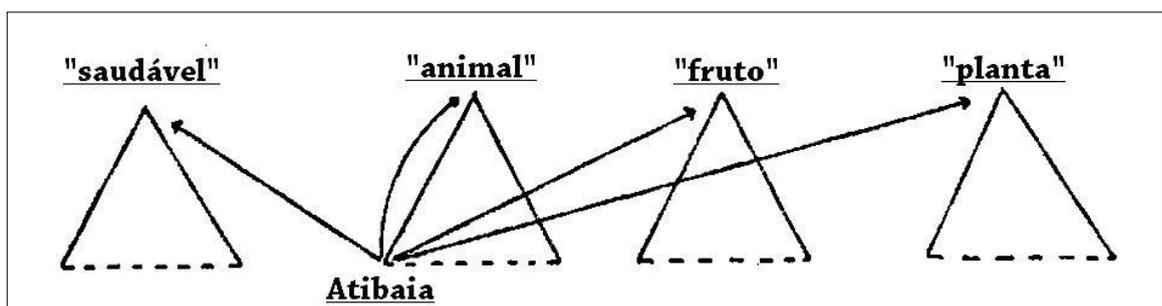
Os mais antigos residentes da Atibaia atestam a existência dos pássaros *alma-de-gato* e a salubridade do local está comprovada pela sua denominação de estância climatérica. Acho, portanto, que, combinando a hipótese de T. Sampaio com a de von Martius, pode-se aceitar que *Atibaia* quer dizer: o lugar saudável onde havia muitos pássaros *Atis*. Esta nasalção perdeu-se, ficando apenas **Atis: Atibaia**. A perda nasal é comum: *Paraná, Paraná*.

- c) **Sampaio** (1987, p.202): S.c. **Atyb-aiá**, o pomar saudável. V. **Atiba**. Em outrora se escrevia **Tybaia** ou **Thibaia**, caso em que cabe diversa interpretação. **Tybaia** igual a **tyb-aiá**, vale dizer, sítio saudável. São Paulo. Outra interpretação ainda pode caber **Tybaia** igual a **ty-b-aiá**, que se traduz manancial saudável.

Os dicionários de Ferreira (2004) e Houaiss (2009) fazem referência apenas a Atibaiano: top. **Atibaia + -ano**, relativo à Atibaia SP ou o que é seu natural ou habitante; atibaense.

Os campos semasiológicos são referência para qualquer léxico alfabético e sincrônico. A estrutura do fazer semasiológico é necessária para interpretação de qualquer contexto.

Baldinger (1966) estabelece um esquema estrutural para significações dos campos semasiológicos, a partir do exemplo do topônimo *Atibaia*..:



**Figura 2** – Esquema dos campos semasiológicos  
Fonte: Baldinger (1966) citado por Castilho e Carratone s/d, p. 139 (adaptado)

Essa estrutura corresponde ao emaranhado de significações empregadas ao topônimo *Atibaia*, que em todo contexto da nomeação designa fatores físicos, históricos e culturais pertencentes ao nome.

Para Baldinger (1966, p. 18),

Os vestígios do campo antigo, portanto, orientam-se para o novo campo semasiológico. Nossas considerações prévias evidenciam os aspectos essenciais da semasiologia tanto quanto suas tarefas mais urgentes. Primeiramente, a semasiologia não tem um caráter linear individual; ela trata de uma estrutura semasiológica precisamente, que, conforme o caso, pode ser muito complicada ou muito simples. Ela confirma inteiramente a teoria que, desde Saussure, ganha mais e mais autoridade, deve-se aprofundar as relações estruturais da língua. A semasiologia ao mesmo tempo incorpora-se no sistema do eixo sincrônico-diacrônico de Saussure: o ponto de partida é sempre o aprofundamento da estrutura sincrônica, ou, mais precisamente, das estruturas sincrônicas que diferem segundo as épocas e os lugares.

Segundo o autor, é coerente afirmar que o processo semasiológico permite estudar diversas generalizações de especificidades e significações. Já o campo onomasiológico, ou o campo das designações, busca atingir as inúmeras denominações, ou seja, as múltiplas expressões que se aglomeram. É o caso do signo toponímico.

Nesse sentido, Dick (1990, p. 34) assevera que

Ainda que na língua, o signo participe, genericamente, de uma natureza convencional de significação, ao se aplicar o mesmo princípio à Toponímia notar-se-à uma diversidade de aspecto: o elemento linguístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área designada.

O percurso onomasiológico constitui-se do inventário de designações ligadas ao sentido/conceito. Para Dick (1990, p. 36), “O emprego do signo linguístico é que se torna especial nas ciências onomasiológicas; ou, em outras palavras, a função significativa dos mesmos é que diferencia quando a Toponímia os transforma em seu objeto de estudo”.

Nesse sentido, consideramos que os topônimos são constituídos por aspectos históricos, antropoculturais, sociais, físicos, compostos de significados que se complementam a partir da motivação durante o ato denominativo. Esses aspectos são decisivos para que os falantes escolham um determinado nome, a partir de múltiplas possibilidades sêmicas, sendo decisivas para nomear determinado lugar.

### **1.2.2 Metodologia de DICK**

Os aspectos motivacionais inerentes à toponímia são estabelecidos em dois momentos: em primeiro lugar, pela intencionalidade do denominador; e segundo, a partir da origem sêmica da denominação. Esses aspectos revelam que o caráter

motivador dos topônimos representa as possibilidades sincrônicas e diacrônicas no estudo toponímico, o qual refletirá na formalização das taxionomias dos nomes de lugares. Os topônimos tornam-se sujeitos às transformações morfossintáticas, comparadas a outras unidades lexicais, devem ser estudados etimológica e semanticamente nas diferentes situações comunicativas para a devida sistematização taxionômica. Dick (1990a, p. 13) afirma que

É fora de dúvida que a qualidade dos designativos geográficos brasileiros será de variada natureza conforme seja a motivação envolvida, semanticamente, de acordo com a maior ou a menor preferência do denominador, ou segundo a inclinação de seu espírito. Nunca será demais repetir, entretanto, que já desenvolvemos o estudo dos motivos toponomásticos ao formalizarmos as taxionomias toponímicas, dispostas em dois grupos, aquele de natureza física ou natural e o de natureza antropocultural, cada um comportando uma seriação lógica, de acordo com a temática neles incluída.

Em 1980, Dick propõe um modelo metodológico de classificação toponímica composto por 27 categorias taxionômicas: sendo 11 relativas a aspectos físicos, e 16, a aspectos antropoculturais. A autora, devido à necessidade de buscar modelos taxionômicos para os diversos conjuntos de topônimos, pesquisou ordenamentos sistemáticos nas ciências humanas relacionadas à Toponímia a fim de que lho possibilitasse a apresentação de um quadro classificatório, no intuito de satisfazer a demanda da pesquisa. O modelo metodológico de classificação taxionômica de Dick é referência para as pesquisas toponímicas no Brasil.

O modelo taxionômico que se elaborou deve, portanto, se interpretado como um instrumento de trabalho que permitirá a aferição objetiva de causas motivadoras dos designativos geográficos, procurando suprir a demanda da pesquisa. Tentou-se, tanto quanto possível, nessa análise, evitar as necessidades de um constante recuo ao passado histórico, para se atingir o alcance do significado do topônimo. Este seria fornecido pela interpretação linguística de seus elementos formadores, tão somente. Por isso mesmo, todo o processo de pesquisa desenvolve-se em um nível sincrônico de averiguação dos fatos, reservando-se o levantamento diacrônico dos dados concorrentes para o estudo descritivo das taxes, isoladamente consideradas. (DICK 1990a, p. 26).

A autora examina as motivações toponímicas por meio da cosmovisão de determinado grupo ou realidade sob as óticas física e antropoculturais. Explicita, ainda, que um dos grandes problemas na definição de uma taxionomia mais precisa é o conceito de Toponímia, o qual é definido como um depositário de fatos culturais e geo-históricos que envolve a nomeação e a significação do nome de um lugar.

**TABELA I:** Taxionomias toponímicas de Dick (1990)

NATUREZA FÍSICA	NATUREZA ANTROPOCULTURAL
Astrotopônimos	Animotopônimos/ nootopônimos
Cardinotopônimos	Antropotopônimos
Cromotopônimos	Axiotopônimos
Dimensiotopônimos	Coronotopônimos
Fitotopônimos	Cronotopônimos
Geomorfotopônimos	Dirrematotopônimos
Hidrotopônimos	Ecotopônimos
Litotopônimos	Ergotopônimos
Meteorotopônimos	Etnotopônimos
Morfotopônimos	Hierotopônimos
Zootopônimos	Hagiotopônimos
	Historiotopônimos
	Numerotopônimos
	Poliotopônimos
	Sociotopônimos
	Somatotopônimos

Fonte: Dick (1990) (adaptado)

Descrição das taxionomias toponímicas de Dick (1990a, p. 31-34)

### A- Taxionomias de Natureza Física

**1- Astrotopônimos:** topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex.: Estrela (AH BA); rio da Estrada (ES); Saturno (AH ES) (12).

**2- Cardinotopônimos:** Topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex.: Praia do leste (PR); serra do Norte (MT); Entre-Rios (AH AM); ribeirão do Norte (MG); lagoa do Sul (SC).

**3- Cromotopônimos:** topônimos relativos à escala cromática. Ex.: rio Branco (AM); rio Negro (AM); Rio Pardo (SP); serra Azul (SP).

**4- Dimensiotopônimos:** topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura,

altura, profundidade. Ex.: ilha Comprida (AM); serra Curta (BA); Larga (AH GO); riacho Grosso (CE); morro Alto (GO); córrego Fundo (MT) igarapé Profundo (RO).

**5- Fitotopônimos:** topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade (arroio Pinheiro, RS), em conjuntos de mesma espécie (Pinheiral, AH RJ), ou de espécies diferentes (morro da Mata, MT; Caatinga, AH BA; serra da Caatinga, RN), além de formações não espontâneas individuais (Ribeirão café, ES) e em conjunto (Cafezal, AH PA).

6- Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas; elevações (montanha: Montanhas, AH RN; monte: Monte Alto, AH SP; morro: Morro Azul, AH RS; colina: Colinas, AH GO; AH GO; coxilha: Coxilha, AH RS) e depressões do terreno (Vale-Fundo), ah MG: baixada: Baixadão, AH MT) às formações litorâneas (costa: Costa Rica, AH MT; cabo: Cabo Frio, AH RJ; angra: Angra dos Reis, AH RJ; ilha: Ilhabela, AH SP; porto: Porto Velho, AH RO).

**7- Hidrotopônimos:** Topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral. Ex.: água: serra das Águas, (GO), Água Boa (AH MG); rio: Riozinho (AH PI); Rio Preto (AH SP); córrego: Córrego Novo, (AH MG); ribeirão: Ribeirão Preto (AH SP); braço: Braço do Norte (AH BA); foz: Foz do riozinho (AH AM).

**8- Litotopônimos:** topônimos de índole mineral, relativos à constituição do solo, representados por indivíduos (barro: lagoa do Barro (BA); barreiro: córrego do Barreiro (AM); tijuco: Tijuco Preto (AH SP); ouro: lagoa do Ouro (RS), conjunto da mesma espécie- (córrego Tijucal (SP), ou de espécies diferentes (Minas Gerais (AH MG); (Cristália (AH MG), Pedreiras (AH MG).

**9- Meteorotopônimos:** topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex: vento – serra do vento (PB); Ventania (AH SP); Botucatu (AH SP); neve: riacho das Neves (BA); chuva: cachoeira da Chuva (RO); cachoeira do Chuvisco (MT); Chuva (AH MG); trovão (AH AM); cachoeira Trovoada (PA).

**10- Morfotopônimos:** topônimos que refletem o sentido de forma geométrica. Ex.: Curva Grande (AH AM); ilha Quadrada (RS); lagoa Redonda (BA) Triângulo (AH MT).

**11- Zootopônimos:** topônimos de índole animal, representados por indivíduos domésticos (boi: rio do Boi (MG) e não domésticos (onça: lagoa da Onça (RJ) e da mesma espécie em grupos (boiada: ribeirão da Boiada (SP); Vacaria (AH RS); Tapiratiba (AH SP).

## B- Taxionomias de Natureza Antropocultural

**1- Animotopônimos ou Nootopônimos:** topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física. Ex.: vitória: Vitória (AH CE); trunfo: (AH AC); saudade: cachoeira da Saudade (MT); belo: Belo Campo (AH BA); feio: rio Feio (SP).

**2- Antropotopônimos:** topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex.: prenome: Abel (AH MG); Benedito (igarapé, MT); Fátima (AH MT); hipocorístico: Bentinho (AH MG); Chiquita (ilha MT); Nico (Igarapé, AC); prenome + alcunha: FernãoVelho (AH AL); Joaquim Preto (igarapé di, PA); Silva ( AH PA); Tavares (rio SP); Prenome + apelido de família: Antônio Amaral (AH MG); Francisco Dantas (AH RN); Manuel Alves (rio GO).

**3- Axiotopônimos:** topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais. Ex.: Presidente Prudente (AH SP); Doutor Pedrinho (AH SC); Duque de Caxias (AH RJ).

**4- Coronotopônimos:** topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex.: Brasil (AH AM); Europa (AH AC), Amazonas (AH BA); Uruguai (AH MG).

**5- Cronotopônimos:** topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados, em Toponímia, pelos adjetivos novo/nova/ velho/velha. Velha Boipeda (AH BA); rio Novo Mundo (GO); Nova Viçosa (AH BA) Velha e Nova Emas (AH SP).

**6- Ecotopônimos:** topônimos relativos às habitações de um modo geral. Ex.: Casa da Telha (AH BA); Ocaçu (AH SP); Sobrado (AH BA).

**7- Ergotopônimos:** topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex.: flecha: córrego da Flecha (MT); jandaga: Jangada (AH MT); relógio: Relógio (AH PR).

**8- Etnotopônimos:** topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex.: Guarani (AH PE); ilha do Francês (RJ); rio Xavante (MT); Chavante (AH SP); Árabe (arroio, RS).

**9- Dirrematotopônimos:** topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos. Ex.: Há Mais Tempo (AH MA); Valha-me Deus (AH MA); Vai Quem Quer (igarapé, AM); Deus me Livre (AH BA).

**10- Hierotopônimos:** topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica, maomentana, etc. .Ex.: Cristo Rei (AH PR); Jesus (rio GO); Alá (lago AM); Nossa senhora da Glória (AH AM); às efemeridades religiosas: Natividade (AH GO); Natal (AH AC); às associações religiosas: Cruz de malta (AH SC); aos locais de culto: igreja: serra da Igreja (PR); Capela: Capela (AH AL); Capelazinha (AH MG). Os hierotopônimos podem apresentar, ainda, duas subdivisões: a- hagiotopônimos: topônimos relativos aos santos e santas do hagiologio romano: São Paulo (AH SP); Santa Tereza (AH GO); Santana da Boa Vista (AH RS); b- Mitotopônimos: topônimos relativos às entidades mitológicas. Ex.: saci: Ribeirão do Saci (ES); curupira: lago Curupira (AM); jurupari: Jurupari (AH AM); anhanga: Anhangá (AH BA).

**11- Historiotopônimos:** topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes. Ex.: Independência (AH AC; rio 7 de Setembro (MT); Inconfidência (AH RJ); Inconfidentes (AH MG); rua Vinte e Um de Abril (SP).

**12- Hodotopônimos (ou Odotopônimos):** topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana. Ex: Estradas (AH AM; Avenida (AH BA); córrego do atalho (GO); Travessa (AH BA); Rua de Palha (AH BA); Ladeira (AH MA).

**13- Numerotopônimos:** topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex.: Duas Barras (AH BA); Duas pontes (AH RO); Três Coroas (AH RS).

**14- Poliotopônimos:** topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex.: rio da Cidade (RJ); SERRA DA Aldeia (PB); Arraial (AH BA); Vila dos Anjos (AH MG); Povoação (AH PI); Tabapuã (AH SP).

**15- Sociotopônimos:** topônimos relativos às atividades profissionais aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade (largo, páteo, praça). Ex.: Sapateiro (serra do, SP); Pescador (AH MG); Tropeiros (serra dos, MG); Engenho Novo (córrego, MG); Oficina (AH MG); Pracinha (AH SP).

**16- Somatotopônimos:** topônimos empregados em relação metafórica à partes do corpo humano ou do animal. Ex.: Cotovel (AH MG); Pé de Boi (AH SE); Pé de Galinha (AH BA); Mão Esquerda (rio da, AL); Mão Quebrada (lagoa da, PI); Dedo (igarapé do, RR); Dedo Cortado (córrego do, GO); Dedo Grosso (AH SC).

A classificação dos elementos de natureza antropocultural abrange ruas, praças, fazendas; os de natureza física compreende rios, lagos, córregos, morros. A partir do modelo taxionômico metodológico desenvolvido por Dick (1980), podemos

afirmar que os topônimos podem ser inseridos nos mais diversos eixos de significação, de acordo com suas classificações físicas ou antropoculturais.

De acordo com Dick (1990, p. 13-15), a composição morfológica dos topônimos se divide em: a) topônimo simples ou elemento específico simples é aquele que se faz definir por um só formante (seja substantivo ou adjetivo, de preferência), podendo, contudo, se apresentar também acompanhado de sufixações (diminutivas, aumentativas ou de outras procedências linguísticas): Almas (Sá. das, PR) Alminhas (cach. das, RS), Azeitão (chap. do, MA), Arrozal (fu. PA), Baixadão (AH MT), Espinheiro (rb. MT), Luziania (AH GO), Brasília (ah DF), Andradina (AH SP), Esperantina (AH PI), Americana (rb. Da, MG), por exemplo. Igualmente comuns nos nomes geográficos são as terminações em – landia, polis e – burgo, com ênfase para as duas primeiras: Analandia (AH SP), Andrelândia (AH MG), Brasilândia (AH GO), Brejolândia (AH BA), Buenolândia (AH GO), Anitapolis (sa. SC), Arenópolis (AH MT), Altinópolis (AH SP), Esperantinópolis (AH MA) Cordisburgo (AH MG), Luisburgo (AH MG). b) topônimo composto ou elemento específico composto é aquele que se apresenta com mais de um elemento formador, de origens diversas entre si, do ponto de vista do conteúdo, gerado, por isso, as vezes, formações inusitadas que, talvez, apenas a história local poderá elucidar, convenientemente: Lava Roupa (rb GO), Cachoeira Maravilhas dos Macacos (AH MG), Duas e Dois (AH BA), Fôlego do Sergio (AH BA), Apertada Hora (sa., RN), Apertado do Morro (AH BA), Baixinha de Todos os Santos (AH MG). Esclareça-se, aliás que as formações hiero ou hagiotoponímicas, ou seja, aquelas que envolvem nomes sagrados em geral e, especialmente, nomes de santos e santas da Igreja Católica, acisa, uma frequência bastante alta na nomenclatura, muito embora os elementos que integram a composição nem sempre apresentem a mesma natureza religiosa, a saber: Santo Antônio das Trempes (AH PE), Santo Antonio do Rio Abaixo (AH MG), São Benedito da Cachoeirinha (AH SP), São Felix de Balsas (AH MA), São Geraldo do Baixio (AH MG), São Jerônimo do Poções (AH MG), São João dos Poieiros (AH MA), São José das Creolas (AH MT), Santana dos Pilões (AH SP). Há entretanto, elementos indígenas de origem tupi que concorrem para a formação de inúmeros compostos, como -mirim (“pequeno”), -guaçu (“grande”) e variantes, -uçu e -Açu, tyba (sufixo coletivo) e variantes -tuba, -nduba, nduva, ndiba, por exemplo, para citar apenas alguns dentre tantos outros que tipificam a geonomástica do país: Mirinsal (AH MA), Ituguaçu (“Salto grande”, AH PE), Amaniutuba (“Algodoal”, AH CE), Itaquandiba

(“pedral”, AH ES). c) Topônimo híbrido ou elemento específico híbrido, como o entendemos, é aquele designativo que recebe em sua configuração elementos linguísticos de diferentes procedências; a formação que se generalizou no país é a portuguesa + indígena ou a indígena + portuguesa: Lajinha do Mutum (AH MG), Matriz de Camaragibe (AH AL), Marabá Paulista (AH SP), Miracema do Norte (AH GO).

Seabra e Santos (2012, p. 246) apresentam diversas informações que os topônimos podem oferecer.

[...] o nome de lugar nos fornece valiosas informações: i) aponta a origem histórica de povos antigos e a localização, com precisão de sítios desaparecidos; ii) oferece descrições preciosas de relevos, apontando paisagens que já tenham desaparecido em decorrência da ação antrópica ou da natureza; iii) indica a localização de nomes de rochas, estruturas do solo, locais antigamente minerados; iv) aponta um amplo corpus de nomes de lugares que se refere à fauna atual ou desaparecida; v) fornece conhecimento sobre a vida religiosa, agrícola, etnológica, dentre muitos outros dados.

Nesse ponto, a Toponímia abarca hidrografia, vegetação, clima, relevo, etnia, origem do povoamento, implicações folclóricas, etimologia e suas transformações linguísticas, sobretudo, no aspecto semântico-lexical. Carvalhinhos (2003) reitera que os topônimos são vocábulos e entram no discurso toponímico pelo que se pode conceituar como vicissitudes enunciativas, as necessidades básicas que ocorrem no momento da enunciação. Para Isquierdo (2012, p. 118)

Todos os sistemas toponímicos documentam não só traços linguísticos, como também deixam sobressair imbricações entre o nome e a identidade histórico-cultural do grupo a que pertence o denominador, enfim, de diferentes sistemas etnolinguísticos historicamente situados no tempo e no espaço.

Os estudos toponímicos possibilitam aos grupos humanos a recuperação de dados de sua história e trajetória, também levam em consideração aspectos relativos ao ambiente, cultura e o meio social acerca do espaço geográfico específico influenciando o denominador ao batizar os nomes.

Seemann (2005, p. 24) destaca que a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (s/d) aborda a influência da Toponímia no contexto linguístico e histórico e sugere três divisões toponímicas: a) linguística toponímica: estuda os nomes de lugares a partir de uma classificação por línguas, considerando os nomes de lugares que integram o léxico português, sujeitos as mesmas leis das unidades lexicais da

língua comum. b) gramática toponímica: tem o papel de analisar como são formados os nomes de lugares; c) proveniência: possui um aspecto geográfico e histórico em relação à análise dos topônimos. A partir deste enfoque, essa mesma Enciclopédia considera seis categorias toponímicas diferentes, conforme a figura que segue:

CATEGORIA TOPONÍMICA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS BRASILEIROS
Antroponímia	Nomes de lugares provenientes de pessoas	João Pessoa (PB) Dom Pedro (MA) Bento Gonçalves (RS)
Biotoponímia	Animais ou vegetais dominantes ou característicos na região; fauna = zootoponímia, flora = fitotoponímia	Jacareí (SP) Formiga (MG) Não-Me-Toque (RS)
Geotoponímia	Orotoponímia = nomes relativos ao relevo e formas do terreno (cabeceras, serras); hidrotoponímia (rios, nascentes, riachos); litotoponímia (rochedos, aspectos geológicos)	Serra Talhada (PE) Cachoeira de Itapemirim (ES) Riachão (MA) Morinhos (CE, GO) Pedra Branca (CE)
Arqueotoponímia	Nomes de sentido arqueológico, alusivos a objetos materiais (pedras, fortificações, utensílios) ou fatos costumeiros e institucionais (propriedades rústicas, povoado indígena antigo)	Esta categoria merece pesquisas toponímicas mais aprofundadas em parceria com a arqueologia
Hagiotoponímia	Devoção e cultos cristãos; deve ser diferenciado das designações puramente eclesiásticas e paroquiais	Santa Maria (RS) São Paulo (SP) Aparecida (SP) São José dos Campos (SP)
Enotoponímia	Correspondente a nomes pátrios ou étnicos; fatos de colonização anterior à nacionalidade	Nomes indígenas antes do "descobrimento" como Campos dos Goytacazes (RJ) Quixadá (CE)

**Figura 3** – Categorias toponímicas

Fonte: Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, s/d *citado por* Seemann (2005, p 22). (adaptado)

Tal categoria apresentada nos conduz a pensar que a toponímia corresponde ao estudo etimológico dos nomes aplicado tanto aos estudos linguísticos quanto geográficos, sociais, históricos, culturais, religiosos e biológicos. Neste caso, não difere muito da taxionomia apresentada por Dick (1990a). Os nomes relacionam-se a partir de elementos tanto físicos quanto antropoculturais. Tais fatores refletem, sobretudo, na motivação do denominador no momento do batismo dos nomes. É importante compreender os nomes de lugares a partir de diferentes vertentes, olhares e áreas de atuação, pois por se organizarem de maneira dinâmica, constantemente transformam-se no tempo e no espaço, sobrepondo-se valores religiosos, sociais, culturais, econômicos e políticos. Neste contexto, na próxima sessão, discutiremos a relação intrínseca da Geografia Cultural e Toponímia em relação aos nomes de lugares.

### 1.3 Nomes de lugares: uma breve abordagem da Geografia Cultural

O conceito de lugar<sup>15</sup> tem várias perspectivas e definições variadas. Na Geografia é compreendido como determinada área ou ponto do espaço<sup>16</sup>, ou seja, é definido como espaço percebido. O conceito de lugar está intimamente relacionado ao espaço afetivo, o lugar em que os indivíduos possuem sentimentos e intimidade, como a praça, rua, casa ou bairro. Nesse sentido, Suertegaray (2001) citado por Maia e Alves (2009, p. 9) explicita

O conceito de "Lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através "de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições—cooperação e conflito são a base da vida em comum"(Milton Santos, 1997). O conceito de lugar induz a análise geográfica a uma outra dimensão - a da existência- "pois refere-se a um tratamento geográfico do mundo vivido" (Milton Santos, 1997). Este tratamento vem assumindo diferentes dimensões. Mas o lugar pode também ser trabalhado na perspectiva de um mundo vivido, que leve em conta outras dimensões do espaço geográfico, conforme se refere Milton Santos (1997), quais sejam os objetos, as ações, a técnica, o tempo." (SUERTEGARAY, 2001).

A Geografia é um campo bastante vasto e pela complexidade das relações que estuda divide-se em diversas especialidades, como a Geografia Cultural que fundamenta-se através do conhecimento de mundo, por meio de representações, ou seja, o conhecimento baseia-se nas percepções que os indivíduos têm acerca da superfície terrestre, bem como as representações compartilhadas. Ela considera o lugar como conceito fundamental para o estudo da geografia. Sua composição é estudada como espaços organizados que refletem nos valores do grupo, e são concebidos em formas representativas, por meio de modelos em que cada um é responsável por suas aspirações e ideais. Pelo viés da Geografia Cultural e Humanística, Holzer (2003) explicita que para Tuan (1979) o espaço e o lugar são conceitos que definem a natureza da geografia.

Para Tuan "A importância do "lugar" para a geografia cultural e humanista é, ou deveria ser, óbvia. Como nós funcionamos no espaço, os lugares sujeitam-se as técnicas da análise espacial. Mas como um único e complexo conjunto - enraizado no passado e crescendo no futuro - e como símbolo, o lugar clama pelo entendimento humanista. Na tradição humanista, os lugares têm

<sup>15</sup> Na concepção da Geografia Humanista, o lugar é constituído como uma forma de experiência humana, a partir das vivências no espaço. O lugar é determinado pelas relações vivenciadas pelos indivíduos em suas atividades cotidianas como estudo, trabalho, convivência familiar, dentre outros. Nesse sentido, a geografia humanista define o lugar como uma forma de experiência humana.

<sup>16</sup> Suertegaray pensa o espaço geográfico como um todo uno e múltiplo, aberto a múltiplas conexões que se expressam através da diferentes categorias operacionais da geografia como os conceitos de paisagem, território, lugar e meio. SUERTEGARAY (2001) citado por MAIA e ALVES (2009, p. 8)

sido estudados a partir das perspectivas histórica e literário-artística [...]. (TUAN, 1979,389, citado por HOLZER, 2003, p. 117-118)

A Geografia Cultural é considerada sociocultural, pois estabelece as vivências e as relações dos indivíduos no espaço. Nesse sentido, está imanentemente atrelada as concepções de lugar. Isso remete à construção dos indivíduos como seres sociais, refletindo aos aspectos identitários e culturais dos mesmos. Nessa perspectiva, o lugar é estabelecido a partir das experiências dos indivíduos, sendo avaliado como o lar, a cidade, a região dos mesmos.

Acreditamos que o conceito de lugar, discutido na Geografia Cultural, caminha pelo viés da Toponímia, tendo em vista que os nomes de lugares não são fatores estranhos ou alheios aos contextos, históricos, culturais e identitários, ao considerar as substâncias ontológicas do seu meio, atreladas sobretudo a sua carga significativa.

Gonçalves (2007) citado por Andrade e Dick (2012, p. 204) “esclarecem que através do batismo dos nomes dos lugares, ou seja, dos topônimos, criaram-se identidades, pertencimentos e territorialidades, que aos poucos foram sendo aceitas pelas comunidades”.

A Geografia Cultural denomina os topônimos como nomes geográficos, e considera que o estudo dos nomes de lugares podem ser utilizados para a compreensão dos lugares como dimensões ontológicas, estando associadas ao estudo da origem dos nomes dos lugares considerando os aspectos da dominação territorial, bem como, o surgimento das identidades e significações para dado lugar.

Desta forma, os lugares nomeados encerram ambiências experienciadas intensamente, como no sentido da topofilia<sup>17</sup> relativa aos seus espaços e lugares (TUAN, 2012, p. 136). Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo, nesse sentido, o lugar pode ser compreendido por diversas óticas. A topofilia condiz com o sentimento do povo em relação aos lugares. É desse modo que os grupos sociais e os espaços complementam-se.

---

<sup>17</sup> A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar são sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. (TUAN, 2012, p. 135, 136)

### Para Tuan (1979)

O lugar, na linguagem coloquial, tem dois significados: posição na sociedade e localização espacial. Mas, além destes, tem outro mais profundo: ele possui "espírito", "personalidade", existe um "sentido do lugar" (TUAN, 1979,409). Este sentido do lugar remete-se à apreciação visual ou estética, e também pela audição, olfato, paladar e tato, que exigem um contato próximo e uma longa associação com o ambiente. Tuan distinguiria a cena (scene) ou paisagem do lugar: "Uma cena pode ser um lugar, mas a cena em si não é um lugar. Falta-lhe estabilidade: é da natureza de uma cena a propriedade de se alterar a partir de cada mudança de perspectiva. Uma cena é definida por sua perspectiva, enquanto que isso não é verdadeiro para o lugar: é da natureza do lugar que ele apareça como possuindo uma existência estável independente do indivíduo que o percebe." (TUAN, 1979,411 citado por HOLZER, 2003, p. 120-121).

Essa relação afetiva dos indivíduos com o lugar indica que se existimos, logo temos um lugar, pois todo espaço ocupado remete a noção de lugar. Pode ser entendido como, as ruas, os bairros, as casas, cidades, regiões, enfim os lugares designados e fixados pelas pessoas de acordo com suas experiências, valores, significações e identidade. Em relação à representação simbólica na condição de lugar, Mello, 2011, p. 10) afirma que

Para formação da identidade do lugar a relação entre a pessoa e toda a aura que a envolve é essencial. Experiência, símbolos, significados e permanência contribuem para forjar o sentido de lugar. As brincadeiras no espaço coletivo, a respeitabilidade e a convivência em endereços diversos, despertam um profundo sentimento de bairrofilia, sensação esta de apego, pertencimento, filiação e bem estar.

Podemos relacionar esse mesmo sentimento de apego, pertencimento, aos nomes de lugares. Quando atribuímos um nome a um lugar, estão impregnadas as marcas dos nomeadores, seus valores, visão de mundo, resultando em sua forma de identificação. Neste contexto, Andrade e Dick (2012, p. 204) explicitam que

A Geografia Cultural se apropria dos estudos da toponímia na tentativa de compreender a nomeação do lugar a partir de uma dimensão ontológica, tendo em vista os aspectos de dominação territorial, o contexto etimológico, o surgimento e a cristalização da identidade e a significação atribuída ao lugar. Os nomes de lugares e sua dimensão cultural adquirem uma pluralidade com simbolismos e identidades co-responsáveis pelas expressões dos valores individuais dentro de cada época, onde cada lugar fora sendo nomeado e ao mesmo tempo proporcionando um sentimento de pertencimento e domínio territorial.

O estudo da Geografia Cultural, relacionada aos preceitos da Toponímia, pode ser estabelecido a partir da análise dos topônimos, em virtude de suas diversas etimologias e interfaces. O contexto histórico dos topônimos revelam a dinâmica das nomeações temporais e espaciais. Portanto, realizar um trabalho de investigação a

respeito dos nomes de lugares pode contribuir para a apreensão de semelhanças culturais ao longo da história, ligando, em diversos casos, o passado ao presente. Na seção a seguir, apresentamos a influência dos povos indígenas no processo de descrição da geografia nacional.

#### **1.4 A importância dos povos indígenas na descrição da geografia nacional: um processo de cultura e identidade**

Os nomes de lugares podem ser caracterizados como uma riqueza cultural de um povo e refletem nos moldes de ocupação suas diversidades linguísticas, além do mais possuem relações diretas com os locais denominados. Neste contexto, Mello (2001, p. 448) salienta que

a cultura é apreendida, é simbólica, é social. Vale dizer que a maneira de ser homem, o comportamento social, em grande parte, é aprendido. Esta parte do comportamento humano e o produto deste comportamento e deste conhecimento são denominados por nós de <cultura> (grifo do autor).

Considerando as palavras do autor, cultura é entendida, neste estudo em particular, como um conjunto de atitudes, crenças, métodos e conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Ainda em relação ao conceito de cultura, Malinowski (1962, p. 47) aborda que

A cultura é um amalgama global de instituições em parte autônomas, em parte coordenadas. Ela se integra numa série de princípios tais como a comunhão de sangue por meio da procriação, a contiguidade em espaço relacionada com a cooperação; a especialização em atividades; e, último na ordem mas não menor em importância, o uso do poder na organização política. Cada cultura deve sua integridade e sua auto-suficiência ao fato de que satisfaz toda a gama de necessidades básicas, instrumentais e integrativas.

Segundo o autor, a cultura denomina-se a partir das relações sociais entre os indivíduos e o conhecimento que engloba o todo. É realizada de maneira constante por meio de um processo contínuo e vinculado à língua, comporta a cultura atribuída a partir de cada indivíduo.

Para tanto, Oliveira (2001, p. 139) afirma que “a identidade cultural seria uma espécie de sentimento de pertencimento”, tendo em vista que pelo viés antropológico, identidade corresponde às experiências e as fontes de significado de um povo. Ela move os sentimentos, os valores, as crenças e diversos outros fatores

presentes nas diversas comunidades, apresentando-se como reflexo da convivência humana.

Esses valores, inerentes à identidade, são estabelecidos por diversas maneiras de percepções, resultando em experiências e interpretações ímpares, pois integram paisagens, sentimentos, possibilidades e manifestações. As relações que os indivíduos mantêm com os nomes de lugares ressaltam o sentimento de pertencimento, e isso demonstra que conhecer o contexto histórico, a etimologia dos nomes só reforça os laços afetivos adquiridos pelo lugar.

Os nomes de lugares expressam, diretamente, relações entre o homem e o espaço geográfico, uma vez que o ato de nomear é essencialmente humano, estabelece vínculo social e cultural, diretamente ligado à ocupação, posse e conhecimento do local ou área nomeada. Atrelado a essas afirmações, Sapir (1969, p. 45) assinala que

O léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade. Não é difícil encontrar exemplos de línguas cujo léxico traz assim o sinete do ambiente físico em que se acham situados os seus falantes.

A relação de afeto, estabelecida entre os indivíduos e o lugar, designa um simultâneo elo de domínio e afetividade. Neste prisma, pode-se relacionar um trecho da obra de Tzvetan Todorov (2003), denominada “*A coquista da América – a questão do outro*”, em que ele descreve como Colombo foi nomeando os lugares por onde passava, durante o descobrimento da América.

[...] Colombo apaixonava-se pela escolha dos nomes do mundo virgem que está vendo; e, assim como para ele mesmo, os nomes devem ser motivados. A motivação é estabelecida de várias maneiras. No início, há uma espécie de diagrama: a ordem cronológica dos batismos corresponde à ordem de importância dos objetos associados aos nomes. A sequência será: Deus, a Virgem Maria, o rei da Espanha, a rainha, a herdeira real. “A primeira que encontrei (trata-se de ilhas), de o nome de San Salvador, em homenagem a Sua Alta Majestade, que maravilhosamente deu-me tudo isto. Os índios chamam esta ilha de Guanaani. À segunda ilha dei o nome de Santa Maria de Concepción; à terceira, Fernandina; à quarta de Isabela; à quinta, Juana, e assim a cada uma delas dei um novo nome”. Colombo sabe perfeitamente que as ilhas já têm nome, de uma certa forma, nomes naturais (mas em outra acepção do termo). As palavras dos outros, entretanto, não lhe interessam muito, e ele quer rebatizar os lugares em função do lugar que ocupam em sua descoberta, dar-lhes nomes justos; a nomeação, além disso, equivale a tomar posse. Mais tarde, os registros

religioso e real já quase esgotados, recorre a uma motivação mais tradicional, por semelhança direta, que ele justifica em seguida. “Dei a esse cabo o nome de Cabo Belo, porque é realmente belo”. [...] As coisas devem ter nomes que lhes convêm. Há dias em que esta obrigação deixa Colombo num estado de verdadeiro furor nominativo. (TODOROV, 2003, p. 37 e 38).

Apregoados ao sentimento de posse e afeição aos lugares, evidencia-se que a nomeação dos topônimos depende sumariamente dos aspectos abordados pelo denominador, enfatizando no ambiente o que deve ser mencionado. No processo de denominação considera-se a identidade e individualidade do lugar, e se confunde com a história e a memória dos povos. Para Andrade e Bastiani (2012, p. 170), “O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto ambiental, histórico-político e cultural da comunidade. Ao contrário, reflete, de perto, a própria essência do ser social, caracterizado pela substância de conteúdo”. Portanto, os nomes de lugares podem traduzir o simbolismo, a história, a memória, a identidade, o sentimento de posse, o afeto e as peculiaridades naturais de uma dada comunidade.

O sentimento de pertencimento a um povo, religião, cultura, região, tradição, ideologia concentram-se no processo de formação de construção identitária. A cultura e identidade formam um conjunto de relações históricas, simbólicas, sociais, patrimoniais, que determinam os valores de um povo.

O estudo dos topônimos indígenas, inerentes aos preceitos de cultura e identidade, concretiza-se em relação à análise dos topônimos em virtude da contextualização e influência histórica. Esses nomes sofreram fortes influências históricas, culturais e físicas quanto a sua motivação. Para Sampaio (1987, p. 41),

Uma vez, porém, que as palavras se prestam frequentemente a diversas interpretações, convém confrontar a produção característica do lugar com o nome que tem; porquanto os indígenas escolhiam, quase sempre, os nomes das localidades, de acordo com as suas produções naturais, manifestando muitas vezes um dom de observação admirável (...). Os nomes geográficos são conhecidos e estão na boca de todos; servem eles, portanto, de ponto de partida e se tornam um auxílio que não deve ser desprezado para desenvolver a memória.

Os grupos indígenas deixaram heranças inesgotáveis de conhecimento para cultura brasileira, tendo em vista que durante os séculos XVI e XVII os índios representavam a maioria da população, composta em grande parte de povos Tupiniquim, os quais pertenciam à grande família Tupinambá, tronco Tupi-Guarani.

Esses povos possuíam grande mobilidade espacial, um fator que reflete no processo de nomeação da geografia nacional. Indiscutivelmente foi o povo que

exerceu maior influência da formação da sociedade brasileira, tendo em vista que as penetrações dos colonizadores dependiam dos conhecimentos indígenas, de seus truques e segredos nas matas, bem como de suas habilidades, seja como caçador, pescador, agricultor, guerreiro etc.

É importante ressaltar a contribuição dos povos e línguas indígenas não só para o processo de povoamento, mas também sua influência cultural e histórica. Nesse panorama, Diégues Júnior (1960, p. 218) afirma que

Não é demais repetir o valor que representou para o povoador, - e isto, se de modo geral, no Brasil, muito mais, em particular, na Amazônia – a contribuição indígena no processo de ocupação humana. Foi ele guia, remeiro, canoeiro, abridor de caminhos; proporcionou o beiju de mandioca para alimentação, desvendou os mistérios da floresta; facilitou a identificação das espécies de vegetais e animais, incorporadas, desde então, ao conhecimento do colonizador com os próprios nomes aborígenes; imprimiu a sua marca na toponímia regional, denominando acidentes geográficos e centros políticos; e, assim, tornou possível fosse o território desbravado e ocupado [...].

A influência cultural do indígena continua impregnada em todo território brasileiro. O léxico indígena, mais especificamente o da língua tupi, foi um fator determinante, como um suporte entre os colonizadores e os grupos indígenas. Sampaio (1987, p. 41) afirma que

A predileção do brasileiro pelos nomes indígenas na denominação dos lugares é hoje tão acentuada que a toponímia primitiva vai aos poucos se restaurando e às localidades novas dão-se de preferência nomes tirados da língua dos ameríndios tupis. [...] Há aqui um sentimento nacionalista, que se quer integrado e vívido, como que a dizer que a raça americana, vencida, nem tudo se perdeu e que sem no sangue dos descendentes, a dosagem diminui a se apagar, a memória dos primitivos íncolas perdurará com os nomes dos lugares onde a civilização ostenta os seus triunfos.

No tocante às línguas indígenas, predominam dois grandes troncos no Brasil, o Tupi e o Macro-Jê. Há outras famílias linguísticas, mas que não apresentam graus de semelhanças suficientes para serem agrupados em troncos. Rodrigues (1994) classifica as línguas indígenas brasileiras nas seguintes famílias e troncos:

Tabela II: Tronco Tupi

Língua	Estado
<b>Família Arikém</b> Karitiána	RO
<b>Família Jurúna</b> Juruna (Yurúna)	MT
<b>Família Mondé</b> Aruá	RO
Cinta-Larga	MT, RO
Gavião (Ikōrō, Digüt)	RO
Mekém	RO
Mondé (Sanamaikã, Salamã)	RO
Suruí (Paitér)	RO
Zoró	MT, TO
<b>Família Mundurukú</b> Kuruáya	PA
Mundurukú	PA, AM
<b>Família Ramaráma</b> Arára (Urukú, Karo)	RO
Itogapúk (Ntogapíd)	RO
<b>Família Tuparí</b> Makuráp	RO
Tuparí	RO
Wayoró (Ajurú)	RO
<b>Outras línguas</b> Awetí	MT
Puruborá	RO
Mawé (Sateré)	PA, AM

Fonte: RODRIGUES (1994, p. 46) (adaptada)

Tabela III: Tronco Macro-Jê

Língua	Estado
<b>Família Boróro</b> Boróro (Boróro Oriental, Orari)	MT
Umutína (Barbados)	MT
<b>Família Botocudo</b> Krenák, Nakrehé	MG, SP
<b>Família Jê</b> <u>Akwén (Akwe)</u> Xakriabá (Xikriabá)	MG

Xavánte (A'we)	MT
Xerénte (Akwe)	GO
Apinayé	GO
Kaiangáng (Coroado)	RS, SC, PR, SP
<u>Kayapó</u>	
Gorotíre	PA
Kararaô	PA
Kokraimôro	PA
Kubenkrangnotí	PA
Kubenkrankêgn	PA
Menkrangnotí	PA
Tapayúna (?)	PA
Txukahamãe (Mentuktíre)	MT
Xikrín (Xikri)	MT
Kren-Akarôre	PA
Suyá	MT
<u>Timbira</u>	
Canela Apâniekra	MT
Canela Rramkókamekra	MA
Gavião do Pará (Parakáteye)	MA
Gavião do Maranhão (Pukobyé)	PA
Krahô	GO
Kreyé (Krenjé)	MA
Krikatí (Krinkati)	MA
Xakléng (Aweikoma)	SC
<b>Família Karajá</b>	
Javaé	GO
Karajá	GO, MT
Xambioá	GO
<b>Família Maxakalí</b>	
Maxacalí	MG
Pataxó	BA
Pataxó Hãhãhãe	BA
<b>Outras línguas</b>	
Guató	MS

Ofayé (Ofayé-Xavánte)	MS
Rikbaksá (Erikbaksá, Arikpaktsá)	MT
Yatê (Fulniô, Karnijó)	PE

Fonte: RODRIGUES (1994, p. 56) (adaptada)

**Tabela IV:** Línguas Isoladas

Língua	Estado
Aikaná (Aikanã, Huarí, Masaká, Tubarão, Kasupá, Mundé, Corumbiara)	RO
Arikapú	RO
Awakê	RR
Irántxe (Iránxe; Mynky, Münkü)	MT
Jubutí	RO
Kanoê (Kapixaná)	RO
Koiá	RO
Máku	RR
Trumái	MT
Tukuná (Tikúna)	AM

Fonte: RODRIGUES (1994, p. 98) (adaptada)

Rodrigues (1994) considera que as línguas dos povos indígenas do Brasil se adequam às expressões individuais e sociais no meio físico e social em que tradicionalmente têm vivido esses povos.

De acordo com Andrade e Bastiani (2012, p. 170)

Se considerarmos a dimensão social da língua, podemos ver, no léxico, o patrimônio cultural de uma comunidade. Transmitidos de geração a geração como “signos operacionais”. É através dos “nomes” que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de “cristalizar” conceitos. O patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que reflete percepções e experiências multisseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época.

Muitos vocábulos do português falados no Brasil são de origem tupi: nomes de plantas, rios, animais, etc. Os nomes de procedência tupi foram cristalizados no léxico, ao longo dos séculos, compondo o patrimônio lexical brasileiro. É possível afirmar que os povos indígenas contribuíram significativamente para formação de nosso léxico, e as características físicas do ambiente são as principais vias de motivação para as nomações. Dick (1990a, p. 39) complementa

O sistema léxico tupi, como reflexo de uma sociedade de economia mista, deixou uma gama variada de contribuição linguística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência. Se muitos desses designativos, hoje, escapam o linguajar corrente do brasileiro, impulsionado, constantemente, pela dinâmica da língua, outro tanto não ocorre na Toponímia, que se vale deles como fonte contínua de motivação, mantendo, assim, vivas, as tradições culturais indígenas.

Ribeiro (2001, p. 101), a respeito da herança lexical indígena, diz que

Decorridos são mais de quatro séculos desde que Cristovão Colombo de Pedro Álvares Cabral apontaram neste continente que habitantes, e, se lançamos um olhar retrospectivo sobre o que neste lapso de tempo foi realizado pela botânica e agronomia, no terreno da agricultura, e o comparamos com o que os europeus aqui encontraram, ficamos surpresos diante da realidade que nestes quatro séculos e trinta e seis anos (o livro é de 1937), pouco relativamente adicionou ao patrimônio de recursos vegetais para a alimentação do homem. As espécies selecionadas e aperfeiçoadas da flora americana, que o imigrado aqui encontrou nas roças dos aborígenes, não foram, desde então, multiplicadas especificamente e nem melhoradas substancialmente." "Se hoje a ciência tem a pretensão, e até o dever, de ministrar ensinamentos de botânica e agricultura ao indígena, não se deve esquecer que naqueles primórdios os mestres foram estes e os alunos os advindos de além-mares. O imigrado aprendeu a botânica e a agricultura desta terra com o silvícola e ainda hoje, apesar das vicissitudes e contratempos sobrevindos a este, raramente consegue conhecer aquela melhor e praticar esta mais sabiamente do que ele o fazia naquela era.

É inegável a importância e o legado dos povos indígenas, além de todos os fatores mencionados, cabe frisar a influência indígena também em crenças, lendas e práticas indígenas, incorporadas ao folclore nacional.

Para Sampaio (1987), não há quem desconheça a predominância do tupi em nossas denominações geográficas: seja nas montanhas, rios, cidades, ou nos simples povoados. Retomando Sampaio, Dick (1990, p. 8) argumenta que

Como dizia Theodoro Sampaio, o indígena fazia uso globalmente, de elementos descritivos do seu ambiente - - e, completamos, empregando a terminologia de Stewart, não apenas dos descritivos puros mas também dos descritivos associativos - porque portador de uma visão prática e objetiva.

É visível a importância da(s) língua(s) indígena(s) para formação da cultura, identidade e memória nacionais. Essa forte influência implicou no grande índice de nomes de origem indígena presentes na geografia nacional. Todavia, os estudos dos nomes de origem indígena não se limitaram apenas aos nomes de origem tupi. Levy Cardoso (1961, p. 89) realizou estudos de outros dialetos indígenas;

"o principal motivo de meu interesse pelos étimos não tupis da toponímia brasileira, sobretudo pelos seus étimos caribes, aruacos e borôros, foi o fato

do quase absoluto desconhecimento, por parte de nossos estudiosos, dos dialetos brasílicos fora do grupo linguístico tupi-guarani”.

Os nomes de lugares geralmente são atribuídos a alguma característica física ou humana, relativos ao lúdico ou ao simbólico do povo que habitou determinado lugar, no qual remetem as características destes lugares, sejam elas culturais, históricas, físicas, econômicas. Como afirma Sapir (1969) “há uma forte tendência em atribuir muitos elementos da cultura humana à influência do ambiente em que se acham situados os participantes dessa cultura”. Em virtude disso, os topônimos e sua dimensão cultural adquirem uma pluralidade com simbolismos e identidades corresponsáveis pelas expressões dos valores individuais dentro de cada época, onde cada lugar fora sendo nomeado e ao mesmo tempo proporcionando um sentimento de pertencimento e domínio territorial.

Na sequência, discutiremos a importância dos viajantes naturalistas em relação a descrição dos nomes de lugares.

### **1.5 A literatura dos viajantes e a descrição dos nomes de lugares**

O ano de 1808 é marcado na história como o ano da investigação científica nacional, isso se deu devido à chegada da corte portuguesa ao Brasil. Neste mesmo ano, ocorreu a abertura dos portos e a modificação do estatuto colonial, que restringia viagens de estrangeiros no país. Dentre os estrangeiros que visitaram o Brasil, destacam-se os viajantes naturalistas, que tinham o objetivo revelar as riquezas, de registrar e coletar espécimes naturais e objetos. Grande parte da coleta era encaminhada aos museus e instituições europeias. Inicia-se um ciclo de viagens e missões científicas, que, de um modo geral, eram integradas e organizadas por estrangeiros. A vinda dos viajantes naturalistas era motivada pelo fato de disporem de recursos naturais intocáveis e preciosos, uma vez que o ambiente diferenciava-se das da Europa, e isso se justifica pela visão totalmente etnocêntrica destes viajantes.

Neste período, iniciou-se no Brasil um processo de redescobrimto, a partir dos relatos, desenhos, coleções e classificações realizadas pelos viajantes, que investigavam, desbravavam o interior do país. Esses fatores foram determinantes para formação de uma identidade nacional. Os naturalistas que percorreram o Brasil, em grandes expedições científicas, tiveram um papel importante no processo de construção da identidade e cultura nacionais.

Eram em grande maioria geógrafos, botânicos, mineralogistas, geólogos e zoólogos. Podemos destacar: Von Martius, Auguste de Saint-Hilaire, João Emanuel Pohl, Henrique Koster, Frederico Guilherme Sieber, Jorge Freyreiss, George Gardner e Francis Castelnau, dentre muitos outros. Dentre esse grupo, destacamos quatro viajantes que percorreram a Província de Goiás: Saint-Hilaire, Johann Emmanuel Pohl, George Gardner e Francis Castelnau.

Para Andrade (2010, p. 40),

Havia, por parte dos intelectuais desse tempo, um interesse em estudar e pesquisar países e culturas diferentes. A “moda” era analisar e descrever os países “descobertos”: investigar “o outro”. Conhecer, “ao vivo”, quem era esse outro que exerceu sobre os intelectuais europeus um desejo e fascínio, mesclados ao misticismo, ao exotismo e à cientificidade. Essa motivação pode ser considerada como a mola propulsora das atividades dos viajantes estrangeiros em terra brasileira. A visão de mundo do “eu” europeu deixava evidente sua dificuldade em vivenciar a diferença: considerava-se como o centro de tudo e de todos; os “outros” eram apreendidos e sentidos pelos valores e modelos da cultura europeia. O outro é aquele que não se identifica; é aquele cuja descoberta causa êxtase. É a própria diversidade do real que invoca o problema da alteridade: o fascínio da aventura, da tensão, do sofrimento. Os relatos dos viajantes na Província de Goiás são marcados por ideias etnocêntricas.

Os viajantes partiam do princípio de querer ver “com os próprios olhos”, descreviam e experienciavam as sensações acerca das pesquisas que realizavam, como investigar as espécies e objetos que buscavam e estudavam.

Ver “com os próprios olhos” evidenciava a visão eurocêntrica dos viajantes, de modo que os trabalhos eram estabelecidos pelo olhar do viajante, lhes atribuindo seus valores e princípios, com isso, tentavam estabelecer “verdades” aos aspectos que presenciavam ao longo do território brasileiro. Neste sentido, Andrade (2010, p. 41) argumenta sobre essa visão etnocêntrica e deturpada do contexto da época:

O viajante, ao deixar seu país de origem, entra na condição de estrangeiro. O cotidiano, a cultura, a língua e o referencial de identidade implicam outra existência e realidade: o outro. A noção de tempo dos viajantes não é a mesma do outro. Seu tempo é o “tempo em viagem”, resguardado por uma visão eurocêntrica.

A visão eurocêntrica, típica da época, é determinada pelo fato de os viajantes naturalistas partirem para o “novo mundo” carregados de um conhecimento que lhes conferiam uma posição superior em relação aos habitantes desse novo território. Esse olhar eurocêntrico é estabelecido justamente pelos viajantes pressuporem que a natureza e os habitantes em estado selvagem do “novo mundo” necessitavam do

espírito que movia o “Velho Mundo”, ou seja, as realizações históricas. Nesse sentido, os europeus consideravam-se superiores e em condições para dar o “refinamento cultural” aos povos do Brasil da época.

Toda iconografia empregada pelos viajantes no século XIX representa imagens próprias do cotidiano tropical nas quais os indígenas e a natureza possuíam papéis bem definidos.

Para os viajantes, as expedições eram empolgantes e as características do lugar dependiam da interação que os grupos locais tinham com o ambiente físico no decorrer do tempo. Como descreve o botânico Saint-Hilaire (1779 - 1853) sobre a vegetação nos trópicos: “nada aqui lembra a cansativa monotonia de nossas florestas de carvalhos e de pinheiros.” Após suas viagens realizadas entre 1816 e 1822, publica diversos volumes de *Voyages dans l'Intérieur du Brésil*;

Os viajantes retratavam suas impressões por meio de relatórios, anotações etc. As descrições das características específicas dos ambientes estudados pelos naturalistas possibilitavam uma visão realista e peculiar dos lugares e ambientes, trazendo valiosas contribuições em relação ao conhecimento das regiões e, conseqüentemente, para a história e cultura nacional.

O alemão Johann Emmanuel Pohl, médico, mineralogista e botânico, esteve no Brasil entre 1817 e 1821. Seus relatos de viagem compõem uma grande fonte de pesquisa para estudiosos da história econômica social do Brasil. Pohl percorreu, por cerca de três anos, as capitânicas do Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais, anotando cuidadosamente o que ouvia e o que via. Ele visitou diversas regiões brasileiras, catalogou aproximadamente quatro mil espécies de plantas, além de um grande material mineralógico.

A respeito da descrição toponímica, Pohl relata em seus trabalhos a intrínseca relação entre as características e os aspectos físicos dos lugares para motivação na nomeação dos topônimos.

Este Arraial deve o seu nome ao regato que aqui passa e ao qual se atribui a origem da febre que tanto assola esta povoação. O regato tem pouco mais de 2 metros de largura, costuma estar quente nas horas da manhã. Nasce, a meia légua de distância do lugar, num grande pântano, outrora considerado um lago. Nunca o foi, porém, segundo informação do Vigário de Traíras, que já morou aqui. Era um açude, formado por meio de um muro que depois ruiu, para obtenção de água necessária à movimentação das lavras de ouro. Considerava-se, antes, que a sua profundidade era insondável, que teria muitas cavernas e que o seu volume de água era sempre o mesmo. (POHL, 1976, p. 191)

O topônimo a que Pohl se refere é o Arraial de Água Quente, o viajante descreve o lugar com minuciosos detalhes: o lugar foi nomeado a partir das características físicas e peculiares que motivaram o processo de nomeação deste topônimo.

Auguste François César Provençal de Saint-Hilaire, francês, botânico, dedicou-se aos trabalhos de história Natural e esteve no Brasil entre 1816 a 1822. Possuía conhecimentos extensos em botânica, com trabalhos sobre fauna e flora francesa. O estrangeiro retratava em seus relatos características do ambiente que percorria, fez grandes considerações sobretudo sobre a fauna e flora brasileira. Reuniu um herbário de trinta mil espécimes, abrangendo sete mil espécies e percorreu as regiões Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Seus trabalhos contribuíram nos aspectos econômicos culturais e políticos de modo geral.

Em relação à toponímia, o viajante explicita:

O General Raimundo José da Cunha Matos Frisou a necessidade de se conservar a nomenclatura já consagrada pelos habitantes do Brasil. Se cada viajante se achasse no direito de escrever como lhe aprouvesse os nomes das localidades e regiões por onde passasse, em breve reinaria na geografia uma confusão inextricável. Fiz, pois, todo o possível para não alterar em nada a nomenclatura geográfica, esforçando-me igualmente por dar a grafia correta de nomes de pessoas, plantas e animais. Existe uma infinidade de arraiais, fazendas e rios no Brasil cujos nomes – estou pronto a reconhecer – são escritos de várias maneiras diferentes, mesmo por pessoas instruídas. Sempre que isso ocorria eu só me aventurava a registrá-los depois de consultar as mais altas autoridades no assunto. Meus conhecimentos de etimologia também me foram bastante úteis, e além do mais decidi deixar-me guiar sempre pelos usos e pelo bom senso. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.15).

De acordo com a declaração do viajante, fazia-se necessário preservar a nomenclatura dos topônimos, e, para ele, a atenção dos viajantes quanto a esses fatores era imprescindível.

A paróquia da qual o Arraial de Santa Luzia era a sede contava (1819) com uma população de 3 a 4.000 habitantes, disseminados numa área de 50 léguas de comprimento por 30 em sua maior largura. Dessa paróquia dependem dois povoados: Santo Antonio dos Montes Claros, de que falei em breve, e Nossa Senhora da Abadia, no Arraial de couros. *O nome de Santa Luzia é dado a várias localidades do Brasil. Desnecessário é dizer que não se deve escrever San-Lucia, como fez o viajante francês (Suz., Souv., 273).*(SAINT-HILAIRE, 1975, p. 25)

Eram priorizadas a preservação quanto à nomenclatura desses nomes como pode ser identificada na passagem do relato de Saint-Hilaire. Essa era uma preocupação da maioria dos viajantes naturalistas, de modo atribuir maior veracidade em relação aos relatos.

George Gardner, botânico inglês, esteve no Brasil entre 1837 a 1841. Explorou matas da Tijuca e da Serra do Órgãos e catalogou grande material botânico, valiosas observações sobre fauna e a flora. O viajante reuniu preciosas informações sobre o *modus vivendi* do povo brasileiro, com características a respeito da geografia, história e cultura. Gardner percorreu as regiões de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Piauí, Maranhão, Goiás e Minas Gerais.

Assim como os demais viajantes, Gardner em suas descrições relata a variada toponímia brasileira, baseada em grande maioria de aspectos físicos, retratados por meio da fauna, flora e da hidrografia brasileira, que influenciaram diretamente para nomeação dos nomes de lugares.

Os viajantes eram muito detalhistas ao descreverem os elementos que compõem cada lugar, ou seja, buscavam descrever a totalidade destes elementos. Possuíam uma visão totalmente etnocêntrica e mediam sistematicamente os aspectos físicos acerca de cada lugar visitado, além de estudar os hábitos das espécies vegetais que compunham as paisagens analisadas. O objetivo era transformar a natureza em ciência, considerando a história natural.

No próximo capítulo, discutiremos o estudo toponímico a partir de uma abordagem interdisciplinar, faremos considerações da toponímia no contexto do ensino, bem como suas contribuições para o processo de ensino-aprendizagem.

## CAPITULO II

### TOPONÍMIA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA INTERDISCIPLINARIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES NO CONTEXTO DO ENSINO

#### 2. Toponímia no contexto da interdisciplinaridade

A Toponímia é uma disciplina de conteúdo interdisciplinar e está presente na grande área dos estudos lexicais. Por meio do léxico, os grupos batizam os elementos ao seu redor, evidenciam sua cosmovisão e *modus vivendi*. Desse modo, o ato de nomear torna-se imprescindível, de modo que os indivíduos deixam suas marcas, sua herança cultural e histórica. A partir dos olhares dinâmicos em que se apresentam os estudos toponímicos, Andrade e Dick (2012, p. 198) asseveram que

O estudo toponímico apenas pode ser compreendido e apreendido a partir dos fios tecidos sob os olhares de diversos saberes. Fruto do movimento de aglutinação de aspectos socio-históricos, culturais, geográficos e linguísticos, os nomes de lugares revelam a origem e a dinâmica dos lugares; tornando rica a maneira pelo qual os atores sujeitos se utilizam da linguagem para imprimir no espaço uma variedade de significados.

A Toponímia revela-se, portanto, interdisciplinar ao manter relações intrínsecas com a História, Antropologia, Geografia, Psicologia. Fica evidente a relação desses estudos com a Toponímia, visto que o ato de nomear possibilita maior interação do indivíduo com o meio em que habita. Sousa (2013, p. 297) aborda que “o trabalho com a toponímia articulará saberes geográficos, históricos, biológicos, antropológicos, além, é claro, de saberes linguísticos”.

Sabemos que a interdisciplinaridade busca um conhecimento universal e integrado dos saberes. Possibilita que a inovação e a dinâmica sejam constantes no âmbito das disciplinas e das metodologias aplicadas, ampliando assim, o processo de aprendizagem. Neste panorama, Andrade (2012, p. 209) explicita que

Na busca por soluções e experimentações de novos caminhos, respeitar a realidade concreta do aluno permite-lhe criar uma certa intimidade com os conteúdos apreendidos na escola e no seu cotidiano com ser social e ideológico que é. É o aprender com crítica, ética e cidadania. Ensinar, portanto, exige risco, aceitação do novo, rejeição, reinvenção, reavaliação ou, até mesmo, reincorporação de práticas antigas sob novos olhares e vozes. Para tanto, o conhecimento não pode ser visto de forma fragmentada e isolada, os saberes não mais serem abordados apenas de modo

disciplinar, mas integrados, inter-relacionados, tramados, entrelaçados em harmonia uns aos outros.

Para que o conhecimento seja pleno e ampliado, é importante que as disciplinas sejam trabalhadas por uma abordagem descompartmentalizada e desfragmentada. Com isso, os conhecimentos se integrariam e caminhariam para universalidade, de modo que a integração dos currículos baseados nos interesses e necessidades dos alunos atenderiam as relevâncias sociais de conhecimentos como Ciências Exatas, Humanas, Biológicas e Sociais.

O surgimento da interdisciplinaridade<sup>18</sup> deu-se por volta da década de 60 do século XX, na Itália e na França, em meio aos movimentos estudantis, que, dentre várias reivindicações, estava o anseio por um ensino que estivesse em sintonia com as questões socioeconômicas e políticas do período. Segundo Fazenda (2006, p. 5) “a década de 60 inaugura o início dos estudos sobre interdisciplinaridade. Surgem entre os teólogos e fenomenólogos a busca de um sentido mais humano para a educação e baseiam-se numa antropologia filosófica”.

No Brasil, o surgimento da interdisciplinaridade ocorreu no final da década de 60, e sua chegada acabou exercendo grande influência em relação à elaboração

---

<sup>18</sup> Servindo-nos, por exemplo, de uma definição clássica produzida em 1970 pelo Ceri – Centro para Pesquisa e Inovação do Ensino – Órgão da OCDE (Documento Ceri/HE/SP/7009), no qual interdisciplinaridade é definida como interação existente entre duas ou mais disciplinas, verificamos que tal definição pode nos encaminhar da simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos-chave da epistemologia, da terminologia, do procedimento, dos dados e da organização da pesquisa e do ensino, relacionando-os. Tal definição, como se pode constatar, é muito ampla, portanto não é suficiente nem para fundamentar práticas interdisciplinares nem para pensar uma formação interdisciplinar de professores. Podemos nesse proceder a uma decodificação na forma de conceber a interdisciplinaridade. Fourez (2001) fala-nos de duas ordens distintas, porém complementares, de compreender uma formação interdisciplinar de professores, uma ordenação científica e uma ordenação social. A científica nos conduziria à construção do que dominaríamos saberes interdisciplinares. A organização de tais saberes teria como alicerce o cerne do conhecimento científico do ato de formar professores, tais que a estruturação hierárquica das disciplinas, sua organização e dinâmica, a interação dos artefatos que as compõem, sua mobilidade conceitual, a comunicação dos saberes nas sequências a serem organizadas. Essa proposição conduziria à busca da cientificidade disciplinar e com ela o surgimento de novas motivações epistemológicas, de novas fronteiras existências. Por isso, entendemos o seguinte: cada disciplina precisa ser analisada não apenas no lugar que ocupa ou ocuparia na grade, mas nos saberes que contemplam, nos conceitos enunciados e no movimento que esses saberes engendram, próprios de seu lócus de cientificidade. Essa cientificidade, então originada das disciplinas, ganha *status* de interdisciplina no momento em que obriga o professor a rever suas práticas a redescobrir seus talentos, no momento em que ao movimento da disciplina seu próprio movimento for incorporado. A segunda, então denominada ordenação social, busca o desdobramento dos saberes científicos interdisciplinares às exigências sociais, políticas e econômicas. Tal concepção coloca em questão toda a separação entre a construção das ciências e a solicitação das sociedades. No limite, diríamos mais, que esta ordenação tenta captar toda complexidade que constitui o real e a necessidade de levar em conta as interações que dele são constitutivas. Estuda métodos de análise do mundo, em função das finalidades sociais, enfatiza os impasses vividos pelas disciplinas científicas em suas impossibilidades de sozinhas enfrentarem problemáticas complexas. (FAZENDA, 2008, p. 18-19).

das Leis que regulamentam o ensino no país. A presença da interdisciplinaridade intensifica-se cada vez mais no cenário educacional brasileiro por meio da nova LDB Nº 9.394/96, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no década de 90, bem como, das novas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. A interdisciplinaridade ganhou força também nas escolas, integrando a prática e o discurso dos professores. Todavia, é comprovado que a interdisciplinaridade precisa ser mais conhecida e difundida no meio educacional, para que seja consolidada de fato nos processos de ensino. É necessário que o fazer interdisciplinar se desenvolva de fato na prática pedagógica.

Em relação ao conceito de interdisciplinaridade, Thiesen (2008 p. 547) argumenta que

Quanto à definição de conceitos, ou de um conceito, para interdisciplinaridade, tudo parece estar ainda em construção. Qualquer demanda por uma definição unívoca e definitiva deve ser a princípio rejeitada, por tratar-se de proposta que inevitavelmente está sendo construída a partir das culturas disciplinares existentes.

O autor salienta, com isso, que não é necessário buscar um conceito pronto e acabado em relação à interdisciplinaridade, pois ela está atrelada à dinâmica da construção do conhecimento, a qual se renova constantemente. Esse argumento relaciona-se com os preceitos que a interdisciplinaridade constrói no tocante à superação da fragmentação do conhecimento e a resistência em relação ao saber particionado. Japiassu (1994, p. 2) reitera:

Sabemos que o trabalho interdisciplinar propriamente dito supõe uma interação das disciplinas, uma interpenetração ou interfecundação, indo desde a simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos (contatos interdisciplinares), da epistemologia e da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa. É imprescindível a complementação dos métodos, dos conceitos, das estruturas e dos axiomas sobre os quais se fundam as diversas disciplinas. O objetivo utópico do interdisciplinar é a unidade do saber. Unidade problemática, sem dúvida. Mas que parece construir o ideal de todo saber pretendendo corresponder às exigências fundamentais do espírito humano. Ao surgir, não somente como remédio para todos os males da ciência moderna, mas como a grande riqueza e a possibilidade mesma da modernidade, o interdisciplinar cada vez se impôs como o grande princípio de organização dos conhecimentos, vale dizer, de sua orquestração, a unidade devendo prevalecer sobre a pluralidade.

Pensar de forma interdisciplinar possibilita ao homem o alcance de uma postura mais crítica diante dos fatos da realidade, compreendendo-a melhor. Ela vai além da justaposição de matérias quando interagimos em busca de objetivos

comuns. Além disso, contribui para que o aluno amplie o seu campo de conhecimento, aprendendo a olhar um mesmo objeto sob distintos prismas. Nesse sentido, os acontecimentos da realidade social devem ser tratados de maneira desvinculada e desfragmentada, para que sejam dados os reais valores aos contextos sociais, econômicos, políticos e pessoais das experiências significativas dos alunos.

Partindo desse pressuposto, Fazenda (2006, p. 63) é enfática quando cita que

A imersão na prática de ensino da escola fundamental tem revelado uma realidade fragmentada, tanto em sua proposta quanto em sua ação: professor mal formado, injustamente caracterizado como responsável direto dos fracassos escolares, alunos sedentos de novos saberes e frustrados em suas expectativas; pais esperando que a escola contribua ou determine a mudança social; leis que impedem ou dificultam a ampliação do conhecimento; escolas que lutam na busca de novas soluções, outras que permanecem esperando [...] Na prática, a interdisciplinaridade tem sido “utopia”, sonhada por muitos, procurada por alguns[...].

O anseio em diluir a tendência desarticulada e fragmentada do processo de conhecimento faz-se pela necessidade de comunicação e interação entre as diferentes áreas do saber, superando-se a fragmentação do conhecimento que paira sobre o ensino, reproduzindo um saber dividido e resultando na desvinculação do conhecimento identificado atualmente.

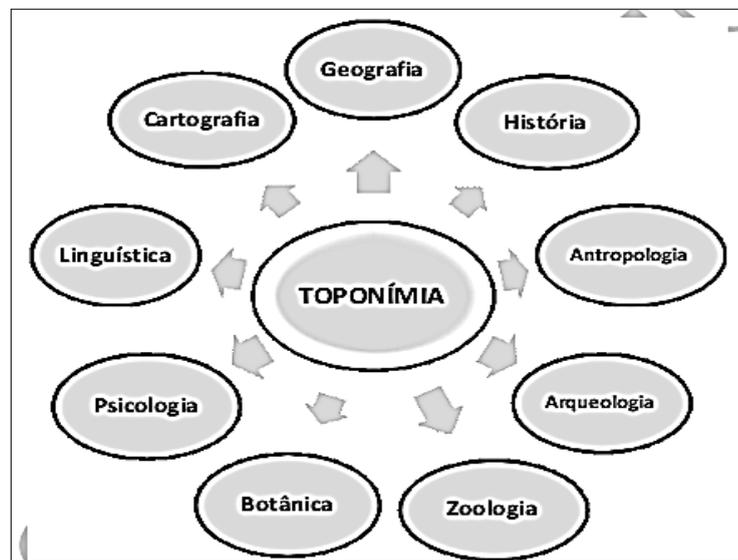
O estudo dos nomes de lugares preconizam movimentos que agregam fatores linguísticos, históricos, geográficos, sociais, culturais, não podendo ser vistos como um estudo de saberes isolados. Nesta perspectiva, a Toponímia revela-se como uma disciplina interdisciplinar, por estabelecer uma interface com outras áreas. No contexto do ensino, possibilita ao educando melhor compreender a realidade toponímica que o rodeia. Andrade e Dick (2012, p. 198) expressam que a

Toponímia deve ser pensada como um complexo línguo-cultural: um fato do sistema das línguas humanas. Podemos pensar que a relação da Toponímia, a partir de uma visão interdisciplinar, estabelece sentido de unidade diante dos diversos saberes. Ou seja: possibilita ao sujeito (re)encontrar a identidade, história, etimologia do nome na multiplicidade de conhecimentos, tendo em vista o plano onomasiológico no ato de dar nomes aos lugares.

Considerando seu objeto de estudo, os estudos dos nomes de lugares constitui uma abertura para que o aluno possa conhecer o *modus vivendi* do lugar em que vive, expandindo seu leque de informações. Ao nomear um lugar, o

denominar estabelece vínculos com o contexto social, cultural, político e histórico, etc. E isso implica dizer que o signo toponímico pode ser determinado por meio das especificidades do ambiente, bem como das convicções, dos sentimentos e da realidade do denominador.

Arelada aos preceitos de interdisciplinaridade, constata-se que a Toponímia só é possível vinculada a outros saberes, ela não se faz sozinha. “é uma disciplina que se volta para a História, a Geografia, a Linguística, a Antropologia, a Psicologia Social e, até mesmo, à Zoologia, à Botânica, à Arqueologia” (DICK, 1992). Como é exemplifica Andrade (2012) através da figura:



**Figura 4**– Toponímia no contexto interdisciplinar  
Fonte: Andrade 2012, p. 220

Trazer essa abordagem toponímica atrelada à natureza interdisciplinar se faz necessária para que ela possa ser difundida no contexto do ensino, tendo em vista a importância do estudo dos nomes de lugares. Deve ser ampliada para o processo de ensino-aprendizagem, como por exemplo a partir dos conteúdos presentes no LD, que podem ser trabalhados pelo viés da Toponímia.

Estudar os nomes de lugares propiciam possibilidades de ampliação do conhecimento, do leque de informações dos estudantes e, nesse sentido, contribuem significativamente para o processo de ensino, de modo que nos leve a pensar o trabalho com os topônimos de maneira específica, dinâmica, pedagógica.

Os estudos toponímicos apropriam-se dos elementos externos provenientes dos diversos campos de formação, sendo determinante para realidade sócio-histórica de hoje. Andrade e Dick (2012, p. 205) ressaltam que

Na geografia, a toponímia pode dar informações relevantes sobre vários aspectos: relevo, flora, fauna etc. pode ainda auxiliar na delimitação da separação entre duas zonas geográficas (por exemplo, entre a zona dos cocais e a caatinga do sertão brasileiro). É considerada uma fonte de informação para os historiadores (colonização, imigração, histórica e memória oral, etc.), antropólogos (identidade, relação homem, cultura e meio social), biólogos (nomes de seres que compõem determinado bioma), botânicos (nomes de plantas) e outros pesquisadores. A linguística, particularmente, permite estudar a evolução fonética, a etimologia, os aspectos morfosintáticos e semântico-lexicais. Fruto de um movimento de aglutinação de aspectos sociohistóricos, culturais, geográficos e linguísticos, os nomes de lugares revelam a origem dinâmica dos lugares; tornando rica a maneira pelo qual os atores sujeitos se utilizam da linguagem para imprimir no espaço uma variedade de significados. O ato de nomear expõe como as pessoas se relacionam com os seus lugares, pensam, vivem e experimentam o espaço em sua plenitude.

O estudo dos nomes de lugares é identificado a partir dos múltiplos olhares. Transita de maneira significativa pelas diversas áreas do saber, auxiliando na ampliação do conhecimento. Esses aspectos permitem que o processo de denominação dos topônimos não se realize de maneira fragmentada, ou seja, a partir de múltiplas possibilidades. Um exemplo é que esse estudo, sob a perspectiva do ensino, pode auxiliar o aluno na compreensão e construção de uma memória identitária dos lugares.

## **2.1 O estudo dos nomes no processo de ensino-aprendizagem**

Como fora mencionado anteriormente, os estudos Toponímicos revelam a cosmovisão de determinadas comunidades, podem resgatar a memória, etimologia e valorizam a identidade. Enaltecem o sentimento de pertencimento e a valorização do lugar, evidenciam os aspectos da trajetória do homem em determinado território e revelam dados importantes em relação a história dos grupos humanos. Além disso, possibilitam o resgate de informações acerca da trajetória das comunidades que habitaram e habitam determinada região, bem como características dos momentos históricos vivenciados por esses grupos.

Nesta perspectiva, compreendemos o vínculo do estudo dos nomes de lugares ao processo de ensino-aprendizagem, considerando que é fundamental para o aluno conhecer a realidade que o cerca. Uma possibilidade viável é o estudo etimológico do nome do lugar em que ele vive, como forma de resgate e conhecimento da história e da memória do lugar. Estudar a etimologia do lugar é conhecer a origem do nome, a história, os significados das raízes e as influências que o nome sofreu ao longo dos anos. A etimologia, nesse contexto, pode tornar-se um instrumento, sob a ótica da linguística, importante para ampliação do leque de conhecimento do aluno, auxiliando significativamente para o processo de ensino como forma de apropriação de mais informações a respeito do nome de lugar.

A respeito de outros aspectos ou conteúdos que podem ser abordados no ensino, Sousa (2013, p. 295-296) reitera que a Toponímia compreende conhecer

a) a história dos grupos humanos que vivem ou viveram na região; b) as características físico-geográficas da região; c) as particularidades socioculturais do povo (o denominador); d) extratos linguísticos de origem diversa da que é utilizada contemporaneamente, ou mesmo línguas que desapareceram; e) as relações estabelecidas entre os agrupamentos humanos e o meio ambiente.

Conforme o autor, a toponímia está diretamente relacionada ao contexto cultural de uma comunidade e poderá permitir ao educando estabelecer, preservar e conhecer os aspectos históricos, linguísticos, bem como os valores por meio dos estudos dos nomes de lugares.

Vinculado ao fazer interdisciplinar, voltado ao processo de ensino-aprendizagem, a partir do estudo da Geografia por exemplo, o estudo toponímico permitirá que o aluno obtenha mais informações acerca da fauna, flora, ambiente, espaço geográfico, paisagem, dentre outros aspectos físico-naturais que permeiam os nomes. Com relação ao ensino de Língua Portuguesa, podemos incluir discussões pertinentes a questões etimológicas, semântico-lexicais, fonético-fonológicas etc.

Quanto ao ensino de História, os topônimos poderão proporcionar conhecimentos a respeito da tradição, da memória e da história oral, além do contexto de formação histórica quanto à colonização, processos de imigração e emigração e outros aspectos importantes da história do país, estado, município, vila,

distrito ou qualquer outro lugar em que vive ou já viveu. Numa vertente da Antropologia, é possível que o aluno identifique as relações do homem como a identidade e a cultura local ou regional.

A Toponímia estabelece uma relação intrínseca entre língua, identidade e cultura, o que tende fomentar o processo de ensino-aprendizagem em relação às questões cotidianas do conhecimento dos alunos.

## **2.2 Os nomes de lugares nos documentos oficiais**

O fazer interdisciplinar é compreendido como a relação de troca constante e de integração mútua entre as disciplinas. Para Japiassu (1976, p. 74), a “interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas, no interior de um projeto específico de pesquisa”.

A partir desse universo interdisciplinar em que a Toponímia encontra-se inserida, pode-se afirmar que ela, no contexto escolar, contribui para a compreensão da cultura local, identidade, evidência histórica. Como estamos trabalhando no contexto da escola, acreditamos ser imprescindível identificar e conhecer de que forma os nomes de lugares estão apresentados nos documentos oficiais, uma vez que eles são documentos norteadores no que concerne aos encaminhamentos e as atividades desenvolvidas nas escolas.

De acordo com esses documentos, os conteúdos e as propostas pedagógicas devem ser estabelecidos de acordo com o contexto/realidade social das comunidades escolares. Eles são orientações relativas ao cotidiano escolar, aos conteúdos a serem trabalhados, ou seja, eles têm o papel de subsidiar os educadores para melhor qualidade em suas práticas pedagógicas. Abordaremos os seguintes documentos: PCN de Geografia do Ensino Fundamental, o Referencial Curricular do Estado do Tocantins e a Novas Diretrizes Curriculares da Educação Básica.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem as referências nacionais do Ensino Básico cujo objetivo é orientar o planejamento escolar, as ações de reorganização do currículo, levando em conta as diferenças étnicas e culturas brasileiras, tornando-se assim, adaptável a qualquer local e qualquer realidade escolar.

Para este trabalho, buscou-se analisar de que maneira os nomes de lugares estão inseridos nos PCN de Geografia do Ensino Fundamental, e em que contexto eles aparecem. Os PCN (1998, p. 07) explicitam que é importante conhecer em diversos âmbitos as dimensões culturais do país. Acreditamos que o contexto cultural de um grupo remete conhecer a história do lugar, ou melhor, do nome de lugar. Identificamos, ainda, que os nomes de lugares aparecem como nomes geográficos, terminologia específica da Geografia, e relacionam-se diretamente às questões territoriais. Não são estabelecidas maiores relações com os nomes (cidades, países, municípios, vilas, distritos etc), fazem, no entanto, uma abordagem implícita em mapas e imagens em um contexto mais locacional.

Já o Referencial Curricular do Ensino Fundamental do Tocantins (2009, p. 162) aponta indicativos que sugere o trabalho dos nomes de lugares por uma ótica interdisciplinar, embora de maneira superficial. O documento apresenta que é necessário conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa na Geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território, o lugar, os seus processos de construção, identificando suas relações, problemas, contradições, bem como realizar leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informações, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens. O documento também estabelece que seja necessário

Compreender a organização do espaço geográfico e funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, a partir das manifestações da sociedade na construção e na produção do território, da paisagem e do lugar. (BRASIL, 2009, p. 168).

A abordagem é muito semelhante ao que preconizam os PCN de Geografia (1998), visto que a ênfase ao estudo dos nomes de lugares propriamente dita é praticamente inexistente. Os PCN ainda estão em vigor, no entanto, já encontram-se disponibilizadas as novas DCNEB, as quais discutiremos a seguir.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica (2013) foram recentemente atualizadas e são responsáveis por estabelecer a base nacional comum, orientar a organização, articulação, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das redes de ensino no Brasil de modo geral. Elas constituem-se de um documento muito amplo, pois direciona e norteia a Educação Infantil, Fundamental e Média, também integram a obra as diretrizes e respectivas resoluções para a Educação no Campo, a Educação Indígena, a Quilombola, a

Educação Especial e de Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade nos estabelecimentos penais, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos, a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana.

Em relação à questão dos nomes de lugares, o documento sugere que a relação dos indivíduos com o lugar enaltece um sentimento de pertinência e está intimamente atrelada aos preceitos de ancestralidade, dignidade e de forte dimensão coletiva.

O *território* diz respeito a um espaço vivido e de profundas significações para a existência e a sustentabilidade do grupo de parentes próximos e distantes que se reconhecem como um coletivo por terem vivido ali por gerações e gerações e por terem transformado o espaço em um lugar. Um lugar com um nome, uma referência forte no imaginário do grupo, construindo noções de pertencimento. Trata-se de um espaço conquistado pela permanência, pela convivência, que ganha importância de uma tradicionalidade ao servir de suporte para a existência de um grupo de pessoas aparentadas por afinidade e consanguinidade ou até mesmo por uma afiliação cosmológica. (BRASIL, 2008, p. 419)

De acordo com o que estabelece as novas DCN, não é possível pensar em uma cidadania concreta sem levar em consideração a importância dos lugares, tendo em vista que os povos dependem em todos os sentidos dos lugares em que vivem. Os lugares são a base para que as pessoas se estabeleçam como cidadãos, sendo assim, os nomes de lugares acompanham esse sentimento de pertencimento, por estarem diretamente relacionados com o modo de vida das comunidades, além de representarem toda simbologia histórico-cultural destes lugares e das pessoas.

No capítulo seguinte abordaremos o percurso metodológico, explicitaremos as abordagens, tipo de pesquisa e instrumentos de coleta de dados.

## CAPÍTULO III

### ABORDAGEM METODOLÓGICA

#### 3. Percurso metodológico dos estudos toponomásticos

Neste capítulo, serão desenvolvidos os aspectos metodológicos do trabalho: o caráter da investigação, das fontes e tipo de pesquisa, bem como, da escolha dos instrumentos de coleta de dados.

Para este estudo, seguiremos o percurso metodológico apresentado por Dick (1980), sendo o plano onomasiológico de investigação. Por meio de um conceito genérico se identificam as variáveis possíveis das fontes consultadas. Será utilizado o método indutivo para que, ao longo das descrições onomásticas, se construam hipóteses de trabalho. Caso sejam confirmadas, servirão de subsídios para comprovar as hipóteses levantadas acerca do objeto de estudo. Marconi e Lakatos (2003) caracterizam o método indutivo como

um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais as basearam. Uma característica que não pode deixar de ser assinalada é que o argumento indutivo, da mesma forma que o dedutivo, fundamenta-se em premissas. Mas, se nos dedutivos, premissas verdadeiras levam inevitavelmente à conclusão verdadeira, nos indutivos, conduzem apenas a conclusões prováveis. (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 86)

O modelo de investigação toponímica é semelhante aos demais princípios metodológicos. Segundo Dick (2006, p. 100 e 101) envolve sistematicamente os seguintes pontos:

(a) formulação da hipótese de trabalho, ou de uma proposição de estudos, cuja finalidade perseguida é verificar as possibilidades de realização do tema escolhido, já enunciando as etapas admissíveis para esse exame; (b) delimitação da área básica de estudos (nível da Toponímia) ou do objeto da investigação (nível da onomástica), detalhamento temático, em extensão areal (nível quantitativo) ou em profundidade (nível qualitativo), de acordo com a disponibilidade do pesquisador, finalidade da demanda, vinculação a um projeto de pesquisa; (c) tratamento dos dados ou do corpus; (d) conclusão e bibliografia utilizada e de suporte.

A análise toponímica segue uma metodologia que envolve aspectos da construção do texto onomástico. Possui um olhar teórico-metodológico do saber

científico advindo dos nomes e apresenta uma forma de estudar a língua e suas variantes em diferentes contextos. Os estudos toponímicos encontram-se em um contexto interdisciplinar, pois relacionam-se diretamente com outras áreas do saber.

O objetivo deste trabalho é realizar um estudo toponímico dos nomes de origem indígena no livro didático de Geografia do 7º ano do Ensino Fundamental. Este estudo terá como foco a questão da interdisciplinaridade, pois pretende-se articular a Toponímia aos saberes geográficos, históricos, biológicos, antropológicos, etimológicos, além dos linguísticos, principalmente, sob a ótica semântico-lexical. Justificamos este estudo pelo viés do ensino, de modo que apresentamos contribuições, ainda que sejam preliminares, do estudo dos nomes de lugares a partir de elementos que possam ampliar o processo de ensino-aprendizagem, como por exemplo, o contexto etimológico, sócio-histórico e cultural dos nomes de conglomerados humanos (países, estados, cidades, bairros, ruas etc).

Na busca em ajustar objeto de pesquisa ao caminho metodológico, este estudo utiliza-se dos seguintes objetivos:

- ✓ Conhecer os nomes de origem indígena presentes no livro didático de Geografia do 7º ano do ensino fundamental, considerando um estudo na perspectiva toponímica e interdisciplinar;
- ✓ Identificar em que contexto os topônimos de origem indígena aparecem nos livros didáticos de Geografia do ensino fundamental;
- ✓ Compreender o ato de nomeação de nomes indígenas na geografia nacional;
- ✓ Descrever etimologicamente os nomes de lugares de origem indígena no livro didático de Geografia do 7º ano do ensino fundamental;

Após delimitarmos as temáticas que direcionam este estudo, pretendemos realizar uma reflexão a partir das seguintes questões norteadoras: Como os topônimos de origem indígena estão apresentados no livro didático de geografia do 7º ano do ensino fundamental? É possível relacionar os nomes de lugares apresentados nos livros didáticos de Geografia do ensino fundamental com aspectos linguísticos (informações sobre a origem/etimologia da palavra), saberes socioculturais, geohistóricos e antropológicos?

Acreditamos que o LD de Geografia do 7º ano do ensino fundamental, por abordar os nomes de lugares de maneira significativa e por trabalhar diretamente

questões relativas ao território, paisagens, as faces do espaço geográfico brasileiro, as regiões e suas curiosidades, possa contribuir para responder tais questões.

### **3.1 Abordagem qualitativa**

Para este estudo, optamos por uma pesquisa de abordagem qualitativa. Dela faz parte a obtenção de dados descritivos por meio do contato direto do pesquisador com o objeto de estudo. Essa abordagem será caracterizada por explicitar os passos da pesquisa, tendo em vista que é uma pesquisa do tipo descritiva, a qual visa analisar, observar e registrar os fenômenos. Ela busca descobrir precisamente a frequência em que um fenômeno acontece, sua ligação com outros, sua característica e natureza, como é o caso que trataremos: identificação e descrição dos nomes de lugares de origem indígena no LD.

Na abordagem qualitativa, torna-se necessária a identificação dos fatos e ocorrências do fenômeno, para que as análises sejam realizadas de modo confiável. As descrições dos fenômenos são estabelecidas pelos significados que o ambiente lhe proporciona, sendo produtos de uma visão subjetiva. Desta maneira, a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. Por isso, não é vazia, mas coerente, lógica e consistente.

### **3.2 Pesquisa do tipo documental: o LD**

Considerando a natureza qualitativa, optamos pela pesquisa do tipo documental e levantamento bibliográfico para investigação deste trabalho. Esclarecemos que a pesquisa documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com o objetivo de uma nova interpretação ou complementar. Trivinos (1987, p. 111) diz que a "análise documental" é outro tipo de estudo descritivo que fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informação sobre leis estaduais de educação, processos e condições escolares, planos de estudo, requisitos de ingresso, livros, texto etc.

Bittencourt (2004) comenta que, ao consideramos o livro didático como fonte de pesquisa documental, ele nos possibilita uma gama de análises, escolhas, recortes, caminhos, documentos a serem seguidos e utilizados. Dependendo das

escolhas que o pesquisador faz frente às diversas possibilidades que o LD oferece, é possível que ele seja tratado como objeto de pesquisa, fonte principal ou apenas como uma das fontes de análise.

O LD poderá ser estudado de diversos modos: como produto cultural, como mercadoria, como suporte de conhecimentos e métodos, como veículo de valores e ideologias. Nessa pesquisa, será estudado como fonte de análises e reflexões a partir dos objetivos e do objeto de estudo: estudar os nomes de lugares de origem indígena no livro didático de geografia do 7º ano do ensino fundamental.

Para o levantamento, descrição e análise do *corpus*, foi selecionado o livro didático de Geografia do 7º ano, editora Scipione, adotado pelas escolas públicas do ensino fundamental no Tocantins no ano 2012, tendo em vista o Plano Nacional do Livro Didático - PNLD. Esse material pedagógico foi disponibilizado em grande escala nas escolas públicas, de acordo com um levantamento prévio feito para essa pesquisa nas escolas de Palmas. Para tanto, o procedimento de pesquisa se dá através da análise documental via LD de Geografia. Segundo Tilio (2006) citado por Cardoso (2011, p. 51 e 52),

Um livro didático pode ser considerado um documento por estar inserido em um contexto social e histórico. Ademais, os livros didáticos são fontes primárias, uma vez que não receberam um tratamento analítico, seus dados são originais, assim como foram concebidos por suas autoras, e sua escolha para a pesquisa partiu de critérios pré-estabelecidos. Nesse sentido, concordamos com Tilio (op. cit.) ao defender o LD como documento com conteúdo suscetível à análise posto que “enquanto forma de produção na modalidade escrita, pode ser considerado um documento pedagógico, pois constitui parte integrantes das práticas educacionais.”

O livro didático é considerado um documento de fonte primária, por ser um material impresso, um documento e como todo documento. A análise documental é uma importante fonte de evidências que baseiam os questionamentos e afirmações do pesquisador.

Nesse prisma, a utilização do LD se estabelece como uma fonte estável e rica de investigação pode ser consultada diversas vezes, constitui-se de um acervo de pesquisa e caracteriza-se por ser um documento instrucional.

O foco da análise documental é verificar, nos documentos primários, informações que consubstanciam respostas para as questões de pesquisa. Os documentos são registros escritos e possibilitam diversas informações. É possível obter informações em relação ao período histórico e social das ações. O LD é

utilizado como um instrumento de conhecimento a serviço do professor e dos alunos, e representa uma fonte natural de informações.

O levantamento bibliográfico que fundamenta esta pesquisa, pelo viés da Toponímia, deu-se por meio dos estudos de Andrade (2010, 2011, 2012, 2012a), Dick (1980, 1990, 1990a, 1999, 2006, 2012), Fonseca (1997), Seabra (2006), Carvalhinhos (2002, 2003, 2009), Isquendo (2012), Sousa (2013). Em relação ao estudo da motivação dos topônimos de origem indígena, consideramos os estudos de Levy Cardoso (1961), Sampaio (1987), Todorov (2003). Para a descrição etimológica dos topônimos de origem indígena, utilizamos os dicionários de Ferreira (2004), Bueno (2013), Houaiss (2009), Tibiriçá (1984, 1985) e Sampaio (1987). No campo da interdisciplinaridade, apoiamo-nos nas abordagens Fazenda (2001, 2006), Japiassu (1976). No intuito complementar esse estudo, utilizamos considerações sobre os nomes de lugares nos documentos oficiais, PCN de Geografia (1998), Orientações Curriculares do Tocantins (2008) e Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2013).

Na sessão seguinte, discutiremos a análise dos topônimos no LD de Geografia do 7º ano do ensino fundamental, abordaremos como os nomes de lugares de origem indígena estão dispostos no LD, e em que contexto estão inseridos.

## CAPÍTULO IV

### ANÁLISE DE DADOS NO LD DE GEOGRAFIA

#### 4. Os nomes de lugares no LD de geografia do 7º ano do ensino fundamental

Antes de iniciarmos a análise dos topônimos no LD de Geografia, abordaremos sobre a questão do uso do livro didático e suas contribuições para o processo de ensino-aprendizagem. Segundo Franco (1992), a preocupação com os livros didáticos em nível oficial, no Brasil, se inicia com a Legislação do Livro Didático, criada em 1938 pelo Decreto-Lei 1006. Nesse período, o livro já era considerado uma ferramenta da educação política e ideológica, sendo caracterizado o Estado como censor no uso desse material. Sabe-se que o LD é, sem dúvida, uma ferramenta importante a ser utilizada nas salas de aulas, e é um dos recursos mais utilizados no processo de ensino.

O uso do livro didático deve ser compreendido como elemento de intermediação nos processos de ensino e aprendizagem, um produto comercializado que contém o conhecimento para a formação do aluno, como produto que precisa ter qualidade em termos de conteúdo, formatação e durabilidade.

Em relação à concepção de livro didático, Bittencourt (2004, p. 296) o define como sendo:

Uma concepção mais ampla e atual parte do princípio de que os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina.

É com essa caracterização conceitual que o LD carrega as determinações de uma política pública necessária para a educação brasileira, porque incorpora, direta e indiretamente, a tensão entre vários sujeitos nela envolvidos. De acordo com Gayan e García (1997, p.249), “o livro didático passou a ser o principal recurso que orienta o conteúdo a ser administrado pelo professor nas atividades didático-pedagógicas”. Todavia, é necessário que a escolha do livro didático seja realizada de forma cuidadosa, levando em conta a realidade dos estudantes, da região onde habitam, os fatores metodológicos, além de diversos outros fatores. Ele mantém-se

como recurso instrucional mais presente em sala de aula, e é considerado, para muitos professores, como principal fonte de atualização e de consulta.

Para fins de análise deste estudo, selecionamos o LD intitulado Projeto RADIX<sup>19</sup>: Raiz do conhecimento (Manual do Professor), volume do 7º ano do ensino fundamental. O livro foi elaborado por especialistas: a primeira, Valquíria Pires Garcia, tem formação em História e Filosofia da Ciência, e o segundo, Beluce Bellucci, em História Econômica. Os autores trouxeram, logo no início, informações prévias de como a obra está organizada: a quantidade de módulos em que a obra está dividida (8 módulos); os boxes, que são textos com informações adicionais; as seções especiais e o material suplementar apresentado no final do livro. A seguir, uma tabela demonstrando os temas abordados em cada módulo do livro:

**TABELA V:** Temáticas abordadas pelos módulos no livro didático de Geografia do 7º ano do ensino fundamental

MÓDULO	TEMÁTICA ABORDADA
1	Brasil: tantos lugares, tantas paisagens
2	O território brasileiro
3	A população brasileira
4	O rural e o urbano: as duas faces do espaço geográfico brasileiro
5	As regiões brasileiras
6	O Centro-Sul
7	O Nordeste
8	A Amazônia

Fonte: BELLUCCI, Beluce; GARCIA, Valquíria Pires. Projeto *RADIX: Raiz do Conhecimento*. Geografia 7º ano. São Paulo: Scipione, 2010.

Como já fora dito, a proposta desse trabalho é realizar um estudo toponímico aplicado ao ensino, cujo objetivo é conhecer e compreender de que forma os nomes de origem indígena estão presentes no livro didático de Geografia no volume do 7º ano do ensino fundamental. A justificativa para abordar esse tema deu-se pela escassez de trabalhos com os nomes de lugares, focados no contexto do ensino, numa perspectiva interdisciplinar.

<sup>19</sup> RADIX: É uma palavra latina que significa raiz. Em latim, o substantivo *radix* era empregado tanto em sentido próprio [raiz de uma planta] como em sentido figurado. Dependendo do contexto, *radix* pode significar, como raiz em português, base, fonte fundamento, origem. (BELLUCCI e GARCIA, 2010, p.3).

Os topônimos indígenas estabelecem fortes influências históricas e culturais, isso ocorre devido à expressiva quantidade de nomes indígenas no Brasil, em virtude do grande número de povos indígenas que habitaram o país no período da colonização, os quais deixarão uma extensa herança cultural. A escolha do volume do 7º, em especial, deu-se por apresentar conteúdos que trabalham um número maior de ocorrências e descrições dos nomes de lugares: estudo das paisagens e do território brasileiro, bem como, suas regiões. Desta forma, o seu conteúdo amplo subsidiou significativamente os dados necessários para esta pesquisa.

O LD do 7º ano estabelece como objetivos: promover o processo de ensino-aprendizagem da Geografia por meio de uma linguagem contemporânea e de fácil compreensão, visando despertar o interesse pelo estudo da Geografia. Além disso, busca explorar os conteúdos por meio de situações contextualizadas e relacionadas à realidade dos alunos e procura valorizar o conhecimento prévio como ponto inicial para construção de novos conhecimentos. Intenciona trabalhar numa abordagem interdisciplinar com o intuito de associar os conteúdos a várias áreas do conhecimento, a saber: História, Matemática, Língua Portuguesa, Ciências Naturais e Arte.

As atividades e os textos propostos no LD buscam estimular a curiosidade, o espírito de investigação e o desenvolvimento da capacidade de resolver problemas. Destacam-se atividades desenvolvidas com recursos variados, as quais são fundamentais para a construção do conhecimento geográfico.

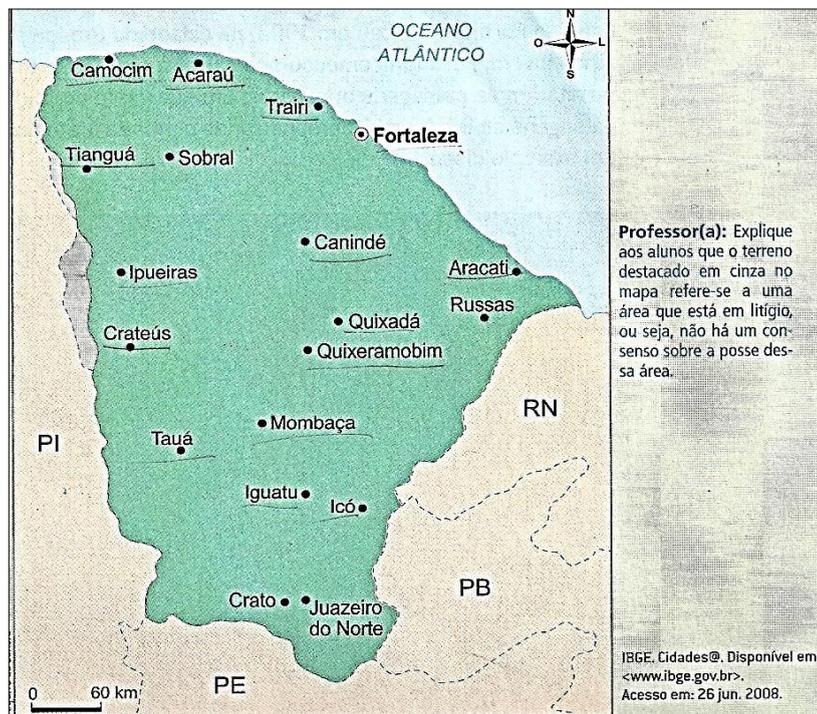
Para este estudo, priorizamos as temáticas que abordam os nomes de lugares com maior frequência, como, por exemplo, os temas apresentados nos módulos 1 e 5:

- Módulo 1 – Brasil: Tantos lugares, tantas paisagens, nos possibilitou consideráveis coletas de dados e informações. O módulo trabalha a pluralidade dos lugares e paisagens existentes no Brasil, apresentando diversas características naturais e culturais do território brasileiro. São exploradas no módulo as características dos diferentes lugares e paisagens existentes no Brasil, as mesmas estão intimamente relacionadas aos aspectos naturais e culturais de cada lugar. Observamos que apresenta os diferentes modos de vida dos brasileiros nos mais diversos lugares e paisagens do país. (BELLUCCI e GARCIA, 2010, p.6).

- Módulo 5 – As regiões brasileiras apresentam uma gama de topônimos brasileiros, que foram imprescindíveis para catalogação dos nomes de origem indígena desse trabalho. Aborda informações sobre as principais divisões regionais mais utilizadas para a regionalização do território brasileiro. O módulo trabalha com diversos mapas das regiões do Brasil, estabelecendo o conceito de região, sendo importante para análise geográfica. São elencadas questões acerca dos diferentes elementos naturais e culturais presentes no espaço geográfico.

A maioria dos nomes de lugares presentes do LD foram catalogados através dos mapas, pois aparecem constantemente no decorrer dos módulos. Os mapas são considerados fontes primárias das pesquisas toponímicas e, nesse estudo, consistem em uma fonte de dados durante a coleta dos topônimos. Os mapas foram utilizados para situar os diferentes lugares apresentados ao longo do volume.

Apresentamos, a seguir, o mapa extraído do LD de geografia, o qual traz alguns topônimos de origem indígena da região nordeste do país.



**Figura 5** – Abordagem dos nomes em mapas  
Fonte: BELLUCCI e GARCIA, 2010, p. 19

Durante o processo de catalogação dos topônimos, optamos por utilizar somente os nomes que contemplavam o território brasileiro. Nosso interesse é

identificar os nomes de origem indígena presentes no LD de geografia, bem como, compreender as possíveis motivações que levaram os povos indígenas, que habitaram ou ainda habitam o território brasileiro, a nomear os elementos humanos já lexicalizados em dicionários. Consideramos para a análise etimológica os dicionários de Sampaio (1987), Bueno (2013), Tibiriçá (1984) e (1985), Ferreira (2004) e Houaiss (2009).

Após a identificação e coleta dos nomes, partimos para a descrição etimológica, cujo objetivo foi o de nos certificarmos da origem indígena ou não dos nomes. Em relação aos nomes identificados nos mapas, observamos que o tratamento desses nomes são estabelecidos exclusivamente no viés da Geografia.

Além dos mapas, coletamos os dados através de textos verbais e não verbais e exercícios propostos, cujo contexto empregado era geralmente para discorrer sobre acontecimentos, identificar as diferentes regiões brasileiras e os fatos históricos das regiões, bem como, as transformações das paisagens naturais existentes nas regiões. A finalidade dos conteúdos baseava-se na verificação das particularidades e características entre os espaços geográficos.

O LD aborda “curiosidades” acerca das regiões estudadas, contemplando os aspectos econômicos e do cotidiano. No entanto, não mencionam, por exemplo, a origem dos nomes dos lugares, nem a título de “curiosidade”, visto que esse aspecto poderia ampliar o conhecimento a respeito do nome. Como citamos anteriormente, os nomes foram catalogados tendo em vista diferentes contextos, e um deles foi a partir dos exercícios propostos no LD. Parte desses exercícios menciona os nomes de lugares em seus contextos, como, por exemplo, a imagem abaixo, extraída do LD.

- 4 • Leia atentamente o texto a seguir e responda, no caderno, às questões propostas.

[...] os nordestinos que migravam para o Maranhão e o Pará foram responsáveis também pela ocupação do Tocantins; os mineiros e paulistas que, partindo do sudeste, se expandiram em direção a Brasília, seguindo em direção ao norte, pela Belém-Brasília; gaúchos, paranaenses e catarinenses que subiram na porção oeste, destruíram as florestas, ricas em ervamate, e ocuparam a região que contorna o Pantanal, para em seguida, contornando-o, se dirigirem para Mato Grosso e descerem os afluentes da margem esquerda do Amazonas.

Daí seguiram para Rondônia, para o Acre e ocuparam a margem esquerda do grande rio no Pará e no Amazonas; grupos avançados atravessaram o Amazonas e seguiram para o norte, já tendo atingido Roraima e já começam a penetrar na Venezuela. [...]

ANDRADE, Manuel Correia de. *A trajetória do Brasil: (1500 a 2000)*. São Paulo: Contexto, 2000.

- Identifique os fluxos migratórios descritos no texto.
- Qual é a relação desses fluxos com o povoamento do país?
- Você conhece pessoas que migraram para outras regiões do país? Verifique se os colegas também conhecem. *Resposta pessoal.*

**Figura 6**– Abordagem dos nomes em textos

Fonte: BELLUCCI e GARCIA, 2010, p. 75

Exercícios dessa natureza são predominantes neste volume, bem como, diversos outros textos que abordam nomes de lugares. Sugerimos que, diante da presença constante de nomes de lugares no LD, seria interessante um trabalho mais específico com esses nomes, como, por exemplo, o trabalho com a abordagem etimológica dos mesmos. Uma possibilidade seria a inclusão de um glossário com a origem/procedência e/ou significado dos nomes ao final do volume. Essas informações extras, de caráter etimológico e/ou semântico, poderiam contribuir para que os alunos ampliassem o conhecimento acerca das regiões estudadas, aliando questões históricas, culturais e de identidade.

O LD de Geografia também traz diversos boxes informativos, ao longo do seu volume. As informações geralmente são utilizadas para descrever o significado de alguma palavra, para complementar os textos, ou trazem alguma curiosidade do conteúdo trabalhado. A seguir, algumas imagens para exemplificar os boxes informativos, presentes no LD de Geografia.

## olhar GEOGRÁFICO Cartografia

### O nosso lugar no Brasil e no mundo

O lugar onde vivemos faz parte de um espaço muito maior, que é o planeta Terra. E, como é possível dizer qual é a localização desse lugar na imensidão do nosso planeta?

Quem mora em uma cidade pode indicar o lugar onde vive dizendo o nome da rua e do bairro onde está situada a sua residência. Mas qual seria a localização dessa cidade em relação ao estado? E a localização desse estado em relação ao país? E, finalmente, você saberia dizer qual é a localização do Brasil em relação à superfície terrestre?

Veja, no exemplo a seguir, como podemos localizar um lugar, um município, um estado e um país na imensa superfície do nosso planeta.



▲ Patrícia é uma garota que mora em um prédio localizado na rua dos Governadores Geras, na cidade de Cambé, no Paraná.



▲ A rua onde Patrícia mora fica no Jardim Vila Rica, um dos bairros da cidade. Veja, acima, a planta de parte do Jardim Vila Rica.



**Estado do Paraná – Político**

▲ Essa das vezes é uma figura que serve como instrumento de orientação. Seu desenho, em forma de estrela, indica as direções cardinais norte, sul, leste e oeste. Algumas vezes os ventos também indicam as direções colaterais (nordeste, sudoeste, noroeste e sudeste) e subcolaterais (nordeste-nordeste, sul-sudoeste, oeste-noroeste etc.).

▲ Cambé, por sua vez, está entre as centenas de municípios que compõem o estado do Paraná.

Atlas Nacional do Brasil Digital. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

● Observe o mapa do Paraná e verifique em qual porção do estado está localizado o município de Cambé, norte, sul, leste ou oeste?

## ALGO A mais

### O rural e o urbano às vezes se misturam

Muitas vezes, os limites que separam o espaço urbano do espaço rural não são facilmente percebidos e identificados. Isso ocorre, por exemplo, quando uma cidade vai se expandindo com a formação de bairros afastados, que "invadem" áreas rurais até então, ocupadas por lavouras ou pastagens. Essas expansões dão origem a uma periferia onde os bairros da cidade se misturam com as propriedades agrícolas, dificultando a identificação de onde começam e onde terminam os espaços urbano e rural.

Veja, a seguir, como a expansão da cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, foi incorporando áreas rurais dentro dos seus limites urbanos.

### O urbano e o rural na periferia de João Pessoa, capital da Paraíba

João Pessoa (PB), cidade localizada no nordeste brasileiro, vem apresentando, desde a década de 70, um crescimento acelerado, o que leva muitos autores a afirmarem seu "alto grau de urbanização". Estas afirmações partem, muitas vezes, dos dados oficiais, que desprezam a existência de atividades agropecuárias e consideram o total da área do município, bem como sua população, como urbano.

Essas ideias fomentaram o despertar inicial de estudar o espaço urbano de João Pessoa, a partir daquilo que nega a sua paisagem de cidade moderna, da constatação diária de animais bovinos e eqüinos, além de outros hábitos característicos da vida rural, enfim de espaços rurais encaixados no espaço urbano. [...]

Nesses espaços verificamos a existência de currais, estábulos, vacarias, granjas, chácaras e poçueiras onde se desenvolve a prática de atividades tipicamente rurais. [...] Nesse espaço urbano, encontram-se tanto propriedades inferiores a 1 hectare, com uma pequena produção, sendo mais propícias a serem engolidas pela cidade, como estabelecimentos rurais de caráter extremamente comercial, além de outras caracterizadas enquanto locais de lazer, como residências temporárias, nas quais a prática dessas atividades dá-se unicamente por "puro hobby". [...]



É, ainda, nesse mesmo espaço urbano, que se pode apreciar o antigo hábito rural de o vaqueiro levar o gado no início da manhã para pastar e ao final da tarde trazê-lo para pernoitar nos currais.

Após o nascer do dia e antes de o sol se pôr, vislumbram-se nas ruas paralelas às principais avenidas de alguns bairros o mugido do gado, o barulho dos chocinhos e os aboiões dos vaqueiros tangendo a boiada para as áreas de pastagens ou de volta para os currais. São boiadas que despontam de diferentes partes e que se cruzam neste intervalo de tempo em um espetáculo já cantado pelo compositor e cantor Luís Gonzaga: Vai boia-deiro/ que a noite já vem/ pega o seu gado/ E vai pra junto do seu bem.

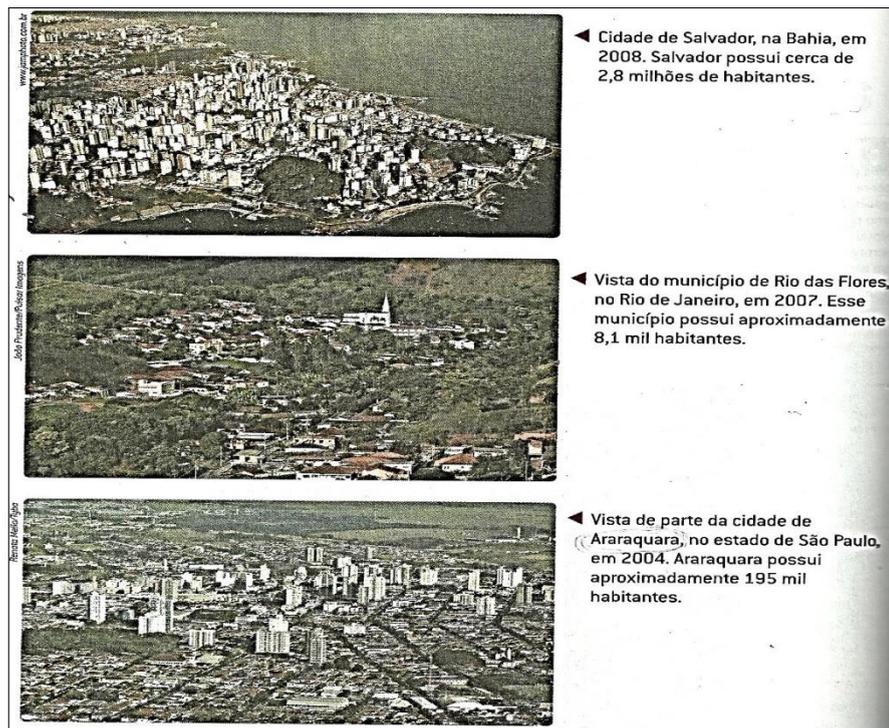
Assim, podemos afirmar que nestes subespaços rurais, além de encontrarmos a criação de animais, temos moradores da cidade que conservam hábitos como: comprar leite "in natura" entregue na porta de casa, de praticar a vaquejada nos fins de semana, de acordar cedo para levar o gado para pastar [...].

Adap.: MALA, Doralce Selym. Hábitos rurais em vilas urbanas. In: DAMIANI, Amélia Leite (org.). O espaço no fim do século: a nova ruralidade. São Paulo: Contexto, 2001.

Figura 7– Boxes informativos LD de Geografia  
 Fonte: BELLUCCI e GARCIA, 2010, p. 87 e 88

Essas caixas informativas são um exemplo de como inserir informações pertinentes à etimologia dos nomes. Alguns dos topônimos possuem nomenclaturas curiosas e, dependendo do contexto em que aparecem, serviriam para o melhor entendimento de aspectos físicos e culturais de determinada região. Com isso, os alunos poderiam relacionar diferentes fatos ao nome do lugar e, assim, apreender melhor o conteúdo estudado.

Muitos nomes foram identificados a partir de informações acompanhadas das imagens das regiões, como pode ser identificado na imagem abaixo.



**Figura 8**– Abordagem dos nomes ao lado de imagens

Fonte: BELLUCCI e GARCIA, 2010, p. 86

Esse é outro exemplo em que poderia ser trabalhada a etimologia dos nomes de lugares. Os topônimos Salvador, Rio de Janeiro e Araraquara, identificados na imagem, poderiam ser apresentados com conteúdos extras acerca dos topônimos, como, por exemplo, informações pertinentes à etimologia. Com isso, os alunos seriam estimulados a pensar o porquê que o lugar foi batizado com tal nome. Os professores poderiam abordar também a história do nome, podendo partir do lugar em que vive. Além disso, poderiam enaltecer o sentimento de pertencimento, de afeto com o lugar, imprimindo suas relações com a cultura, a identidade e o *modus vivendi* por parte dos alunos.

Durante a coleta, identificamos referência à etimologia de um hidrotônimo. O texto explicita informações sobre a região e aborda curiosidades sobre o lugar, identificando a origem do nome Jequitinhonha, que foi motivado pelas características do rio Jequitinhonha cujo, significado de seu nome indígena é: armadilha para pegar peixe<sup>20</sup>. Esse fato reitera a informação de que conhecer o significado do nome contribui para o entendimento da história do lugar, de como o nome é influenciado pelo contexto. A seguir, a imagem do texto retirada do LD de geografia.

<sup>20</sup> MITRE, Maya. Jequitinhonha: estagnação e pobreza. Ciência Hoje. Rio de Janeiro: SBPC, v. 28, n. 165, ou. 2000, citado por BELLUCCI e GARCIA, 2010, p. 118

**No Vale do Jequitinhonha**

É possível ter uma vida digna ganhando menos de 1/4 (um quarto) do salário mínimo? Milagre ou não, é com essa renda mensal que sobrevive mais da metade da população do Vale do Jequitinhonha, a mais pobre das regiões de Minas Gerais. Localizada no nordeste do estado, ocupa 10% do território mineiro e contribui com apenas 1,6% de sua riqueza. Os índices relativos de miséria e subdesenvolvimento são os mais altos de Minas, e em nenhum de seus municípios a proporção de pobres (calculada através da razão entre a população situada abaixo da linha de pobreza e a população total) é inferior a 70%. [...]

Impulsionada pela mineração e pelo garimpo, a maioria dos 80 municípios do Vale formou-se em torno do caudaloso rio Jequitinhonha, responsável pelo abastecimento de água e por impulsionar a urbanização e as atividades econômicas. Hoje a realidade é outra. Quem vê o leito quase seco do rio não entende o significado de seu nome indígena: armadilha para pegar peixe.

Em virtude do desmatamento e da mineração mal-estruturada, o Jequitinhonha, que já foi o orgulho dos ribeirinhos, está assoreado, podendo, no período das secas, ser atravessado a pé. Previsões sinistras afirmam que em poucos anos ele deve se extinguir. A água, antes farta, tornou-se artigo de luxo para muitos habitantes, que muitas vezes são obrigados a percorrer vários quilômetros para obtê-la. Nos centros urbanos, o racionamento chega a ser feito durante cinco dias na semana. [...]

A maior parte da população ativa ocupa-se da agropecuária. As principais atividades no meio rural são a pecuária de corte, os pequenos cultivos de subsistência e a monocultura de eucalipto. Esta, desenvolvida para abastecer a siderurgia, acabou contribuindo para a concentração fundiária e para o aumento das disparidades econômicas da região. [...]

[...] as discrepâncias do Vale do Jequitinhonha em relação ao resto do estado permanecem quando se enfocam as condições de saúde, educação e infraestrutura de saneamento. Os índices de mortalidade infantil são altos e as taxas de analfabetismo chegam a mais de 50% em alguns municípios, principalmente na zona rural. A maioria dos trabalhadores realiza atividades informais ou temporárias: mais de 42% não têm carteira assinada. Quanto ao aspecto ambiental-urbano, que influi diretamente na qualidade de vida, a realidade do Vale é alarmante. A falta de recursos básicos, como esgoto, coleta de lixo e saneamento, provoca a poluição das águas, entre outros problemas ambientais, e conseqüentemente doenças e infecções. [...]

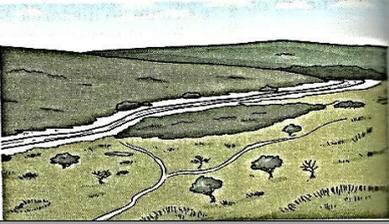
Uma estratégia de sobrevivência encontrada pelos moradores do Vale é a migração, principalmente sazonal, quando os trabalhadores saem em busca de emprego temporário nas colheitas. Muitos chegam a ficar até 10 meses por ano fora de casa, nos plantios paulistas de cana-de-açúcar. [...]

MITRE, Maya. Jequitinhonha: estagnação e pobreza. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: SBPC, v. 28, n. 165, out. 2000.

**assoreamento:** processo de deposição e acúmulo de sedimentos como terra, areia, argila e detritos, no curso de um rio ou em um lago.

**população ativa:** compreende o conjunto de pessoas com mais de 10 anos de idade que desenvolve alguma atividade econômica e recebe uma remuneração (salário) pelo trabalho realizado. Abrange, também, os trabalhadores que durante um determinado período encontram-se desempregados.

**migração sazonal:** deslocamento temporário ou periódico de pessoas provocado por mudanças climáticas ou por aspectos econômicos. Um exemplo de migração sazonal é o movimento de trabalhadores rurais que se deslocam para trabalhar na colheita ou no plantio das lavouras em outras regiões ou estados e depois retornam ao lugar de origem.



**Figura 9**– Etimologia do hidrotopônimo

Fonte: MITRE, Maya. Jequitinhonha: estagnação e pobreza. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: SBPC, v. 28, n. 165, out. 2000, citado por BELLUCCI e GARCIA, 2010, p. 118

Identificamos que o trabalho com os nomes de lugares no LD é especificamente abordado pelo viés da Geografia, sem muitas referências a aspectos de natureza etimológica, sócio-histórica ou cultural. No entanto, percebemos que uma abordagem dos nomes pelo contexto da toponímia poderia auxiliar na ampliação do leque de conhecimento dos alunos, pois permitiria que o educando realizasse observações, descrições, analogias, interpretações, além de análises mais precisas acerca das regiões, territórios e paisagens estudadas.

#### 4.1 Descrição e análise etimológica dos topônimos indígenas no LD

Os grupos indígenas que habitaram (ou ainda habitam) o Brasil contribuíram significativamente para nossa história e identidade linguística e estabeleceram parte de nossas bases culturais de um modo geral, ao longo dos séculos. Os nomes de lugares de origem indígena são predominantes na toponímia brasileira, devido à forte presença de diversos grupos indígenas.

Para fins de análise, identificamos 85 topônimos de origem indígena, os quais compõem o *corpus* da pesquisa. Observamos, partindo da descrição etimológica, que os aspectos físico-naturais, como flora, fauna, hidrografia e características do solo, foram as principais fontes motivacionais para os denominadores que utilizaram unidades léxicas, oriundas de línguas indígenas, para nomear os elementos de natureza física e humana.

Compreendemos também que parte da ocorrência de nomes, provenientes de aspectos físico-naturais, ocorreu devido à presença do indígena desde à época do “descobrimento” por parte dos colonizadores, como também, do uso da língua geral<sup>21</sup>, durante o processo de colonização por parte de expedicionários, os quais andavam em busca de apresamento de indígenas ou à procura de metais preciosos.

De acordo com essas características, Dick (1990a, p. 42) explicita

As especificações do ambiente físico, registradas nas camadas toponímicas tupis, podem ser interpretadas como uma reação favorável à própria presença dos fatores mesológicos e a um maior envolvimento do índio com as características específicas dos acidentes: formas e dimensões, situação geográfica, recorte do relevo, escassez ou abundância de vegetação, aspectos típicos aos recursos d’água (coloração, natureza do declive,

---

<sup>21</sup> Segundo o Professor Aryon Dall’igna Rodrigues, “A expressão “língua geral” foi inicialmente usada, pelos portugueses e pelos espanhóis, para qualificar línguas indígenas de grande difusão numa área. Assim, na América espanhola, o Quêchua já no século XVI foi chamado de “Língua Geral do Peru” e o Guaraní, no início do século XVII, de “Língua Geral da Província do Paraguai”. No Brasil, entretanto, tardou bastante o uso dessa expressão por parte dos portugueses. A língua dos índios Tupinambá, que no século XVI era falada sobre enorme extensão, ao longo da costa atlântica (do litoral de São Paulo ao litoral do Nordeste), não teve consagração a designação de “língua geral” nos dois primeiros séculos da colonização de “língua geral” nos dois primeiros séculos da colonização. O padre Anchieta intitulou sua gramática, a primeira que dela se fez (publicada em 1595), “Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil”. Outros autores referiam-se a ela como a “língua do Brasil”, a “língua da terra” (isto é, desta terra, da terra do Brasil), a “língua do mar” (isto é, a língua falada na costa, junto ao mar). Mas o nome cujo uso se firmou, sobretudo ao longo do século XVII, foi o de “Língua Brasileira”. Assim, o catecismo publicado em 1618 chamouse “Catecismo da Língua Brasileira”; a segunda gramática, feita pelo padre Luiz Figueira e cuja primeira impressão é de 1621, foi a “Arte da Língua Brasileira”; o dicionário dos jesuítas, cujo manuscrito melhor conhecido é do mesmo ano de 1621, traz o nome de “Vocabulário na Língua Brasileira”, e assim por diante”. (RODRIGUES, 1994, p. 99 e 100).

piscosidade), etc. Assim, podem ser citados, a título de exemplificação, os seguintes topônimos: Iguazu (“rio grande”), Paramirim (“rio pequeno”), Itapuã (“pedra redonda”), Itapira (“pedra empinhada”), Ipaçu (“ilha grande”), Paranapiacaba (“lugar de onde se avista o mar”), Caeté (“a mata virgem”), Itirapina (“monte pelado, sem vegetação”), Ibiuna (“terra preta”), Paraíba (“rio encachoeirado”), Ipiranga (“rio vermelho”).

Em relação aos topônimos de origem indígena, identificamos que os entes motivadores dos nomes, levantados neste trabalho, foram basicamente relativos à vegetação, fauna, características do solo. Essa recorrência é visível tanto na Toponímia indígena quanto na não indígena em todo território brasileiro. A respeito das denominações indígenas, motivadas pela vegetação, Sampaio (1098) citado por Tavares (2009, p. 105-106) afirma que

Numa região, como o Brasil, onde a vegetação exuberante, variada e intensa, em vastíssimas zonas, a denominação dos lugares de procedência indígena deve, de contínuo, traduzir a feição local do ponto de vista da sua vestimenta vegetal, ou pelas espécies características. A Geografia aqui reflete, nas denominações de lugares, a característica vegetal de cada uma. Não é, pois, de estranhar-se o frequente emprego de nomes de plantas, árvores, para indicar um rio, um banhado, um vale, um povoado, uma serra, um acidente geográfico qualquer.

Os topônimos descritos são formados por, pelo menos, um elemento de origem indígena, no qual predomina o tupi de modo geral, uma vez que foi a língua mais falada em toda a costa do Brasil. Nesse sentido, Rodrigues (1994, p. 21) afirma que: “Esta foi a língua predominante nos contatos entre portugueses índios no séculos XVI e XVII e tornou-se a língua da expansão bandeirante no sul e da ocupação amazônica no norte”.

Em relação à expansão da língua tupi e o seu domínio na geografia nacional, Sampaio (1987, p. 58) afirma que

Pelo tupi eram designados novos descobrimentos, os rios, as montanhas, os próprios povoados que fundavam e que eram outras tantas colônias, espalhadas nos sertões, falando também tupi e encarregando-se naturalmente de difundi-lo.

Identificamos que a maior ocorrência de topônimos de origem indígena encontrados no livro didático pertence à região Nordeste do Brasil, com 29 topônimos. Esse dado releva o fato da grande predominância dos povos indígenas que habitaram o litoral nordestino, como: os Tupinambá, Tupiniquim, Kariri, Tabajara, Tarairiu etc. Nesse contexto, Sampaio (1987, p. 71-72) complementa que

Tomando-se uma carta do país e examinando-a quanto ao que diz respeito às denominações geográficas, reconhece-se, para logo, o predomínio do tupi em toda a região litoral; nota-se que ele penetra fundo nos sertões pelo vale dos grandes rios, onde se tornou fácil o acesso do lado do mar; nota-se mais que ele assinala, através dos divisores das grandes bacias fluviais, o trajeto costumeiro dos bandeirantes ou descobridores; Consideramos por exemplo, essa parte do Brasil entre o rio São Francisco e Maranhão. Notamos, logo no litoral e nos vales mais acessíveis e férteis, os nomes tupis em grande número, ao lado de alguns nomes portugueses, designando os lugares e os vários acidentes topográficos; no interior, porém, as denominações tapuias prevalecem, designando as aguadas e as feições mais salientes da região. As montanhas e as chapadas se designam, em grande extensão, pelo nome cariri, do povo mais numeroso que outrora as possui. Os rios do interior, que não alcançam diretamente o mar, donde lhes podia vir a denominação tupi, prevalecente no litoral, têm nomes tapuias: *Maceió, Xitroá, Priaca, Quebrangulo, Capiá, Paricônia, Cafuxi*, nas Alagoas; *Moxotó, Ororobá, Xocó, Cabrobó, Tacaratú, Orocó e Ibó*, em Pernambuco; *Piancó, Gurunhém, Catolé, Bodó-Congó*, na Paraíba; *Gramació, Siridó, Caicó, Mipibu e Patu*, no Rio Grande do Norte; *Quixeramobim, Quixadá, Quixelô, Quixossô, Quinquilerê, Cococi, Sitiá, Coronzó, Quipá*, no Ceará; *Jaicós, Gurguéia*, no Piauí; *Amanajé, Codó, Timbirá, Apinajé*, no Maranhão.

Para demonstrar os dados, segue uma tabela com a incidência de nomes de origem indígena por região do Brasil.

**TABELA VI:** Incidência de topônimos de origem indígena por Regiões Brasileiras identificadas no livro didático de Geografia do 7º ano no Ensino Fundamental

REGIÃO	TOTAL DE TOPÔNIMOS DE ORIGEM INDÍGENA
REGIÃO NORTE	19
REGIÃO NORDESTE	29
REGIÃO CENTRO-OESTE	2
REGIÃO SUDESTE	28
REGIÃO SUL	7

Fonte: BELLUCCI, Beluce; GARCIA, Valquíria Pires. Projeto *RADIX: Raiz do Conhecimento*. Geografia 7º ano. São Paulo: Scipione, 2010.

A partir dos nomes identificados, observamos que os nomes são vocábulos já incorporadas ao léxico efetivo da língua portuguesa os quais se encontram registradas nos principais dicionários: Ferreira (2004) e Houaiss (2009). Isso se justifica pelo fato de esses nomes incorporarem uma função denominadora e passarem, assim, a nomes próprios de elementos físicos e humanos. A língua portuguesa recebeu fortes contribuições e influências das línguas indígenas, sobretudo a do tupi, sendo a mais significativa no vocabulário brasileiro. Esses

fatores refletem na gama de nomes de origem indígena, sejam nomes próprios de lugares ou de pessoas. Isso só confirma as marcas identitárias, oriundas de línguas indígenas, incorporadas ao léxico português.

Para o processo de identificação e descrição etimológica dos topônimos, foram utilizados os dicionários de: Sampaio (1987), Bueno (2013), Tibiriçá (1984) e (1985), Ferreira (2004) e Houaiss (2009). A motivação para escolha dos dicionários de Sampaio, Bueno e Tibiriçá deu-se, primeiramente, pelo fato de esses dicionários trabalharem com a etimologia de nomes indígenas. O dicionário de Sampaio é uma das grandes referências no estudo do vocabulário geográfico brasileiro tupi e, também, é utilizado como referência pelos demais dicionaristas.

Segue a tabela com a descrição etimológica dos nomes de origem indígena, identificados no livro didático de geografia do 7º ano do Ensino Fundamental.

**TABELA VII:** Topônimos de origem indígena levantados no livro didático de Geografia do 7º ano no Ensino Fundamental

<b>Nº</b>	<b>1</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>ACARAÚ - CE</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 16):</b> Rio que nasce na Serra das Matas, no Ceará; rio do mun. de Feijó no Território do Acre; Cid. E mun. Do Ceará; de <i>acará-y</i>, rio do acará, ou de <i>acará-u</i>, comedouro dos acarás.</p> <p><b>TIBIRIÇÁ(1985, p. 50):</b> Nome de uma árvore; de <i>acará-ú</i>, comida de acará.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 33):</b> s. Acará preto, var. <i>acaràuna</i>.</p>
<b>Nº</b>	<b>2</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>ACRE</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 36):</b> s. Nome de um dos Estados do Brasil. Nome do rio que banha essa região, rio <i>akiry</i>.</p> <p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 17):</b> E. brasileiro situado no extremo SO amazônico; do aruaco, <i>uaikiri</i>, através do dial. ipurinã.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> lat. <i>acer,acris,acre</i> 'id.' adjetivo de dois gêneros 1.que tem sabor amargo, ácido, azedo Ex.: <i>o gosto a. do limão</i> 2.de cheiro ativo, forte, penetrante Ex.: <i>odor a. das conservas</i> 3. de som agudo, pungente Ex.: <i>o timbre a. de algumas vozes</i> 4.Derivação: sentido figurado. de rudeza desagradável; áspero, mordaz, ríspido Ex.: <i>gênio a.</i> 5. Derivação: sentido figurado. que provoca amargura; aflitivo, doloroso, tormentoso Ex.: <i>sentimentos a.</i> substantivo masculino 6. sabor acre, azedo, amargo 7. odor acre, forte, enjoativo.</p>

<b>Nº</b>	<b>3</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>AGUAÍ – SP</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 17):</b> - cid. à margem do rio Itapeva, SP; de <i>aguá</i>, esp. de batráquio (termo onomatopaico) e y, rio; int. rio dos sapos.</p> <p><b>TIBIRIÇÁ (1985, p. 52):</b> guiso, chocalho pequeno.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 37):</b> s. Cascavel, guiso de cascavel; nome da antiga cidade de Cascavel.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> lat.cien. gên. <i>Ahouai</i> (1754), do tupi <i>awa'í</i> 'variedade de fruto e árvore conhecida como cascaveleira' . substantivo masculino. Rubrica: angiospermas. design. comum a diversas spp. do gên. <i>Chrysophyllum</i>, da fam. das sapotáceas, ger. exploradas pela madeira, us. na confecção de móveis e ferramentas m.q. <i>aguaizeiro</i> (<i>Chrysophyllum lucumifolium</i>) 2 .m.q. <i>agaí</i> (<i>Thevetia ahouai</i>).</p>
<b>Nº</b>	<b>4</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>AMAPÁ</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 18):</b> território do norte do Brasil; de <i>amapá</i>, nome de uma planta de suco leitoso e medicinal, também chamada <i>catauá</i>; <i>amapá</i> é termo de origem caribe.</p> <p><b>TIBIRIÇÁ (1985, p. 56):</b> certa planta de suco leitoso e medicinal (Silva Bastos).</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 43):</b> s. Árvore ribeirinha, cujo látex é medicinal. Nome de um dos estados do norte do Brasil. Estado do Amapá.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> top. lago <i>Amapá</i>, de orig. caribe. substantivo masculino. Rubrica: angiospermas.</p> <p>árvore de grande porte (<i>Parahancornia fasciculata</i>) da fam. das apocináceas, com fuste longo, folhas opostas, oblongas, pouco acuminadas, flores em corimbos, diminutas, brancas e aromáticas, frutos roxo-escuros, de polpa alaranjada, doce e comestível; amapá-amargoso, amapazeiro [Nativa da região amazônica, Peru, Guianas e Brasil (esp. PA e AP), de madeira útil em marcenaria, construções e produção de celulose, exsuda látex branco e amargo, com várias aplicações medicinais.]</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [Do tupi.] Substantivo masculino. 1. Bras. PA Bot. Árvore da família das apocináceas (<i>Parahancornia amapa</i>), de madeira útil, e cuja casca, amarga, exsuda látex medicinal, de aplicação no tratamento da asma, bronquite e afecções pulmonares, tendo seu uso externo poder resolutivo e cicatrizante de cortes e feridas.</p>
<b>Nº</b>	<b>5</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>ARACAJÚ- SE</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 21):</b> capital do E. de Sergipe; de <i>ar-acaju</i>, dia de festa da passagem do ano (versão de vários autores); <i>acaju</i>, nome do conhecido fruto, também significa “ano”, pelo fato de os índios guardarem num pegoeno saco</p>

	<p>parte rija (que é o verdadeiro fruto), para poder contar os seus anos de vida, daí a extensão do vocábulo.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 55):</b> s. Nome da capital de Sergipe. T. Sampaio achq que signifique o cajueiro dos papagaios. Achamos que seja apenas o tempo, a época do caju, pois, servia aos indígenas de base para a contagem dos anos, Ara é tempo, estação.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 197):</b> s. c. <i>ará-acayú</i>, o cajueiro dos papagaios. Sergipe</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> Bras. Substantivo de dois gêneros.  1. Etnôn. Indivíduo dos aracajus, povo indígena extinto, de língua pertencente ao tronco tupi, que habitava a região do rio Paru, afluente do rio Amazonas (PA).  Adjetivo de dois gêneros.  2. Pertencente ou relativo a esse povo. [Tb. us. como s. 2 g. e 2 n. (com cap.) e adj. 2 g. e 2 n.]</p>
Nº	6
TOPÔNIMO	ARACATI – CE
ELEMENTO	HUMANO
ETIMOLOGIA	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 22):</b> cid. portuária sobre o rio Jaguaribe, CE; de aracaty, brisa do mar, que sopra no nordeste; to tupi ara-catu, tempo bom.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 55):</b> <i>Aracaty</i> – s. Nome de uma localidade na margem do Jaguaribe, no Ceará. Vento de maresia. No vale do Amazonas designa uma variedade de castanha ou pinha.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 197):</b> s.c. <i>Aracaty</i>, o vento de maresia: o ar impregnado de mau cheiro. No vale do Amazonas, designa uma variedade de pinha (<i>Anona squamosa</i>, L.). Cidade, à margem do Jaguaribe, até onde sobe a maré. Ceará.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> tupi, mas de étimo obs. substantivo masculino. Regionalismo: Brasil. vento forte e constante de certas regiões nordestinas, esp. do Ceará; vindo do mar para a terra, refresca o calor das tardes e noites no sertão.</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [Do tupi.] Substantivo masculino.  1. Bras. Vento que em regiões nordestinas (especialmente no CE) sopra de N.E. para S.O.:  “Era o tempo em que o doce <u>aracati</u> chega do mar, e derrama a deliciosa frescura pelo árido sertão.” (José de Alencar, <i>Iracema</i>, p. 59); “uma aragem agradável soprando constantemente — o doce <u>aracati</u> da hora do crepúsculo” (Raquel de Queirós, <i>100 Crônicas Escolhidas</i>, p. 45).</p>
Nº	7
TOPÔNIMO	ARAÇUAÍ – MG
ELEMENTO	HUMANO
ETIMOLOGIA	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 22):</b> mun. de Minas Gerais; de <i>arassu-aíba</i>, altiplano extenso e imprestável.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 56):</b> <i>Araçuary</i> – s. Nome de um rio em Minas Gerais.</p>
Nº	8
TOPÔNIMO	ARAPIRACA – AL
ELEMENTO	HUMANO

<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 23):</b> cid. de Alagoas; de Arapiraca, nome de uma planta da fam. Das leguminosas.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 57):</b> s. Ó pau de casca solta. O mesmo que <i>guarapiraca</i>.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 198):</b> s.c. <i>Ara-pí-raca</i>, o pau de casca solta. Diz-se também: <i>guarapiraca</i>.</p>
<b>Nº</b>	9
<b>TOPÔNIMO</b>	ARARAQUARA – SP
<b>ELEMENTO</b>	HUMANO
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 24):</b> cid. do E. de São Paulo; de <i>arara-cuara</i>, abrigo de arara; querem alguns autores que seja <i>abrigo de crepúsculo</i>; esta última interpretação seja, talvez, a opção da maioria, por ser mais poética.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 57):</b> s. O refúgio ou paradeiro das araras, o habitat das araras. O bairrismo dos araraquarenses inventou que a palavra significa morada do sol, mas sem nenhum fundamento.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 199):</b> s.c. <i>Arara-quara</i>, o refúgio ou paradeiro das araras. São Paulo. É também árvore alta, entre as leguminosas, no Amazonas.</p>
<b>Nº</b>	10
<b>TOPÔNIMO</b>	ARIQUEME - RO
<b>ELEMENTO</b>	HUMANO
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 25):</b> cid. do Território de Roraima; de Arikeme, nome de uma tribo indígena de língua isolada, que até o princípio de nosso século habitou as margens do rio Jamari.</p> <p><b>FERREIRA (2009):</b> 1. Bras. V. <i>ariquém</i>. Bras. Substantivo de dois gêneros. 1. Etnôn. Indivíduo dos ariquéns [ou (etnôn. bras.) *Arikém], povo indígena de tronco tupi, que habita os municípios de Ariquemes (RO) e Aripuanã (MT). Substantivo masculino. 2. Gloss. Família lingüística do tronco tupi à qual pertencem as línguas dos povos ariquém e caritiana. Adjetivo de dois gêneros. 3. Pertencente ou relativo aos ariquéns ou a ariquém (2). [Var.: <i>ariqueme</i>.]</p>
<b>Nº</b>	11
<b>TOPÔNIMO</b>	ATIBAIA – SP
<b>ELEMENTO</b>	HUMANO
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 26):</b> rio e cid. do E. de São Pulo; de ybaia, t'ybaia, planta de fam. Das mirtáceas, vulgarmente chamada uvaia, cujo fruto é bastante ácido mas muito apreciado para refrescos e batidas; a origem do nome atibaia é bastante controvertida, mas pensamos ser o que aludimos, pois a referida fruta é abundante na região.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 61):</b> s. Cidade do Est. de S. Paulo. Há várias maneiras de interpretar o significado desta palavra. Eis algumas apresentadas por T. Sampaio: “<i>atyb-aia</i>, o pomar saudável. Outrora se escrevia <i>Tybaia</i>, ou <i>Thibaia</i>, caso em que cabe diversa interpretação. <i>Tybaia</i> = <i>tyb-aia</i>, vale dizer <i>sítio saudável</i>, S. Paulo. Outra interpretação ainda pode caber: <i>Tybaia-ty-b-aia</i> que se traduz: o manancial saudável. “De todas estas hipóteses, a que melhor coaduna</p>

	<p>com ecologia é a de <i>lugar saudável</i>, pois, como clima de montanha, foi sempre recomendado a tuberculosos. No meu <i>Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa 3ª edic. IX vols.</i> Ofereço ao leitor e sobretudo aos de Atibaia, outra interpretação do nome da cidade. Encontra-se no vol. IX. Para o sábio alemão Carlos Frederico Von Martius (<i>Glossaria Linguarum Brasiliensium</i>, Erlang- 1863) o nome é apenas <i>Tibaia</i>, mais corretamente <i>Atibaia</i>, de <i>ati</i>, nome de um pássaro e exemplifica com <i>Atinguassú</i> que o povo chama de <i>alma-de-gato</i>. A terminação <i>baia</i> significa saudável, salubre. O novo elemento introduzido por Von Martius, <i>ati</i>, nome de um pássaro, deve ser levado em conta. Muitos outros nomes de lugares, v. g., <i>Tietê</i>, encerram a ideia de lugar onde há, neste último caso, <i>tié</i>, outro pássaro: <i>Tietê</i>, muitos <i>tiés</i>, abreviado em <i>Tietê</i>, nome do conhecido rio paulista e da cidade homônima. Assim, <i>Atibaia</i> seria o lugar saudável, salubre, onde havia muitos <i>Ati</i>, muitas almas-de-gato. Os mais antigos residentes da Atibaia atestam a existência dos pássaros <i>alma-de-gato</i> e a salubridade do local está comprovada pela sua denominação de estância climática. Acho, portanto, que, combinando a hipótese de T. Sampaio com a de von Martius, pode-se aceitar que <i>Atibaia</i> quer dizer: o lugar saudável onde havia muitos pássaros <i>Atis</i>. Esta nasalização perdeu-se, ficando apenas <i>Atis: Atibaia</i>. A perda nasal é comum: <i>Paraná, Paraná</i>.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 202):</b> s.c. <i>Atyb-aia</i>, o pomar saudável. V. <i>Atiba</i>. Em outrora se escrevia <i>Tybaia</i> ou <i>Thibaia</i>, caso em que cabe diversa interpretação. <i>Tybaia</i> igual a <i>tyb-aia</i>, vale dizer, sítio saudável. São Paulo. Outra interpretação ainda pode caber <i>Tybaia</i> igual a <i>ty-b-aia</i>, que se traduz manancial saudável.</p>
Nº	12
TOPÔNIMO	BAGÉ – RS
ELEMENTO	HUMANO
ETIMOLOGIA	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 27):</b> cid. do Rio Grande do Sul; de <i>pajé</i>, sacerdote, curandeiro.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 71):</b> <i>Bajé</i> – s. Alteração de <i>paié</i>, <i>payé</i> o feiticeiro, o médico da tribo, o curandeiro. Cidade do Est. do R. G. do Sul. A grafia <i>Bagé</i> foi sempre errada embora corrente.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 203):</b> <i>corr. Pagé</i>, o feiticeiro, o santão do gentio. Rio Grande do Sul.</p>
Nº	13
TOPÔNIMO	CAÇAPAVA – SP
ELEMENTO	HUMANO
ETIMOLOGIA	<p><b>TIBIRIÇÁ(1984, p. 33):</b> cid. do E. de São Paulo; de <i>caá-assapaba</i>, passagem do mato, caminho que atravessa o mato.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 86):</b> s. f. Clareira, passagem, picada na mata. Nome de uma cidade de S. Paulo. De <i>caa</i>, mato, <i>açapaba</i>, clareira, picada.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 211):</b> <i>corr. Caá-açapaba</i>, a clareira ou aberta na mata; travessia da mata. São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul. Alt. <i>Casapá</i>.</p>
Nº	14
TOPÔNIMO	CAMAÇARI – BA

<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 35):</b> cid. da Bahia; de lei.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 88):</b> De cama, seio, çary, lágrima: leite que escorre dos fios. T. Sampaio diz que é o nome de uma árvore que, quando ferida, deixa escorrer um líquido esbranquiçado como leite.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 213):</b> <i>corr. Cama-çary</i>, a lágrima do peito, isto é, o fio de leite; alusão à matéria leitosa que deita a árvore deste nome, quando ferida. Pode também proceder de <i>caá-moçary</i> que quer dizer planta que lacrimeja. Madeira de que, outrora, se faziam caixas para a exportação do açúcar. Bahia.</p>
<b>Nº</b>	<b>15</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>CAMBÉ – PR</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 36):</b> cid. do Paraná; de cam'beba, lit. peito chato, morrote chato, colina; há no Pará uma ilha do mesmo nome, porém de origem caribe (dial. pianocoto), que significa moquém, fogão improvisado.</p>
<b>Nº</b>	<b>16</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>CAMOCIM – CE</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 36):</b> cid. do Ceará; de camussi, pote, vaso, urna funerária; os arqueólogos chamam erradamente de igaçaba, a urna funerária da cultura tupi-guarani; o certo seria camussi.</p>
<b>Nº</b>	<b>17</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>CANGUARETAMA - RN</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 37):</b> cid. do E. do Rio Grande do Norte; de cangüer-etama, região das ossadas.</p>
<b>Nº</b>	<b>18</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>CANINDÉ – CE</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 37):</b> rio do Piauí; cid. do Ceará; bairro da cidade de São Paulo; de <i>canindé</i>, var. de arara de penas amarelas.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 92):</b> s. m. Arara. Fig. Barulho, gritaria, confusão de vozes. Bairro de S. Paulo. Localidade do Ceará.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 215):</b> s. A arara de azul retinto e amarelo. É a mesma <i>Araúna</i>. (<i>Ara ararauna</i>, L.). <i>Alt. Calindé</i>.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> tupi <i>kani'nde</i> 'ave psitacídea' substantivo masculino . Regionalismo: Brasil.</p> <p>1. Rubrica: ornitologia. m.q. <i>arara-de-barriga-amarela</i> (<i>Ara ararauna</i>). Regionalismo: Ceará.</p>

	<p>faca pontuda empregada por sertanejos cearenses.</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [Do tupi.] Substantivo masculino. Bras. 1. Zool. V. <i>arara-canindé</i>. 2. Faca longa e pontiaguda usada pelos sertanejos cearenses.</p>
<b>Nº</b>	<b>19</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>CARAUARI – AM</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 39):</b> cidade e mun. do Amazonas; seg. Octaviano Mello, é o nome nheengatu de um tubérculo comestível, também chamado cará-do-céu em algumas loc. da Amazônia e cará-do-ar, em Goiás.</p>
<b>Nº</b>	<b>20</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>CEARÁ</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 42):</b> E. da Região do Nordeste; topônimo originário do nome de alguma tribo cariri; do cariri <b>ce</b>, pessoa de classe superior, e <i>ará</i>, homem, macho, viril; José de Alencar traduziu esdruxulamente: “canto da jandaia”, o que muito agradou a sua verve poética.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 101):</b> s. Nome de um dos Estados do Brasil, terra natal do insigne romancista José de Alencar. Há carias hipóteses sobre o significado da palavra <i>Ceará</i>, mas nenhuma convence definitivamente o leitor. Aires do Casal, a mais atinga explicação que dele temos, afirma que <i>Ceará</i>, <i>Ciará</i>, significa o canto da jandaia “que é casta de papagaio pequeno e grasnador. Alencar repete esta mesma explicação em seu romance “Iracema”, pg. 160. Outras hipóteses menos aceitas existem e o leitor as poderá ler em Nascentes – Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa – tomo II (nomes próprios).</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> red. de <i>carne do ceará</i>. substantivo feminino. Rubrica: alimentação, culinária. Regionalismo: Nordeste do Brasil. m.q. <i>charque</i></p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [F. red. de <i>carne-do-ceará</i>.] Substantivo feminino. 1.Bras. N.E. V. <i>charque</i>: “Os moleques do pastoreador vinham fazer a mochila para o almoço no campo: farinha, um pedaço de <u>ceará</u>, toucinho cru.” (José Lins do Rego, <i>Meus Verdes Anos</i>, p. 21.).</p>
<b>Nº</b>	<b>21</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>CHUI – RS</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 43):</b> rio do Rio Grande do Sul; de xuí-y, rio do pintassilgo (seg. Teodoro Sampaio).</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 105):</b> Var. Juí, Pintassilgo.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 222):</b> Chuy – s.c. <i>Chu-y</i>, o rio dos <i>chuí</i>s. <i>Chuí</i>, voz onomatopaica com que se designam vários passarinhos, entre outros, o pintassilgo. Rio Grande do Sul. Pode ser ainda corrupção de <i>chué-y</i>, que quer dizer rio das tartarugas.</p>

<b>Nº</b>	<b>22</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - PA</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 22):</b> grande rio afluente da margem esquerda do Tocantins; de Araguaia, nome de uma var. de periquito (tupi: ará-uáia, rabo de arara).</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 198):</b> <i>Araguaya</i> – s.c. Ará-guaya, os papagaios mansos.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> [<i>conceição</i>] lat. <i>conceptio,ónis</i>, rad. de <i>conceptum</i>, supn. de <i>concipère</i> 'conceber', f. divg. de <i>concepção</i>.</p>
<b>Nº</b>	<b>23</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>CRATEÚS – CE</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>HOUAISS (2009):</b> substantivo de dois gêneros. Rubrica: etnologia. 1. indígena pertencente ao grupo dos Crateús. adjetivo de dois gêneros</p> <p>2. relativo a crateú ou aos Crateús. <i>Crateús</i>. substantivo masculino plural. Rubrica: etnologia. 3. grupo indígena, hoje considerado extinto, que habitava o Piauí no S. XVIII.</p>
<b>Nº</b>	<b>24</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>CUBATÃO – SP</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 45):</b> cidade de E. de São Paula; alt. De cubatã, var. de vespa, mais propriamente chamada cabatã.
<b>Nº</b>	<b>25</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>CUIABÁ – MT</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 45):</b> capital do E. de mato Grosso do Norte; segundo alguns autores, a denominação deriva do nome de antigo tribo que habitou a região.
<b>Nº</b>	<b>26</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>CURITIBA – PR</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 46):</b> capital do E. do Paraná; de <i>curi-tyba</i>, pinheiral.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p.113):</b> <i>Curityba</i> – De <i>curi</i>, pinhão, pinheiro que dá o pinhão; <i>tyba</i>, lugar onde há muitos pinheiros, pinheiral. Nome da capital do Estado do Paraná.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 228):</b> <i>Curityba</i> – s.c. <i>Curí-tyba</i>, o pinhal, o sítio dos pinheiros. Paraná.</p>
<b>Nº</b>	<b>27</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>EIRUNEPÉ – AM</b>

<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, 47):</b> rio e cid. do Amazonas; de eiru, certa casta de tupi curussá, cruz.
<b>Nº</b>	<b>28</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>FORMOSO DO ARAGUAIA - TO</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ(1984, p. 22):</b> grande rio afluente da margem esquerda do Tocantins; de Araguaia, nome de uma var. de periquito (tupi: ará-uáia, rabo de arara). <b>HOUAISS (2009):</b> [ <i>formoso</i> ] lat. <i>formósus,a,um</i> , de <i>forma,ae</i> .
<b>Nº</b>	<b>29</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>GOIÁS</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 49):</b> Estado da Região Centro-Oeste do Brasil; de Guaiá, nome de antiga tribo indígena que aí habitou. <b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 133):</b> Forma aportuguesada do tupi guayá, aquele que é semelhante, isto é, que procede da mesma tribo. Habitantes do atual Estado de Goiás. <b>HOUAISS (2009):</b> substantivo de dois gêneros. Rubrica: etnologia. 1. indígena do grupo dos Goiás. adjetivo de dois gêneros. 2. relativo a goiá ou aos goiás. <i>goiás</i> . substantivo masculino plural. Rubrica: etnologia. 3. grupo indígena que teria habitado a cabeceira do rio Vermelho GO.
<b>Nº</b>	<b>30</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>GRAVATÁ – PE</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ(1984, p. 49):</b> nome de várias pequenas localidades do Brasil; de <i>caraguatá</i> , planta bromeliácea. <b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 133):</b> Forma vulgar de <i>caraguatá</i> . <b>SAMPAIO (1987, p. 234):</b> V. <i>Carauatá</i> e <i>Caraguatá</i> [ corr. <i>Carauá-tã</i> , o carauá rijo, duro].
<b>Nº</b>	<b>31</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>GUAJARÁ-MIRIM - RO</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 50):</b> cid. à margem do rio Mamoré. RO; de guajará, nome de uma planta da floresta amazônica, e miri, coisa pequena; guajará-mirim é o nome de uma planta, o m.q. guajaraí. <b>SILVEIRA BUENO (2013, p.136):</b> Nome de um rio em Roráima. <b>SAMPAIO (1987, p. 236):</b> [ <i>Guajará</i> ] s. É o nome de uma árvore amazônica, uma variedade de abiu. Pará. [ <i>Mirim</i> ] adj. Pequeno, breve, pouco, miúdo; adv. Um pouco. Alt. <i>Mirí, mi, miní, im, í</i> .

Nº	32
TOPÔNIMO	GUARATINGUETÁ - SP
ELEMENTO	HUMANO
ETIMOLOGIA	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 53):</b> cid. do E. de São Paulo; de <i>güyrá-ting'etá</i>, muitas garças brancas; lugar onde há muitas garças brancas.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 138):</b> s. Muitas garças brancas. De <i>guará</i>, garça; <i>tinga</i>, branca e <i>eta</i>, sufixo que indica o plural. Cidade do Est. de São Paulo.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 239):</b> corr. <i>Guirá-ting-etá</i>, os pássaros-brancos, as garças, 25, 134. São Paulo. V. <i>Guaratinga</i>. Em velhos documentos se encontra <i>Guiratinguetá</i>.</p>
Nº	33
TOPÔNIMO	GUARULHOS – SP
ELEMENTO	HUMANO
ETIMOLOGIA	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 53):</b> cidade-subúrbio da Grande São Paulo; Alt. De guarus, apelido dado aos indios que habitavam essa região, por serem eles pequenos e barrigudos.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 139):</b> <i>Guarulho</i> - s. Tribo selvagem dos arredores da capital paulista, onde hoje está a cidade do mesmo nome.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 239):</b> corr. <i>Guarú</i>, nome de uma tribo indígena, notável por ser de gente barriguda. Dizer – <i>guarulhos</i> ou <i>guarús</i> é como se chamasse barrigudos. V. <i>Guarú</i>. Rio de Janeiro, São Paulo.</p>
Nº	34
TOPÔNIMO	ICÓ – CE
ELEMENTO	HUMANO
ETIMOLOGIA	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 57):</b> cid. do Ceará; de <i>ição</i>, nome de uma planta da fam. das caparidáceas.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 159):</b> s. Cidade do Est. do Ceará. Nome tirado da tribo <i>Icó</i> aí habitante em épocas anteriores. Martius traz como nome de uma planta, árvore <i>colicodendron</i> <i>ição</i> da família das capparideae.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> segundo Nascentes, prov. orig. tapuia. substantivo masculino. Rubrica: angiospermas. 1. árvore de até 7 m (<i>Capparis yco</i>) da fam. das caparidáceas, nativa do Nordeste do Brasil, de folhas coriáceas, flores de tom verde-pálido e frutos bacáceos; as raízes são us. na medicina caseira; icó-preto, icozeiro. substantivo de dois gêneros. Rubrica: etnologia. 2. indígena pertencente ao grupo dos icós. adjetivo de dois gêneros. 3. relativo a icó (acp. 2) ou aos icós (indígenas). <i>Icós</i>. substantivo masculino plural. Rubrica: etnologia. 4. grupo indígena, hoje considerado extinto, que habitava na Paraíba (aldeamento <i>Icó</i>), no século XVIII.</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [De or. tapuia, poss.]. Substantivo masculino. 1. Bras. Bot. Pequena e copada árvore da família das caparidáceas (<i>Capparis yco</i>), muito característica da caatinga nordestina, de folhas coriáceas, ovado-elípticas, flores de três a cinco centímetros, com longos estames e pétalas citrinas, e cujo fruto é</p>

	uma baga de três a quatro centímetros de diâmetro, com polpa e muitas sementes; icozeiro, icó-preto.
<b>Nº</b>	<b>35</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>IGARAPÉ - MG</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 58):</b> cid. de Minas Gerais; de <i>igar-apé</i>, caminho de canoas; passagem estreita de um rio; no Amazonas, <i>igarapés</i> são pequenos braços de rio.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 160):</b> De <i>ygara-apé</i>, o caminho das canoas, o canal também dito furo, no Amazonas.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 247):</b> <i>corr.</i> <i>Ygara-apé</i>, o caminho da canoa, o canal, o furo ou braço de rio, o esteiro. 97.115. Amazonas, Pará, Maranhão.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> tupi <i>*i'ara'pe</i> 'pequena corrente de água entre ilhas ou trechos de um rio' (&lt; <i>i'ara</i> 'canoa' + <i>'pe</i> 'caminho'). substantivo masculino. Regionalismo: Amazônia. 1. riacho que nasce na mata e deságua em rio. 2. canal natural estreito e navegável por pequenas embarcações, que se forma entre duas ilhas fluviais ou entre uma ilha fluvial e a terra firme.</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [Do tupi.]. Substantivo masculino. 1.Bras. Amaz. MS Rio pequeno que tem as mesmas características dos grandes e que é ger. navegável; os maiores denominam-se <i>igarapés-açus</i> e os menores, <i>igarapés-mirins</i>.</p>
<b>Nº</b>	<b>36</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>IGUATU – CE</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ(1984, p. 58):</b> cid. do Ceará; de yguá-ytu, cachoeira dos musgos.
<b>Nº</b>	<b>37</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>IPUEIRAS – CE</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 61):</b> cid. do Ceará; de y-puera, rio extinto.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> tupi <i>*i'pwera</i>, de <i>i</i> 'água' + <i>'pwera</i> 'que já foi'. substantivo feminino.. 1.Regionalismo: Brasil. charco que se forma em lugares baixos, devido às enchentes dos rios 2. Regionalismo: Maranhão. região pantanosa; Paul. 3. Regionalismo: Goiás. pequena lagoa.</p>
<b>Nº</b>	<b>38</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>ITABUNA – BA</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 63):</b> cid. da Bahia; de i-tab-una, a aldeia negra, a aldeia escura. Nota: o pronome da 3ª pessoa i, funciona algumas vezes como artigo definido; jaguara, cachorro, ijaguara, o cachorro; tabuna, aldeia negra; itabuna, a aldeia negra.
<b>Nº</b>	<b>39</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>ITAJUBÁ – MG</b>

<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 65):</b> cid. de Minas Gerais; alt. De <i>Itá-juba</i>, ouro, pedra amarela.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (201, p. 169):</b> s. De <i>ita</i>, pedra; <i>yuba</i>, amarela, isto é, ouro. Cidade de Minas Gerais. Significou, mais tarde, o dinheiro amoadado em ouro.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> Tupi. substantivo feminino. Rubrica: angiospermas. Regionalismo: Brasil. m.q. <i>moreira (Maclura tinctoria)</i>.</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [Var. de <i>itaúba</i>]. Substantivo feminino. 1.Bras. Bot. Certa árvore do PR.</p>
<b>Nº</b>	<b>40</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>ITAMARANDIBA - MG</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 65):</b> cid. de Minas Gerais; “local das pedras desordenadas”, seg. Teodoro Sampaio.</p> <p>Este nome pode ser, no entanto, alt. de <i>ita-moranduba</i>, cujo significado seria: pedra notícia, pedra informativa, i.é: pedra com inscrições ou sinais.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 170):</b> <i>Itamarandyba</i> - s. f. Nome primitivo da ilha de Santo Amaro, na Bahia. de <i>ita</i>, pedra <i>marã</i>, desordenada; <i>tyba</i> sufixo de abundância: lugar de muitas pedras desordenadas.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 256):</b> <i>corr. Itá-marã-dyba</i>, o local de pedras desordenadas, o pedrouço. É o nome primitivo da ilha de Santo Amaro, situada por detrás da ilha de Itaparica. Bahia.</p>
<b>Nº</b>	<b>41</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>ITAOBIM – MG</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 66):</b> cid. de Minas Gerais; alt. De <i>itá-oby</i>, esmeralda, pedra verde.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 257):</b> <i>c. Itá-obi</i>, a pedra verde, a esmeralda.</p>
<b>Nº</b>	<b>42</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>ITU – SP</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 70):</b> cid. do E.de São Paulo; de <i>ytu</i>, cachoeira.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 175):</b> s. m. Salto, cascata, cachoeira. De <i>y</i>, água, rio; <i>tu</i>, onomatopeia do estrondo das águas ao caírem do alto abaixo.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 261):</b> <i>corr. Y-tú</i>, a queda d'água; o salto, a cachoeira. São Paulo. <i>Alt. Outú, Uitú</i>.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> tupi <i>í-tu</i> 'cachoeira, salto, cascata'. substantivo masculino. Rubrica: angiospermas. Regionalismo: Brasil. árvore de até 20 m (<i>Dialium guianense</i>), da fam. das leguminosas, subfam. cesalpinioídea, natural das Guianas e do Brasil (AM, PA, BA, MT), de folhas compostas, flores verde-</p>

	<p>amareladas, em panículas terminais e vagens comestíveis contendo polpa com sabor semelhante ao da passa; a madeira castanho-avermelhada é muito dura, e a casca é us. no tratamento de gota, reumatismo e sífilis; capororoca, cururu, garapa, jataipeva, jutaí, jutaibeiba, jutaí-pororoca, pororoca.</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [Do tupi.]. Substantivo masculino. 1.Bras. Bot. Árvore da família das leguminosas (<i>Dialium divaricatum</i>), de folhas com folíolos ovados e acuminados, flores minutas e paniculadas, frutos piriformes, com polpa edule, e madeira duríssima e pesada. Ocorre da Amaz. à BA.</p>
<b>Nº</b>	<b>43</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>JABORANDI – SP</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 71):</b> cid. de São Paulo; de <i>jaborandy</i>, nome de várias plantas medicinais, das famílias das piperáceas e rutáceas.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 179):</b> s. O que faz salivar. Planta medicinal <i>pilocarpus senatifolius</i>.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 262):</b> corr. <i>Ya-mbo-r-endí</i>, aquele que faz salivar. É a planta medicinal <i>Pilocarpus senatifolius</i>. Alt. <i>Jaborandiba</i>, <i>Jebarandí</i>, <i>Jaburandy</i> e até João Brandí.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> tupi <i>yambira'ndi</i> 'id.' substantivo masculino. Rubrica: angiospermas. Regionalismo: Brasil.1. design. comum a várias plantas do gên. <i>Pilocarpus</i>, da fam. das rutáceas, e do gên. <i>Piper</i>, da fam. das piperáceas, que apresentam propriedades medicinais. 1.1 pequena árvore (<i>Pilocarpus jaborandi</i>) nativa do Brasil, de folhas penadas, folíolos coriáceos, flores com pétalas róseas e amarelas, frutos com três a cinco cocas e sementes pretas brilhantes; arruda-do-mato [As plantas dessa e de outras espécies do gên. encerram pilocarpina, alcaloide que causa a contração da pupila, o aumento da produção de saliva e de suor e estimula o peristaltismo dos intestinos.]. 1.2 arbusto (<i>Pilocarpus pennatifolius</i>) nativo da Argentina e do Brasil, de folhas imparipenadas, folíolos grandes e coriáceos, flores roxas, em racemos longos e frutos capsulares; cataguaçu, cutia, ibirataí, ibirataíba, pimenta-de-cachorro 2. m.q. <i>bétis</i> (<i>Piper eucalyptifolium</i>).</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [Do tupi.]. Substantivo masculino. Bras. Bot. 1.Arbusto da família das rutáceas (<i>Pilocarpus jaborandi</i> e outras espécies), de flores minutas ordenadas em racemos espiciformes, fruto capsular, e de cujas folhas, providas de glândulas translúcidas, se extrai a pilocarpina. 2.Arbusto da família das piperáceas (<i>Othonia corcovadensis</i>), de flores inconspícuas, em racemos alongados, e cujas folhas, oblongas, agudas, exercem, quando mascadas, certo efeito anestésico sobre a mucosa bucal. 3.V. <i>bétis</i>.</p>
<b>Nº</b>	<b>44</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>JACAREACANGA - PA</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 72):</b> cid. do Pará; de jacaré-acanga, cabeça de jacaré.
<b>Nº</b>	<b>45</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>JACAREÍ – SP</b>

<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 72):</b> cid. do E. de São Paulo; de jacare-y, rio do jacaré.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 180):</b> s. <i>De jacaré-y</i> – O rio dos jacarés. Nome de uma cidade de S. Paulo.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 263):</b> <i>Jacarehy</i> – corr. <i>Yacaré-y</i>, o rio do jacaré. São Paulo.</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> (è) [Do tupi.]. Substantivo masculino. 1. Bras. Bot. Planta da família das ramnáceas (<i>Gouania</i>).</p>
<b>Nº</b>	<b>46</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>JAGUARIUNA – SP</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 74):</b> sede municipal do E. de São Pulo; de jaguar-y, rio da onça, e uma, preto (com referência ao rio).</p>
<b>Nº</b>	<b>47</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>JEQUIÉ – BA</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 76):</b> cid. da Bahia; de <i>jekéí-y</i>, rio do jiqui, rio do covo (esp. de armadilha de apanhar peixes).</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 269):</b> corr. <i>Yikí-é</i>, o covo de forma diversa. Entretanto, o vocabulário pode ter procedido da alteração de <i>Yaquié</i>, palavra da língua dos Camacãs, para exprimir onça, cachorro. Bahia.</p>
<b>Nº</b>	<b>48</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>JEQUITINHONHA - MG</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 76):</b> rio e cid. de Minas Gerais; de jekyty, esp. de planta nhana, corredeira; corredeira do jequiti.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p.270):</b> corr. <i>Yiki-tynhonha</i>, o covo mergulhado, ou assentado n'água. Mais provável é ser o vocabulário da língua dos Botocudos da região banhada por esse rio. Minas Gerais, Bahia.</p>
<b>Nº</b>	<b>49</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>JUNDIAÍ – SP</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 78):</b> rio e cid. do E. de São Paulo; de <i>jundiá-y</i>, rio do bagre.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 192 ):</b> s. rio dos Jundiás, o rio dos bagres. Nome de uma cidade do Est. de S. Paulo.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 271):</b> Jundiahy – corr. Yundiá-y, o rio dos jundiás. São Paulo.</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> Bras. Substantivo de dois gêneros. 1.Etnôn. Indivíduo dos jundiás [ou (etnôn. bras.) *Jundiahy], povo indígena extinto, que habitava a margem esquerda do rio Tocantins (PA). Adjetivo de dois</p>

	gêneros. 2. Pertencente ou relativo a esse povo.
<b>Nº</b>	<b>50</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>JURUÁ – AM</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 78):</b> rio do Amazonas, afluente da margem direita de Solimões; de juru-á, boca larga, embocadura larga.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 193):</b> s. A boca aberta, a foz larga, a embocadura ampla do rio. Localidade do Amazonas.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 272):</b> corr. <i>Yurú-á</i>, a boca aberta, ou ampla; a embocadura larga. Pará, Amazonas.</p>
<b>Nº</b>	<b>51</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>MACAÉ – RJ</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 80):</b> cid. do Rio de Janeiro; de <i>Macaé</i>, nome de uma planta medicinal (<i>Leonorus sibiricus</i>).</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 203):</b> s. De <i>macá--e</i>, a macaba doce. Localidade do Est. do Rio, terra de whashington Luíz, grande presidente de S. Paulo e do Brasil. Por isto era chamado <i>Paulista de Macaé</i>.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 274):</b> <i>Makahé</i> – corr. <i>Macá-ê</i>, a macaba doce. Rio de Janeiro. V. <i>Macaba</i>.</p>
<b>Nº</b>	<b>52</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>MACAPÁ – AP</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 80):</b> capital do Território do Amapá; de Macapá, nome de uma palmeira, no dial. galibi; pode ser derivado do tupi macaba, com acentuação tônica.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 203):</b> s. m. C) pomar de macabas. (T. Sampaio). A palavra tem aspectos de línguas do Caribe e não tupi.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 275):</b> corr. <i>Macá-pá</i>, contração de <i>macá-paba</i>, a estância das mcabas, o pomar de macabas. Pará. V. <i>Macaba</i>.</p>
<b>Nº</b>	<b>53</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>MACEIÓ - AL</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 80):</b> capital do E.de Alagoas; de masseió, nome que os tupis

	<p>davam às lagoas formadas pelas águas pluviais (provável termo tupinambá).</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 204):</b> s. Lagoeiro, inundação que se forma por águas de chuva ou pelas marés. Nome da capital do Estado do Alagoas Incerta é a origem da palavra: T. Sampaio dá como tapuia, portanto, não tupi. Mas R. Garcia (Dicion. De Brasileirismos) afirma que procede de <i>ma</i> por <i>mbaé</i>), <i>cousa</i>; <i>sai</i>, espreado, alagado, o aquele que. A maioria das explicações etimológicas deste autor deve ser posta de quarentena como esta de <i>Maceió</i>. De nome comum passou a próprio como o da capital de Alagoas.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> substantivo masculino. Regionalismo: Nordeste do Brasil. lagoeiro que se forma no litoral em virtude das marés e das águas pluviais; macaio.</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [Var. de <i>maçaió</i>, poss. de or. tapuia.]. Substantivo masculino. 1. Bras. N.E. Lagoeiro, no litoral, formado pelas águas do mar nas grandes marés, e também pelas águas da chuva: “Espiou por uma das janelas com a mão em pala sobre os olhos, defendendo-se da reverberação do sol na chapa lisa do <u>maceió</u> cheio pela maré.” (Gustavo Barroso, <i>Mississípi</i>, p. 88.).</p>
<b>Nº</b>	<b>54</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>MANAUS – AM</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 81):</b> capital do E. do Amazonas; de <i>Manau</i>, tribo da grande nação aruaco que habitou o local.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 206):</b> s. Nome da capital do Amazonas: nome da tribo que aí vivia.</p>
<b>Nº</b>	<b>55</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>MANDAGUARI - PR</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 82):</b> cid. do Paraná; de <i>mandaguari</i>, nome de uma abelha silvestre.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 207):</b> s. Abelha da família dos meliponídea. Localidade do Paraná.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> tupi <i>mandagwa'im</i> 'id. '. substantivo masculino. Rubrica: entomologia. Regionalismo: Brasil. m.q. <i>benjoim</i> (<i>Scaptotrigona postica</i>).</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [Do tupi.]. Substantivo masculino. 1. Bras. Zool. Inseto himenóptero, apídeo, meliponídeo (<i>Nannotrigona</i> (<i>Scaptotrigona</i>) <i>postica</i>), de cor preta, com abdome bruno, asas enfumaçadas com nervuras mais claras. Facilmente confundível com a tibuna. [Sin.: <i>benjoim</i>, <i>benjoí</i>, <i>bojuí</i>, <i>bijuí</i>.].</p>
<b>Nº</b>	<b>56</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>MANICORÉ – AM</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 82):</b> cid. do Amazonas às margens do rio madeira; seg.

	Octaviano Mello, mani-coré quer dizer em nheegatu “filha de mani”. Mani é a divindade da mandioca na mitologia tupi da Amazônia.
<b>Nº</b>	<b>57</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>MARABÁ – PA</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 83):</b> cid. do Pará; de mairabá, filho de francês com índia (seg. Teodoro Sampaio); a nosso ver, trata-se do nome de uma tribo, cujo sentido seria: guerreiros; de mará-abá, lit. homens de guerra.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 209):</b> adj. De <i>mair-abá</i>, descendente de francês. T. Sampaio afirma: “Era como se denominava entre os índios, o filho do prisioneiro ou estrangeiro”.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 279):</b> corr. <i>Maír-abá</i>, raça de francês (<i>maír</i>), gente que é procedente do estrangeiro. Era como se denominava, entre os índios o filho do prisioneiro ou estrangeiro. V. <i>Maír</i>.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> <i>Tupi</i>. substantivo de dois gêneros</p> <p>1. Regionalismo: Brasil. mestiço de francês com índia. 2. Regionalismo: Brasil. filho de índio com branco; mameluco 3. Regionalismo: Amazônia. m.q. <i>filho das ervas</i>.</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [Do tupi.]. Substantivo de dois gêneros. Bras. 1.Mestiço de francês com índia. 2.Filho de índio com branco. 3.Bras. Amaz. Filho-das-ervas.</p>
<b>Nº</b>	<b>58</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>MARANHÃO</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 84):</b> nome de um Estado da Região Norte do Brasil; rio do E. de Goiás; do nheengatu Mara-nhã, corredeira, correnteza; der. Do tupi mbarã-nhana, Pará-nhana, rio que corre.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 211):</b> s. De <i>nhambá-nhã</i>. O mar corrente. O grande caudal que simula um mar a correr. (T. Sampaio). Nome do rio Amazonas antes de receber o Rio Negro. Nome de um dos Estados do Brasil.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 280):</b> corr. <i>Mbará-nhã</i>, o mar corrente; o grande caudal que simula o mar a correr. <i>Alt. Maranhã, Paranã</i>. V. <i>Mbará</i>.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> top. <i>Maranhão</i>. Substantivo masculino. Diacronismo: obsoleto. natural ou habitante do Estado do Maranhão; maranhense</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> “Maranhão 1<sup>o</sup>”: [De <i>maranha</i> + <i>-ão</i><sup>1</sup>, poss.]. Substantivo masculino. 1.Mentira (1). 2.Intriga caluniosa; mexerico, fofoca. 3.Bras. Zool. V. <i>flamingo</i>: “o <u>maranhão</u> dorme ainda, em pé no meio do brejo, com a cabeça metida embaixo da asa e uma das pernas encolhida.” (José de Alencar, <i>O Sertanejo</i>, p. 213). “Maranhão 2<sup>o</sup>”: Substantivo masculino. 1.Desus. Maranhense<sup>1</sup> (2).</p>
<b>Nº</b>	<b>59</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>MIRACATU – SP</b>

<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 86):</b> cid. do E. de São Paulo; do neol. Tupi mira-catu, gente boa.
<b>Nº</b>	<b>60</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>MOGI-GUAÇU – SP</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 87):</b> cid. do E. de São Paulo; de mboi-y-guassu, rio das cobras, o grande. <b>SAMPAIO (1987, p. 285):</b> <i>Mogyguaçu</i> – corr. <i>Mboy-gy-guassú</i> , o rio das cobras grandes. São Paulo. V. <i>Mogy</i> .
<b>Nº</b>	<b>61</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>MOSSORÓ – RN</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 87):</b> cid. do Rio Grande do Norte; de <i>mo-soroca</i> , corte, ruptura, erosão. <b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 234):</b> v. tr. Fazer romper, rasgar; s. m. rasgão , abertura, ruptura. De <i>Mo-ço-ro</i> . Cidade do R. G. do Norte. <b>SAMPAIO (1987, p. 287):</b> corr. <i>Mo-çoroc</i> , faz romper, rasgão, ruptura. No nheengatu é um chá de infusão, também chamado <i>mosúrú</i> . Lugar e porto no Rio Grande do Norte. <b>HOUAISS (2009):</b> tupi <i>mo-so-'roka</i> 'corte, ruptura, erosão'. substantivo masculino 1. Regionalismo: Paraíba. vento que comumente sopra do Norte 2. Rubrica: entomologia. Regionalismo: Brasil. m.q. <i>lava-pés</i> ('designação comum') <b>FERREIRA (2004):</b> [Do top. <i>Mossoró</i> (RN)]. Substantivo masculino. 1.Bras. PB Certo vento periódico que sopra do Norte.
<b>Nº</b>	<b>62</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>MUANÁ – PA</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 87):</b> cidade situada na ilha de Marajó; de mu-anama, nação dos parentes, nação dos aliados.
<b>Nº</b>	<b>63</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>PARÁ</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 92):</b> Estado da Região Norte do Brasil; de <i>pará</i> , rio caudaloso, mar. <b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 263):</b> s. O mar e também rio grande, de grande volume de água. Estado do Brasil. <b>SAMPAIO (1987, p. 293):</b> O mesmo que <i>mbará</i> , ou <i>mará</i> , s., o mar. Segundo

	<p>Batista Caetano compõe-se de <i>y-pá-rá</i>, e significa – águas todas colhe – isto é, o colecionador das águas. No tupi – <i>pará</i> – é o rio volumoso, e caudal. O vocabulário <i>pará</i> significa também variedade, policromia, e, como derivado de <i>parab</i>, funciona como adjetivo, significando: vários, variegado, multicolor.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> orig.obsc. substantivo masculino. Rubrica: religião. Regionalismo: Rio Grande do Sul. 1. qualquer culto afro-brasileiro. 2. qualquer terreiro desses cultos.</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> Substantivo masculino. 1.Bras. RS Rel. Certo culto religioso de influência afro-brasileira; batuque.</p>
<b>Nº</b>	<b>64</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>PARAÍBA</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 93):</b> Estado da Região Nordeste; nome de vários rios do Brasil; de <i>pará-aíba</i>, mar ou rio ruim, impraticável.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 294):</b> <i>Parahyba</i> – corr. <i>Pará-ayba</i>, o rio ruim, impraticável, à força de dificuldades naturais da corrente; rio imprestável. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Norte de Brasil</p>
<b>Nº</b>	<b>65</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>PARANÁ</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 93):</b> Estado da Região Sul do Brasil; grande rio que banha a Região Sul e Centro-Oeste; de <i>paraná</i>, de <i>paraná</i>, rio, lit. parente de mar.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 264):</b> s. Hoje <i>Paraná</i> – Rio caudaloso. Nome de um dos Estados do Brasil, banhado por esse rio.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 294):</b> corr. <i>Pará-nã</i>, o que é semelhante ao mar; denominação dada aos grandes rios. <i>Alt. Paranã, Parná, Pernam, Fernam. V. Maraná.</i></p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> tupi <i>para'nã</i> 'semelhante ao mar'. substantivo masculino. Regionalismo: Amazônia. 1. braço de um rio caudaloso, separado do curso principal por uma ou várias ilhas 2. canal entre dois rios.</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [Do tupi = 'semelhante ao mar']. Substantivo masculino. Bras. Amaz. 1.Braço de rio caudaloso, separado deste por uma ilha: "O <i>Justo Chermont</i> ora enfiava pelos estreitos '<u>paraná</u>s', tão ocultos nas margens que o barco dir-se-ia entrar na própria floresta, ora despachava para o céu os rolos do seu fumo em pleno centro do rio." (Ferreira de Castro, <i>A Selva</i>, p. 49.) 2.Canal que liga dois rios.</p>
<b>Nº</b>	<b>66</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>PARANAPIACABA - SP</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 93):</b> serra nas proximidades da cid. de Santos, SP; de <i>paraná-epiac-aba</i> , visão do mar, lugar de onde se avista o mar.

	<p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 264):</b> s. f. Nome de um trato da Serra do Mar donde se tem o panorama do mar. De <i>paraná</i>, rio, mar; <i>apiacaba</i>, o mirante, o belvedere, o miramar.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 295):</b> c. <i>Paraná-apiacaba</i>, a vista do mar; o ponto donde se pode avistar o mar; miramar. São Paulo.</p>
Nº	67
TOPÔNIMO	PARATI – RJ
ELEMENTO	HUMANO
ETIMOLOGIA	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 94):</b> cid. do E. de São Paulo; de <i>parati</i>, nome de um peixe de mar semelhante a tainha, porém menor.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 265):</b> <i>Paraty</i> - s. m. Baía, porto tranquilo, água tranquila. Confunde-se com <i>pirati</i>, tainha (<i>Mugil Liza-cuv</i>). Localidade histórica do Est. do Rio.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 296):</b> <i>Paraty</i> – s.c. <i>Pará-ty</i>, a jazida do mar; o lagamar, o golfo. Confunde-se frequentemente com <i>piratí</i> (<i>pirá-tí</i>), o peixe branco, a tainha (<i>Mugil Liza</i>, Cuv.). Rio de Janeiro.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> tupi <i>pira'ti</i> 'peixe branco'. Masculino. Rubrica: ictiologia. Regionalismo: Brasil. 1. peixe teleósteo, mugiliforme, da fam. dos mugilídeos (<i>Mugil curema</i>), encontrado no Atlântico e no Pacífico leste, com até 45 cm de comprimento, dorso oliváceo, flancos e ventre prateados, nadadeiras amareladas; mondego, parati-olho-de-fogo, paratibu, pratibu, pratiqueira, saúna-olho-de-fogo, solé [Espécie muito comum em piscicultura no Nordeste e Sudeste do Brasil.]. 2. peixe teleósteo, mugiliforme, da fam. dos mugilídeos (<i>Mugil curvidens</i>), encontrado no Atlântico oriental e ocidental, que atinge 30 cm de comprimento e possui corpo prateado com dorso mais escuro; sauna.</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [Do tupi = 'peixe branco']. Substantivo masculino. 1. Bras. Zool. Peixe teleósteo, perciforme, mugilídeo (<i>Mugil curema</i>), distribuído desde as costas africanas até as costas do Brasil, de coloração branca com salpicos nos flancos, nadadeiras dorsal e anal cobertas de escamas. Diferencia-se das tainhas pela ausência de listras no corpo. É pescado com rede de arrasto. [Sin.: <i>mondego</i>, <i>paratibu</i>, <i>parati olho-de-fogo</i>, <i>pratibu</i>, <i>pratiqueira</i>, <i>solé</i>.]. Parati olho-de-fogo. 1. Bras. Zool. V. <i>paratí</i><sup>2</sup>.</p>
Nº	68
TOPÔNIMO	PERNANBUCO
ELEMENTO	HUMANO
ETIMOLOGIA	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 95):</b> Estado da Região Nordeste do Brasil; de <i>paraná-mbuca</i>, furo de mar, recife.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p.269):</b> s. m. O futuro do mar a entrada do mar. Nome de um Estado do Brasil.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 298):</b> corr. <i>Paraná-mbuca</i>, o furo ou entrada do lagamar; alusão à brecha natural do recife por onde o lagamar se comunica com o mar. O nome <i>paranambuca</i> era comum na costa do Norte, no trecho dela tomado pelos recifes, e o sentido que os índios lhe davam era o de furo, entrada, passagem natural aberta na muralha do recife. No tupi do Norte, no nheengatu, <i>paraná-mbuca</i> que quer dizer – jorro do mar -, alusão à embocadura por onde ele se escapa. Mui acertadamente escreve a propósito o autor do <i>Castrioto Lusitano</i>, frei</p>

	<p>Rafael de Jesus, ao tratar do Porto de Recife” ... uma abertura à qual os naturais chamam Pernambuco, que, em sua língua, é o mesmo que pedra furada ou buraco que fez o mar de que se forma a garganta da barra...” O vocabulário paranã = Pará-nã, traduz-se semelhante ao mar; é lagamar formado na junção dos rios Capiberibe e Beberibe; é o furo, a aberta, a quebrada.</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [Do top. Pernambuco.] Elemento substantivo masculino plural. 1.Bras. RS Us. na loc. estar nos pernambucos. Estar nos pernambucos. 1. Achar-se à vontade, a gosto, na situação desejada.</p>
<b>Nº</b>	<b>69</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>PIAUI</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 96 ):</b> Estado Brasileiro da Região Nordeste; de <i>piau-y</i>, rio do <i>piau</i> ou <i>piaba</i>.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 271):</b> <i>Piauy</i> - s. m. O rio dos piaus. Nome de um dos Estados do Brasil.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 300):</b> <i>Piauh</i>y – corr. <i>Py-yáu-y</i>, o rio dos piaus. V. <i>Piau</i>.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> prov. do top. <i>Piauí</i>. adjetivo e substantivo masculino 1. diz-se de ou gado bovino de pequeno tamanho e dotado de cornos grandes - substantivo masculino/ Rubrica: dança, etnografia. 2. m.q. <i>cambindas</i>.</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [Do top. <i>Piauí</i>.]. Adjetivo. 1.Bras. Diz-se de um tipo de gado bovino de pequeno porte e dotado de cornos desenvolvidos. Substantivo masculino. 2.Bras. Gado piauí. 3.Bras. Cambindas. Fazer piauí. 1. Bras. N.E. Levantar e torcer o sabugo da cauda de uma rês, para derrubá-la ou encostá-la ao mourão a fim de ser facilmente ferrada.</p>
<b>Nº</b>	<b>70</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>PINDAMONHANGABA - SP</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 96):</b> cid. do E. de São Paulo; de <i>pindá-monhang-aba</i>, fábrica de anzóis, lugar onde se fabricam anzóis.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 272):</b> s. f. Lugar onde se fazem anzóis. Nome de uma cidade do Estado de São Paulo, dita hoje, abreviadamente, <i>pinda</i>.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 300):</b> c. <i>Pindá-minhangaba</i>, a fábrica ou oficina de anzóis. São Paulo. V. <i>Monhangaba</i>. O nome admite ainda outra interpretação, no sentido em que o traduziu Varnhagen – pescaria a anzol. Neste caso, a última parte do vocabulário, isto é, o termo <i>monhangaba</i>; <i>mo-nhangaba</i> se traduzirá- ação de fazer correr, a corrida, e então o vocábulo inteiro se traduzirá – a corrida de anzóis, ao botar de anzóis, a pescaria feita a anzol.</p>
<b>Nº</b>	<b>71</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>QUIXADÁ – CE</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 101):</b> cid. do Ceará; topônimo de origem cariri,

	provavelmente.
Nº	72
TOPÔNIMO	QUIXERAMOBIM - CE
ELEMENTO	HUMANO
ETIMOLOGIA	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 101):</b> cid. do Ceará; topônimo de difícil interpretação; seg. alguns autores é de origem Jê, que se costuma chamar tapuia.
Nº	73
TOPÔNIMO	RORAIMA
ELEMENTO	HUMANO
ETIMOLOGIA	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 101):</b> Monte na extremidade norte do Brasil, que toca às divisas da Venezuela e da Guiana Inglesa; seg. Lima Figueiredo in Amerigenismos, significa monte verde (roro-yma), porém, não cita em que língua ou dialeto; seg. Armando Levy Cardoso, baseado em Nimuendaju, provém do caribe <i>rôro-ymã</i> , que quer dizer “formador do papagaio”.  <b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 307):</b> s. Serra entre o Brasil e a Venezuela. Estado da Federação Brasileira. Roraima Significa serra, monte ( <i>yma</i> ) Verde (Rorô). Segundo Lima Figueiredo, citado por A. L. Cardoso (Amerigenismos – pg. 165).
Nº	74
TOPÔNIMO	SABARÁ – MG
ELEMENTO	HUMANO
ETIMOLOGIA	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 102):</b> cid. de Minas Gerais; alt. <i>De ita-beraba</i> , sem nenhuma dúvida; seg. considerações históricas, lá supunham existir diamantes e esmeraldas; <i>ita-beraba</i> significa pedra brilhante e como neol., diamante.  <b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 311):</b> s. f. T. Smpaio supõe um primitivo <i>tabará</i> de que existe ainda hoje a composição <i>tabarabassu</i> . Em <i>sabará</i> , segundo o mesmo autor, houve alteração de <i>itabará</i> por <i>itaberá</i> , pedra brilhante, isto é, o cristal: <i>ita + berába</i> . Cidade de M. Gerais.  <b>SAMPAIO (1987, p. 310):</b> ant. <i>Tabará</i> , de que se fez. <i>Tabaraboçú</i> , como se vê em velhos documentos. <i>Tabará</i> é a forma contrata de <i>Itabaraba</i> , <i>Itaberaba</i> que é <i>itá-beraba</i> , a pedra reluzente, o cristal.
Nº	75
TOPÔNIMO	SAPUCAÍ-MIRIM - MG
ELEMENTO	HUMANO
ETIMOLOGIA	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 102):</b> [ <i>sapucaí</i> ]: Cid. do E. de São Paulo; cid. de Minas Gerais; de <i>Sapucaí-y</i> , rio das sapucaias. [ <i>Mirim</i> ]: lagoa do Rio Grande do Sul; cid. de Santa Catarini; de <i>miri</i> , pequeno.  <b>TIBIRIÇÁ (1985, p. 170):</b> [ <i>sapucaimir~i</i> ]. var. de sapucaia (planta).  <b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 221 - 315):</b> [ <i>sapucay</i> ] – s.m. O rio das sapucaias. Cidade do Est. de S. Paulo e de Minas Gerais. [ <i>Mirim</i> ]: Pequeno; suf. Formador de diminutivos.  <b>SAMPAIO (1987, p. 283-313):</b> [ <i>sapucahy</i> ] – corr. Çapucaí-y, rio das sapucaias.

	Minas Gerais. [ <i>Mirim</i> ] adj. Pequeno, breve, pouco, miúdo; adv. Um pouco. Alt. <i>Mirí, mi, miní, im, í.</i>
<b>Nº</b>	<b>76</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>SERGIPE</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 104):</b> Estado da Região Nordeste do Brasil; de <i>siri-y-pe</i>, no rio dos siris.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 317):</b> <i>Serjipe</i> – De <i>sirijipe</i>, no rio dos siris. Capital do Estado do mesmo nome.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 314):</b> ant. <i>Cirigype</i>, c. <i>ciri-gy-pe</i>, no rio dos siris. Alt. <i>Sirigype, Sirgipe, Sergipe.</i></p>
<b>Nº</b>	<b>77</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>TABATINGA – AM</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 106):</b> cid. do E. de São Paulo; de <i>taba-tinga</i>, aldeia branca, aldeia onde as casas são caídas.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 226):</b> s. Argila branca, barro branco. Esta é a interpretação de T. Sampaio, Podemos, entretanto, das outra explicação: <i>taba</i>, aldeia; <i>tinga</i>, branca.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 318):</b> corr. <i>Tauá-tinga</i>, o barro branco, o barreiro de argila branca. Amazonas.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> segundo AGC, do tupi <i>towa'tinga</i>, para Nascentes, <i>tawa'tinga</i> 'argila, barro branco, esbranquiçado'. substantivo feminino. Regionalismo: Brasil. 1. qualquer tipo de argila mole e untuosa, sedimentar, de colorações diversas. 2. Derivação: por extensão de sentido:</p> <p>espécie de argamassa feita de argila, us. para caiar e revestir construções populares.</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [Do tupi = 'barro branco']. Substantivo feminino. 1.Bras. Argila sedimentar, mole, untuosa, e com certo teor de matéria orgânica. 2.Bras. GO Terra argilosa de variegadas cores. [Var.: <i>tauatinga, tobatinga.</i>]</p>
<b>Nº</b>	<b>78</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>TAUÁ – CE</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 110):</b> Cid. do Ceará; de <i>taba</i>, aldeia.</p> <p><b>SAMPAIO (1987):</b> V. <i>Taguá</i> – [<i>Taguá</i>] contr. <i>Taguaba</i>, pedra ou argila de comer; barreiro. Alt. <i>Taguaba, Taguá, Tauá.</i> V. <i>Itaguaba</i>. Pode proceder ainda de <i>Itaguá</i>, ou <i>ita-guá</i>, significando pedra ou argila variegada, de cores diversas.</p> <p><b>HOUAISS (2009):</b> tupi <i>ta'gwa</i> 'argila de que se extrai tinta de cor amarela, a cor amarela' substantivo masculino. Regionalismo: Brasil. 1. argila tingida por óxido de ferro, encontrada em terrenos erodidos por água corrente; taguá. 1.1. Derivação: por metonímia. tinta amarela obtida dessa argila. 2. Rubrica: ornitologia. m.q. <i>papa-cacau (Amazona festiva)</i> - adjetivo de dois gêneros.</p>

	Regionalismo: Brasil. 3. que é de cor amarelada. <b>FERREIRA (2004):</b> [Do tupi = 'argila amarela'.] Substantivo masculino. Bras. 1.Argila aluvional colorida por óxido de ferro. 2.Tinta amarela extraída dessa argila. 3.Zool. V. <i>papa-cacau</i> . Adjetivo de dois gêneros. 4.Amarelo (1). [Var.: <i>taguá</i> .]
<b>Nº</b>	<b>79</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>TAUBATÉ – SP</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 110):</b> cid. do Est. de São Paulo; de <i>itá-ybaté</i> , pedra elevada, pedra superposta. <b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 341):</b> s. De <i>taba-eté</i> – Taba por excelência, aldeia importante, cidade. Nome de uma cidade do Est. de São Paulo.
<b>Nº</b>	<b>80</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>TIANGUÁ – CE</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 111):</b> cid. do Ceará; provável alt. De itambá, concha, marisco, caramujo. Nota: o nome Tianguá poderia ser dissecado em tanha-guá, enseada do dente, tal qual a denominação sanha-uá, enseada do dente, nas proximidades de João Pessoa (v. este verbete), mas carece, no entanto, dos mesmos conhecimentos fisiográficos que possuímos desta última região, razão pela qual optamos por outra interpretação.
<b>Nº</b>	<b>81</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>TOCANTINS</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 113):</b> Nome de um grande rio de Goiás, afluente da margem direita do Amazonas; cid. de Minas Gerais; de <i>tucantí</i> ; nome de uma var. de tucano com penas brancas no peito, daí seu nome <i>tucant-ti</i> (tucan-tiga), tucano branco; seg. alguns tupinólogos, este vocábulo quer dizer “nariz de tucano”, apelido dado a uma tribo indígena que habitava a região e dera seu nome ao rio.
<b>Nº</b>	<b>82</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>TRAIRI – CE</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 113):</b> cid. do Ceará; de <i>tarair-y</i> , rio das trairas.
<b>Nº</b>	<b>83</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>TUCUMÁ – PA</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<b>TIBIRIÇÁ (1985, p. 183):</b> var. de palmeira espinhosa do Amazonas. <b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 361):</b> s. Nome comum de várias palmeiras. <b>HOUAISS (2009):</b> tupi <i>tuku'ma</i> . substantivo masculino

	<p>Rubrica: angiospermas. 1. design. comum a algumas palmeiras dos gên. <i>Astrocaryum</i> e <i>Bactris</i>, nativas do Brasil. 1.1 palmeira de até 20 m (<i>Astrocaryum aculeatum</i>), ger. solitária, de estipe com faixas de espinhos negros, folhas ascendentes, inflorescência ereta, e frutos amarelos com tons avermelhados; acuiuru, coqueiro-tucumã, tucum, tucumã-açu, tucumã-arara, tucum-açu, tucumai-da-terra-firme, tucumãí-uaçu, tucumã-piririca, tucumã-purupuru, tucum-do-mato [Nativa da Colômbia e de Trinidad ao Brasil (AC, AM, PA, RO), é explorada ou cultivada por seu palmito e frutos comestíveis, pelo óleo das sementes, us. em cozinha, e tb. pelas folhas, das quais se extrai fibra de tucum, us. em redes e cordas que resistem à água salgada.]. 1.2 m.q. <i>tucum</i> (<i>Astrocaryum vulgare</i>). 1.3 m.q. <i>tucum-açu</i> (<i>Bactris inundata</i>).</p> <p><b>FERREIRA (2004):</b> [Do tupi.]. Substantivo masculino. 1.Bras. Bot. Palmeira (<i>Astrocaryum tucuma</i>), que vai a 15m de altura e possui espinhos longos e finos. As folhas cedem, por maceração em água, boas fibras, conhecidas como <i>tucum</i>, que servem para redes de pesca, cordas e redes de dormir. Os frutos são oleosos e deles se faz uma espécie de vinho. 2.Zool. Certo cágado da região do rio Tocantins. Adjetivo de dois gêneros. 3.Bras. Bot. Diz-se da mandioca de tronco vermelho.</p>
<b>Nº</b>	<b>84</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>UBERABA – MG</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 116):</b> cid. de Minas Gerais; de y-beraba, rio brilhante.</p> <p><b>SILVEIRA BUENO (2013, p. 370):</b> s. De y-beraba. Água brilhante, reverberante. Cidade de Minas Gerais.</p> <p><b>SAMPAIO (1987, p. 338):</b> corr. Y-beraba, a água brilhante, clara, transparente, cristalina. Minas Gerais.</p>
<b>Nº</b>	<b>85</b>
<b>TOPÔNIMO</b>	<b>URUGUAIANA – RS</b>
<b>ELEMENTO</b>	<b>HUMANO</b>
<b>ETIMOLOGIA</b>	<p><b>TIBIRIÇÁ (1984, p. 118):</b> cid. do Rio Grande do Sul; deriva de Uruguai, com acréscimo de locativo da alíngua portuguesa, como em sergipana lagoana, paraibana, curitibana, paulistana.</p>

Fonte<sup>22</sup>

Foi possível observar, a partir da análise etimológica, que os nomes de origem indígena, todos incorporados à língua portuguesa, designam características

<sup>22</sup>BELLUCCI, B.; GARCIA, V. P. Projeto *RADIX: Raiz do Conhecimento*. Geografia 7º ano. São Paulo: Scipione, 2010.

BUENO, S. *Vocabulário Tupi-Guarani Português*. 8ª ed. São Paulo: Ed. vidalivros, 2013.

FERREIRA, A. B. de H. *O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3ª. Ed. Ed. Positivo, 2004.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2009.

SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. 5. ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

TIBIRIÇÁ, L. C. *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi: Significado dos nomes geográficos de origem tupi*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Traço, 1985.

TIBIRIÇÁ, L. C. *Dicionário Tupi Português*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Traço, 1984.

físico-naturais, como aspectos hidrográficos, climáticos, relativos à fauna, flora, características do solo etc.

Os resultados demonstram e reiteram a importância do uso das línguas indígenas na descrição e formação dos nomes de lugares brasileiros, bem como, marcas na herança histórica, cultural, social e de identidade nacional.

O trabalho com os nomes de lugares abordam aspectos históricos, geográficos, etimológicos, culturais, antropológicos etc. como explicitamos ao longo do trabalho, geram inúmeras possibilidades de ensino-aprendizagem e o LD pode ser uma ferramenta auxiliar e complementar nesse processo, tendo em vista que é utilizado de maneira significativa nas escolas pelos professores e alunos e seus conteúdos podem ser trabalhados pelo viés toponímico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos, nestas considerações, as conclusões obtidas com esta pesquisa por meio do percurso metodológico adotado, das abordagens selecionadas dos dados coletados, descritos e analisados.

Iniciamos a pesquisa com a intenção de buscar respostas para as questões que nortearam esse trabalho: a primeira questão foi como os topônimos de origem indígena estão apresentados no livro didático de geografia do 7º ano do ensino fundamental? Os nomes de origem indígena aparecem significativamente no volume do 7º ano e estão apresentados, quase na sua totalidade, pelo viés da Geografia, o que demonstra a singularidade do tratamento dado aos nomes de lugares nos materiais didáticos, considerando sua importância para o processo de ensino aprendizagem.

Na segunda pergunta norteadora, questionamo-nos se é possível relacionar os nomes de lugares apresentados nos livros didáticos de Geografia do ensino fundamental com aspectos linguísticos (informações sobre a origem/etimologia da palavra), saberes socioculturais, geohistóricos e antropológicos? Para responder tal questão, partimos do pressuposto que a Toponímia é de natureza interdisciplinar. Os topônimos são compreendidos a partir de aspectos históricos, antropoculturais, sociais, físicos, etc. e são compostos de significados e designações que se complementam, tendo em vista os elementos motivacionais por parte do denominador. Esses aspectos revelam que os grupos batizam um determinado nome de lugar ao considerar as múltiplas possibilidades e significados, os quais são fundamentais para nomeação de um lugar. Os resultados deste estudo, após a descrição etimológica, demonstram que os nomes receberam influências do meio ambiente ao seu redor, como, por exemplo, características da fauna, flora ou geomorfologia específica da região.

O estudo dos nomes revelam ainda aspectos inerentes à cultura, identidade, memória, política, religião de um povo, os quais acreditamos que, aplicados ao contexto do ensino, poderão possibilitar a ampliação do processo ensino-aprendizagem ao contribuir para o complemento de informações nas diferentes áreas do conhecimento. No ensino de História, poderá auxiliar no conhecimento da memória oral, tradição, processos migratórios e de colonização; na Linguística, poderá contribuir para os estudos da semântica, do léxico, contexto etimológico, etc;

no ensino de Geografia, poderá possibilitar a ampliação do estudo de aspectos da paisagem, território etc.

Conforme os objetivos previstos, foram identificados 85 topônimos de origem indígena no LD de geografia do 7º ano do ensino fundamental. A descrição etimológica dos dados evidenciou uma influência por parte do ambiente físico, sendo a principal fonte motivacional para nomeação dos nomes indígenas. Aspectos como flora, fauna, hidrografia e características do solo compõem as principais influências no processo de nomeação. No tocante às reflexões apresentadas, acreditamos que particularmente a língua tupi teve uma influência não só no processo nomeação dos topônimos, como também, em aspectos relativos à história, cultura, língua e memória nacional. Esses fatores revelam a herança cultural deixada por esses povos nos costumes, crenças, hábitos dos brasileiros, mas, sobretudo, eternizaram-se na geografia nacional, como é o caso dos nomes de lugares: Tocantins, Araguaia, Paranã, Guaraí, Curitiba, Monguaguá, Paraíba e tantos outros.

Outro aspecto analisado refere-se à importância da literatura dos viajantes na no século XIX. Os viajantes estrangeiros contribuíram não apenas para produção científica do país, mas tiveram um papel importante no que concerne à descrição dos nomes de lugares. Por meio de relatos e descrições, os viajantes buscavam descrever com totalidade os elementos que compunham os lugares. Suas narrativas possibilitaram identificar a realidade histórica, cultural e peculiar em relação à descrição dos nomes.

Os 85 nomes de origem indígena foram catalogados e organizados em uma tabela composta pelos seguintes dados: topônimo, classificação dos elementos humanos e a descrição etimológica. Foram utilizados para descrição os dicionários de: Bueno (2013), Ferreira (2004), Houaiss (2009), Sampaio (1987) e Tibiriçá (1984 e 1985). Os dados foram levantados em diferentes contextos no LD de geografia, por meio de mapas, textos, informações extras, imagens, tabelas, notas de rodapé, exercícios propostos.

A quantidade de topônimos indígenas identificados no LD de geografia foi relevante e satisfatória, uma vez que os dados demonstram a influência da língua e cultura do povo tupi. Os dados revelaram que os nomes indígenas predominam nas regiões nordeste, sudeste e norte do Brasil, e isso ocorreu pelo fato da alta incidência de povos indígenas que habitaram essas regiões, sobretudo nos séculos XVI, XVII e XVIII.

A partir da descrição etimológica, percebemos que os aspectos físico-naturais como fauna, flora predominam entre os topônimos. Esses fatores estabelecem a motivação por parte do denominador durante o processo de nomeação, como também, reflete a importância da cultura e língua indígena para constituição desses nomes. O estudo revelou-se importante no que diz respeito a propagação do sentimento de pertinência e identidade nacional os quais estão presentes na Toponímia brasileira em geral. O nome de lugar não está à sombra ou desvinculado ao contexto social, político, histórico, ambiental e cultural dos grupos, eles refletem e retratam a natureza das comunidades.

Este estudo não se configura totalmente acabado e está aberto a outros olhares e novas leituras. Nossa pretensão é dar continuidade nos estudos toponímicos voltados ao contexto do ensino. Esclarecemos que estes resultados, em especial, tratam-se de um estudo preliminar, prevemos realizar novas pesquisas com foco na reflexão destes dados voltados aos contextos de sala de aula, a partir de propostas pedagógicas na prática.

Para o segmento desta pesquisa, pensamos na possibilidade de investigar como a abordagem dos nomes de lugares pode ser alcançada e estabelecida na prática pelos educadores. Além disso, pretendemos trabalhar na elaboração de propostas pedagógicas para o estudo dos nomes de lugares no LD no contexto de sala de aula, como também, a investigação de práticas e metodologias de uso efetivo dos estudos topônimos. Consideramos, ainda, a possibilidade de realização de oficinas com professores em escolas públicas do estado do Tocantins, de modo a difundir os estudos toponímicos. Com isso, seriam elaboradas propostas para o trabalho dos nomes de lugares não só na disciplina de Geografia, mas também, nas demais áreas do conhecimento. Acreditamos que o estudo dos nomes de lugares possibilita ao sujeito ampliar seu leque de informações pertinentes ao aspecto social, cultural, identitário e histórico de um lugar, evidenciando seu caráter interdisciplinar.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins: Atito**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

\_\_\_\_\_, K. S. **Os nomes de lugares em rede: um estudo com foco na Interdisciplinaridade**. Revista Eletrônica de Linguística Domínios de Lingu@agem, v. 6, n. 1, p. 205-225, mar./jun 2012.

\_\_\_\_\_, K. S. **Toponímia e ensino: uma interface interdisciplinar**. In: PINHO, M. J.; ANDRADE, K. S.; RAMOS, D. V. Ensino de língua e literatura: reflexões e perspectivas interdisciplinares. Goiânia: PUC, 2011.

\_\_\_\_\_, K. S. BASTIANI, Carla. **Viajantes naturalistas do século XIX na região da Província de Goiás: levantamento de topônimos indígenas**. ANTARES, vol.4, nº8, p. 169-184, jul./dez. 2012.

\_\_\_\_\_, K. S. DICK, Maria. Vicentina de Paula do Amaral. **A interdisciplinaridade no contexto da toponímia: reflexões iniciais de um a proposta aplicada ao ensino**. In: As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia, volume VI. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012. p. 193-207.

BALDINGER, K. **Semasiologia e onomasiologia**. Alfa n. 9, p. 7-36, 1966.

BELLUCI, Beluce; GARCIA, Valquíria Pires. **Projeto RADIX: Raiz do Conhecimento. Geografia 7º ano**. São Paulo: Scipione, 2010.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **As Ciências do Léxico**. In: Ana Maria Pinto Pires de Oliveira; Aparecida Negri Isquerdo. (Org.). As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia, 2ª ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.3, p. 475-491, set./dez., 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 156p.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica UF: DF. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

BUENO, Silveira. **Vocabulário Tupi-Guarani Português**. 8ª ed. São Paulo: Ed. vidalivros, 2013.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. **Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal)**. Revista da USP, São Paulo, n. 56, p. 172-179, dez./fev. 2002-2003.

CASTILHO, A. T. de; CARRATORE, E. del. **A onomasiologia no Léxico e na sintaxe**. Alfa, Marília, n. 11, p. 129-149, mar. 1967.

CIRRINCIONE, Alessandra. **Mapa e memória: Parque Anhangabaú e rua Anhanguera**. ESTUDOS LINGUÍSTICOS, São Paulo, 39 (1): p. 200-213, mai.-ago. 2010.

C. K. Ogden ' I. A. Richards. **The Meaning of Meaning**. New York. A Harvest Book, 1923.

COUTO. Hildo Honório do. **Onomasiologia e semasiologia revisitadas pela ecolinguística**. Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 183-210, jul./dez. 2012.

DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de Linguística**. São Paulo : Cultrix. 1978.

DICK, Maria. Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do estado de SP, 1990.

\_\_\_\_\_. **Toponímia e antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP.1990a.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos teóricos da toponímia: estudo de caso: o projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (Variante regional do Atlas Toponímico do Brasil)**. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org.). O léxico em estudo. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p, 91-117.

DIÉGUES, Manuel Júnior. **Regiões Culturais do Brasil**. Vol 2. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais INEP. Ministério da Educação e Cultura, 1960.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2006.

\_\_\_\_\_.(org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque De Holanda. **O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3ª. Ed. Ed. Positivo, 2004.

FONSECA, Gustavo Solís. **La gente pasa, los nombres quedan... Introducción em la Toponimia**. Ediciones Lengua y Sociedad, G. Herrera Editores. Lima, 1997.

FRANCO, M. L. P. B. **O livro didático e o Estado**. ANDE, ano I, no 5, 1992, p. 19-24.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841.** Tradução Milton Amado. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1975.

GAYÁN, E.; GARCÍA, P. E. **Como escoger un libro de texto? Desarrollo de un instrumento para evaluar los libros de texto de ciencias experimentales. Enseñanza de las ciencias.** Número Extra, V Congresso, p. 249-250; 1997.

GONCALVES, Teresinha Maria. **Cidade e Poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano.** In: Educação em Ciências. Ijuí: Unijuí, 2007.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Vol.XXXII. (**Verbetes “Toponímia”**), p.70-84. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s/d.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2009.

HOLZER, Werther. **O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea.** Geografia -Ano V – n. 10, p.113-123, 2003.

ISQUERDO, Aparecida Negri (2012). **Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais.** In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Orgs.). As ciências do léxico. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Vol. VI. Campo grande: Editora da UFMS, p. 115-139.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

---

**A questão da interdisciplinaridade.** In. Seminário Internacional sobre Reestruturação Curricular, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, jul.1994.

LEITE et al. **A contribuição da teoria da complexidade à modelagem de sistemas.** In XXIV Encontro Nac. de Eng. de Produção - Florianópolis, SC, Brasil, 03 a 05 de nov. 2004.

LEVY CARDOSO, Armando. **Toponímia Brasília.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1961.

MAIA, Adriano Corrêa; ALVES Flamarion Dutra. **Categorias e epistemologia: Reflexões teórico-metodológicas na ciência geográfica.** in V Encontro de Grupos de pesquisa “Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais 25, 26, 27 de novembro de 2009. UFSM – Universidade Federal de Santa Maria.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma Teoria Científica da Cultura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural: Iniciação, Teoria e Temas**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

MELLO. João Baptista Ferreira de. **A humanística perspectiva do espaço e do lugar**. Revista ACTA Geográfica, Ano V, n. 9, jan./jun. de 2011. p. 07-14.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2001.

PALMAS-TO - (Brasil) - Secretaria de Estado da Educação e Cultura. **Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano**. 2ª Edição / Secretaria de Estado da Educação e Cultura. -TO: 2008.

POHL, Joahann Emmanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Tradução Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP, 1976.

POZZO, Renata Rogowski; VIDAL, Leandro Moraes. **O Conceito Geográfico de Paisagem e as Representações Sobre a Ilha de Santa Catarina Feitas por Viajantes dos Séculos XVIII e XIX**. In: Revista Discente Expressões Geográficas, nº 06, ano VI, p. 111 – 131. Florianópolis, jun. 2010.

RIBEIRO. Berta. **O índio na História do Brasil**. 10ª. Ed. São Paulo: Global Ed., 2001.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. **Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem à província de Goiás**. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1975.

SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

SAPIR. Edward. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SEABRA, M. C. T Costa de; SANTOS, M. M. Duarte dos. **Toponímia de Minas Gerais em registros cartográficos históricos**. In: Aparecida Negri Isquerdo; Maria Cândida Trindade Costa de Seabra. (Org.). As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia, Volume VI. 1ª ed. Campo Grande: UFMS, 2012, v. VI.

SEEMMAN. Jörn. **A toponímia como construção histórico-cultural: O exemplo dos municípios do estado do ceará**. Vivência, nº29. p, 207- 224, 2012.

SORRE, Max. **A Geografia Humana (Introdução)**. Geographia -Ano V , n.10, p. 137-143, 2003.

SOUSA, Alexandre Melo de. **Para a Aplicação da Toponímia na Escola**. *Cadernos do CNLF*, Vol. XVII, Nº 02. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço Geográfico Uno e Múltiplo**. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n. 93, jul. 2001.

TAVARES, Marilze. **Língua e Cultura: Considerações sobre a motivação de nomes geográficos indígenas**. *Raído, Dourados, MS*, v. 3, n. 6, p. 95-109, jul./dez. 2009.

THIESEN, Juarez da Silva. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem**. *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 39 set./dez. 2008.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi: Significado dos nomes geográficos de origem tupi**. 1ª ed. São Paulo: Traço, 1985.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário Tupi Português**. 2ª ed. São Paulo: Traço, 1984.

TODOROV, Tzvetan, tradução: Beatriz Perrone Moisés. **A conquista da América - a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu, tradução: Livia de Oliveira. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

ZUANON, Átina Clemente Alves. **O processo ensino – aprendizagem na perspectiva das relações entre: professor-aluno, aluno-conteúdo e aluno-aluno**. *Revista Ponto de Vista*, v.3. p. 15-24. UFV - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/MG, 2006.